SUMMARIO

ACTOS DO PODER EXECUTIVO:

Decreto n. 5.575, que abre credito especial ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas.

MENSAGEM.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Decretos de 25 do corrente.

Ministerio da Guerra — Decretos de 25 do corrente.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Decretos de 8 do corrente.

SECRETARIAS DE ESTADO:

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Expediente das Directorias da Contabilidade e Geral de Saude Publica.

Ministerio da Fazenda — Portarias — Expediente das Directorias do Expediente e das Rendas Publicas do Thesouro Federal — Recebedoria do Rio de Janeiro — Inspectoria de Seguros — Caixa de Conversão.

Ministerio da Marinha — Portarias.

Ministerio da Guerra — Portarias e requerimentos despachados.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Expediente das Directorias Gerais da Contabilidade, da Industria e de Obras e Viação.

REDAÇÃO.

INFORMAÇÕES.

TRIBUNAL DE CONTAS.

DIARIO DOS TRIBUNAES.

NOTICIARIO.

MARCAS REGISTRADAS.

RENDAS PUBLICAS.

EDITAIS E AVISOS.

PARTE COMMERCIAL.

SOCIEDADES ANONYMAS — Acta da Empresa Extractiva e Pastoril do Brazil — Balanço da Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico.

PATENTES DE INVENÇÃO.

ANNUNCIOS.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 6.575 — DE 25 DE JULHO DE 1907

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 18:000\$, para o custeio da Estrada de Ferro D. Thereza Christina no corrente exercicio

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização constante do n. 10, art. 35, da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906, decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 18:000\$, para o custeio da Estrada de Ferro D. Thereza Christina no corrente exercicio.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

MENSAGEM

Sr. Presidente do Senado Federal — Em resposta ao pedido de informações formulado pelo Senado Federal e que me foi transmittido pela vossa mensagem n. 14, de 12 de junho proximo passado, cabe-me, de referencia aos seus diversos itens, declarar:

1.º As taxas que a Companhia Docas de Santos cobra dos navios e das mercadorias e os serviços por ellas remunerados são os constantes do impresso junto, distribuido por essa companhia. Segundo informação do engenheiro fiscal, cobra ella ainda a taxa de 10\$ por dia, de cada chata que transporta carvão de pedra do respectivo deposito para bordo dos vapores, e o dobro das taxas, quando o serviço é prestado á noite;

2.º Os actos officiaes, que autorizaram a cobrança das taxas percebidas pela companhia, são os seguintes:

a) taxa de atracação, decreto n. 9.979, de 12 de junho de 1888, clausula V, n. 3, e decreto n. 1.286, de 17 de fevereiro de 1893, art. 20;

b) taxa de carga e descarga, decreto n. 2.411, de 23 de dezembro de 1869, clausula VIII;

c) taxa de capatazias, decreto n. 1.286, de 17 de fevereiro de 1893, art. 20, e lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896, art. 11;

d) taxas de armazenagem, decreto n. 1.072, de 5 de outubro de 1892, decreto n. 1.286, de 17 de fevereiro de 1893, art. 20, e lei n. 428, de 10 de dezembro de 1896, art. 12;

e) taxas de carga, descarga, estiva de vagões e seu transporte do caes para a estação da S. Paulo Railway e vice-versa, despacho do Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas, de 24 de agosto de 1903.

As taxas de armazenagem para exportação, as de estivas de navios e a de fornecimento de agua a estes, tambem cobradas pela companhia, não foram, entretanto, aprovadas pelo Governo. Allega a companhia que, visto se tratar de serviços facultativos, não dependem ellas de aprovação. Mas é incontestavel que, nos termos expressos do art. 1º, § 5º, da lei n. 1.746, de 13 de outubro de 1869, devem ser aprovadas pelo Governo todas as taxas percebidas pelos serviços prestados nos estabelecimentos da companhia, pois a citada lei não faz, quanto á aprovação dellas, distincção alguma entre serviços obrigatorios e facultativos.

E isto mesmo já reconheceu a Companhia, quando submetteu á aprovação do Governo as taxas de carga, descarga, estiva de vagões e seu transporte do caes para a estação da S. Paulo Railway, e vice-versa, as quaes recahem sobre serviços, que ella qualifica de facultativos.

3.º A taxa de capatazias tem sido cobrada pela companhia das mercadorias conferidas e despachadas sobre agua, em virtude da disposição do art. 175, combinada com a do art. 603 da Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas da Republica e da decisão do Tribunal do Thesouro, de 11 de maio de 1881.

4.º A Companhia recusou-se a dizer qual a sua receita e despeza nos tres ultimos annos, conforme consta do documento junto e como a commissão de exame da escripturação e tomada de contas ainda não iniciou os seus trabalhos, não pôde o Governo prestar a respeito a informação solicitada.

Cumpré observar que não é exacto ter o Governo Federal, como allega a companhia, reconhecido pela mensagem dirigida ao Senado a 8 de agosto de 1906, não ser ella obrigada a prestar conta da sua receita e despeza antes da conclusão das obras contractadas. Afirmando que as informações sobre a renda bruta e liquida somente poderiam ser fornecidas « opportunamente e na forma do contracto », quiz o Governo apenas dizer que não se achava então habilitado, como ainda não está hoje, a fornecer os dados solicitados, pois é a commissão de exame da escripturação e tomada de contas, de que trata o art. 24, § 6º, do decreto n. 2.917, de 21 de junho de 1898, que cabe verificar a quanto montaram a renda bruta e a liquida da Companhia no periodo a que se refere a mensagem de 8 de agosto de 1903.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1907. — Affonso Augusto Moreira Penna.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Por decretos de 25 do corrente mez:

Foi exonerado Antonio Joaquim Guedes de Miranda do logar de 1º supplente do juiz substituto federal na sede da secção do Ceará.

Foram nomeados Solon da Costa e Silva e Joaquim Deoda'o Martins para os logares da 1ª e 2ª supplentes do mesmo juiz na sede da referida secção.

— Por outros da mesma data, foram nomeados para a guarda nacional:

CAPITAL FEDERAL

Brigada de artilharia

Assistente, o capitão Malvino da Silva Reis.

ESTADO DO PARÁ

Comarca de Affim

31ª brigada de infantaria

Coronel commandante, Antonio Raymundo Penafort.

91º batalhão de infantaria

Estado-maior — Tenente-coronel commandante, Athanazio José Coelho;

Capitão-ajudante, Francisco Caetano de Moura;

Tenente quartel-mestre, Raymundo de Souza Penafort.

2ª companhia — Tenente, José de Souza Penafort.

92º batalhão de infantaria

Estado-maior — Major-fiscal, Francisco Antonio Penafort.

4ª companhia—Alferes, Roberto Rodrigues Magalhães.

93ª batalhão de infantaria

Estado-maior — Tenente quartel-mestre, José Ribeiro do Vallo.

1ª companhia—Alferes, Abraham Maír Bermeguy.

ESTADO DO CEARÁ

Comarca da Capital

3ª batalhão de infantaria

Estado-maior—Major-fiscal, Fenelon Perdigão.

Comarca de Canindé

66ª batalhão da reserva

Estado-maior — Tenente-coronel comandante, Pedro Paulo Barros.

ESTADO DE ALAGÔAS

Comarca de Pilar

55ª batalhão de infantaria

Estado-maior — Tenente-coronel comandante, Pedro Pierre de Araujo;
Major-fiscal, Oscar Buenos Aires.

56ª batalhão de infantaria

Estado-maior — Tenente-coronel comandante, Manoel Remigio de Oliveira;
Major-fiscal, José Felipe da Cunha Vianna.

57ª batalhão de infantaria

Estado-maior — Tenente-coronel comandante, Honorato Ferreira da Costa Sampaio;
Major-fiscal, João Firmo da Costa.

19ª batalhão de infantaria

Estado-maior — Tenente-coronel comandante, Manoel Furtado da Costa;
Major-fiscal, Joaquim José Maia.

ESTADO DE PERNAMBUCO

Município do Recife

3ª batalhão de infantaria

1ª companhia—Capitão, José Lopes de Oliveira;

Tenente, Francisco Florentino de Senna;
3ª companhia — Capitão, Victor Augusto Soares de Avellar;
Tenente, Diogenes Corrêa de Oliveira;
Alferes, Diogo Levino dos Santos e Satyro José da Paz.

11ª batalhão de infantaria

1ª companhia—Capitão, José Eluterio da Silva;

Tenente, José Mendes da Silva;
Alferes, José Rodrigues Mariz.
2ª companhia—Capitão, Manoel Marques dos Santos;
Tenente, José Pereira Bello.
4ª companhia—Capitão, Herminio Leão;
Tenente, Manoel Ferrêira da Cunha.

6ª batalhão de infantaria

Estado-maior—Major-fiscal, Geroncio Ferreira Barbosa Sarmiento.

Município de Gravata

142ª batalhão de infantaria

1ª companhia—Capitão, Augusto Cesar de Oliveira;
Alferes, Benedicto de Almeida Sampaio e Aprigio Pessoa de Lyra.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Comarca de Nitheroy

1ª batalhão de artilharia de posição

Estado-maior—Tenente-coronel comandante, o major Leopoldo Loureua.

Comarca de Campos

6ª brigada de infantaria

Estado-maior—Capitão ajudante de ordens, Sebastião Viveiros de Vasconcellos.

ESTADO DE MINAS GERAES

Comarca do Rio Novo

35ª brigada de cavallaria

Estado-maior—Major-cirurgião, Francisco Dias.

69º regimento de cavallaria

1º esquadrão—Tenente, Pedro Ventura dos Reis;
Alferes, João Malhios Theodoro.

110º regimento de cavallaria

Estado-maior — Tenente-coronel comandante, Americo Dias Ladeira.

ESTADO DE S. PAULO

Comarca de Dous Corregos

106ª brigada de infantaria

Estado-maior—Major-cirurgião Martin de Andrade Taques.

316ª batalhão de infantaria

2ª companhia—Capitão, Alfredo de Andrade Fogaça.

3ª companhia—Tenente, Antonio Juliano.

317ª batalhão de infantaria

Estado-maior — Tenente-secretario, Francisco Della D.;

Tenente quartel-mestre, Jeronymo Lopes Carriço.

1ª companhia — Tenente, Maximiliano Roim.

3ª companhia—Capitão, Joaquim do Paula Moreira;

Tenente, Angelo Bortoloi.
4ª companhia — Alferes, Luiz Juliano e Antonio Collogare.

318ª batalhão de infantaria

Estado-maior — Tenente-coronel comandante, Dr. Epaminondas de Toledo Ciza.

1ª companhia—Capitão Francisco Martins de Toledo Ciza.

2ª companhia—Capitão, Pedro Crem Filho.
4ª companhia—Alferes, José Juliano e João Bedendo.

103ª batalhão da reserva

Estado-maior—Tenente-secretario, Antonio Rossetto;

Capitão-cirurgião, Octavio Marecondes Machado.

2ª companhia — Capitão, Octaviano de Campos Pacheco.

3ª companhia— Tenente, Baptista Chiaramonte.

4ª companhia—Tenente, Antonio Martini.

Foi transferido, por conveniencia do serviço, como agregado, para o estado-maior da 4ª brigada de infantaria da guarda nacional desta Capital o capitão assistente da brigada de artilharia da mesma milicia Arnaldo Brazilliano Castello Branco.

Foi concedida a demissão que pediu do posto de capitão da 2ª companhia do 19º batalhão de infantaria da guarda nacional desta Capital Alfredo Theophilo Braga.

Foram mandados aggregar:

Ao 3º regimento de cavallaria da guarda nacional da comarca de Nitheroy, no Estado do Rio de Janeiro, o tenente Clemente Gomes Pinto da referida milicia;

Ao 171º batalhão de infantaria da guarda nacional da comarca de Nitheroy, no Estado do Rio de Janeiro, o alferes Arnaldo Cominho L'Alferes, da mesma milicia, ficando sem effeito a guia de mudança que lhe foi concedida para esta Capital.

Foi privado do posto de major fiscal do 173º batalhão de infantaria da guarda nacional da comarca de Nitheroy, no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 65, § 1º, da lei n. 602, de 19 de setembro de 1850, Antonio de Paula Marinho.

Foi declarado sem effeito o decreto de 12 de novembro do anno proximo passado, na parte em que nomeou Augusto Oleario Stockler de Lima para o posto de tenente coronel comandante do 611º batalhão de infantaria da guarda nacional da comarca de Santa Rita de Cassia, no Estado de Minas Geraes.

Ministerio da Guerra

Por decretos de 25 do corrente, foram transferidos:

Na arma de artilharia: os majores Joaquim Balhazar de Abreu Sodré do 1º batalhão para o corpo de estado-maior, e Lindolpho Libanio Moreira Serra deste corpo para aquelle batalhão;

Na arma de infantaria: os capitães Maximino Barreto do cargo de ajudante do 31º batalhão para a 3ª companhia do 40º, e Augusto Alfredo de Lima Botelho da 3ª companhia do 49º para ajudante do 31º; os capitães Isidro de Souza Figueiredo da 4ª companhia do 22º batalhão para a 4ª do 23º e Francisco Salles Brazil da 4ª do 23º para a 4ª do 22º.

Foram reformados:

Conforme autorização do decreto legislativo n. 1.652, de 13 de junho ultimo, no posto de alferes e com o soldo da tabella em vigor, o enfermeiro-mór do Hospital Central do Exercito Henrique José da Rocha;

De accordo com o disposto no § 3º do plano do decreto de 11 de dezembro de 1815, com o soldo por inteiro e valor da farinha o musico de 1ª classe do 38º batalhão de infantaria Antonio Pinto de Carvalho, visto contar mais de 30 annos de serviço e ter sido em inspecção de saude julgado sofrer de molestia incuravel, que o tornou incapaz para o mesmo serviço.

Foi concedido, de accordo com o artigo 31 do Codigo dos Institutos Officiaes de Ensino Superior e Secundario, approvedo por decreto n. 3.800, de 1 de janeiro de 1901, e art. 286 do regulamento do decreto n. 330, de 12 de abril de 1890, ao coronel graduado do quadro especial Agricola Ewerton Pinto, lente da extinta Escola Militar do Brazil, designado, por decreto de 27 de dezembro de 1905, para reger a 2ª aula do 2º anno dos cursos de artilharia e engenharia da Escola de Artilharia e Engenharia, o acrescimo de 20% sobre os vencimentos fixados para o cargo, o qual lhe será abonado a contar de 25 de março findo, visto haver completado na vespera desse dia 20 annos de serviço effetivo no magisterio.

Mandou-se contar, de accordo com a resolução de 13 do corrente, tomada sobre consulta do Supremo Tribunal Militar, de 10 de junho ultimo, ao capitão do 39º de infantaria Manoel da Costa Campos antiguidadão, no posto de 1º tenente, de 15 de novembro de 1897, em que deveria ter sido promovido a este posto.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas

Por decretos de 8 do corrente e cartas-patentes, foi concedido privilegio de invenção, pelo prazo de 15 annos, reservando o Governo os direitos de terceiro e a sua responsabilidade quanto á novidade e utilidade das respectivas invenções, aos seguintes senhores, representados pelos seus procuradores Moura & Wilson, brasileiros, agentes de privilegios e domiciliados nesta Capital:

N. 5.012, Salvatore Anteri Marazzini, italiano, industrial, domiciliado em Palermo, Italia, para «uma couraça de malhas metallicas para protecção dos pneumaticos das rodas de automoveis»;

N. 5.013, Daniel Weil, francez, industrial, domiciliado em Paris, França, para «aperfeiçoamentos nas machinas para cigarros»;

—Por outros de 13 e cartas-patentes, foi igualmente concedido privilegio de invenção, pelo prazo referido e sob as mesmas condições, aos seguintes inventores, representados pelos seus procuradores Jules Géraud, Leclere & Comp., brasileiros, agentes de privilegios e domiciliados nesta Capital:

N. 5.016, Luiz Bueno de Miranda, brasileiro, commerciante e lavrador, domiciliado e n S. Paulo, Capital do Estado do mesmo nome, para «uma machina agricola, denominada *Cultivator e Varredor Jorge Tibyrice*, destinada a capinar entre os cafeeiros, limpar o sólo, preparar os cafeses para a colheita, varrer e e palhar o cisco da varredura entre os pés de café»;

N. 5.017—*Société Anonyme Westinghouse*, industrial, estabelecido em Paris, e Maurice Leblanc, engenheiro, domiciliado em Autueil, França, uma e outro francezes, para «aperfeiçoamentos em condensadores de jacto ou de superficie».

N. 5.018—William Henry Mc. Nutt, norte-americano, industrial, domiciliado em New-York, Estados Unidos da America, para «aperfeiçoamento em latas ou recipientes»;

N. 5.019—*Handelsgesellschaft Kienberg & Comp.*, sociedade austriaca, industrial, estabelecida em Vienna, Austria, para «aperfeiçoamentos na fabricação das cadeias sem solda»;

N. 5.020—Ernst Koepfer, austriaco, engenheiro, domiciliado em Vienna, Austria, para «um processo aperfeiçoado para impregnar, colorir ou preservar madeiras de todas as qualidades e aparelho para esse fim»;

N. 5.021—Eusebio E. Garcia, argentino, engenheiro, domiciliado em Buenos Aires, Republica Argentina, para «um processo a secco para a obtenção da fibra de linho, em estado de cellulose, da palha que resulta da debulha do linho, e aparelho para esse fim»;

N. 5.022—Arnaldo Ferraguti, italiano, industrial, domiciliado em Milão, Italia, para «um novo processo para fabricar um succedaneo do couro denominado *Instar-couil*».

—Por outros da mesma data e cartas-patentes, foi igualmente concedido privilegio de invenção, pelo citado prazo e sob identicas condições, aos seguintes senhores, representados pelos seus procuradores Moura & Wilson, agentes de privilegios nesta Capital:

N. 5.023—Paul Borgnet, belga, industrial, domiciliado em Liège, Belgica, para «um aparelho de electrolyse»;

N. 5.025—Frederic Isenbart Scard, chimico, domiciliado em Londres, Inglaterra, e Edward Johnson, industrial, domiciliado em Pernambuco, nesta Republica, ambos inglezes, para «aperfeiçoamentos referentes a evaporadores multiplos».

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Expediente de 24 de julho de 1907

DIRECTORIA DA CONTABILIDADE

Solicitaram-se ao Ministerio da Fazenda os seguintes pagamentos no Thesouro Federal:

De 3:175\$00, fornecimentos e trabalhos feitos no Hospicio Nacional de Alienados;

De 8\$959, consumo de gaz no comando superior da guarda nacional, durante o 2º trimestre deste anno;

De 30\$ aluguel do predio occupado pelo posto policial de Sapopemba, nos mezes de abril, maio e junho ultimos;

De 100\$, aluguel da sala destinada ás sessões da Junta Correccional e audiencias do juizo da 5ª Pretoria em junho findo.

—Solicitou-se concessão do adiantamento de 700\$ ao agente thesoureiro do Instituto Nacional dos Surdos Mudos, para despesas de prompto pagamento, durante o 3º trimestre do corrente anno.

—Transmittiram-se ao Tribunal de Contas:

Documentos justificativos da importancia de 9\$550, dispendida por conta de adiantamento feito ao agente thesoureiro do Instituto Nacional de Surdos Mudos, em abril ultimo;

Cópia do contracto celebrado pelo chefe de Policia do Districto Federal com Manoel Pereira da Silva Villar, para arrendamento do 1º andar do predio n. 89 da rua do Lavrador, destinado ao funcionamento da Inspectoria Geral da Guarda Civil.

—Solicitou-se concessão do credito de 578\$10 á delegacia Fiscal do Thesouro no Estado da Bahia, para occorrer ao pagamento, durante o periodo de julho a dezembro deste anno, dos soldos que competem ao capitão reformado da Força Policial deste districto Aureliano Gama de Alean-tara.

Dia 25

Solicitaram-se ao Ministerio da Fazenda os seguintes pagamentos no Thesouro Federal:

De 588\$ ao agente thesoureiro do Instituto Nacional dos Surdos Mudos, relativo ao fornecimento de calçado aos alumnos do mesmo instituto;

De 6:022\$436, fornecimentos feitos para as obras do palacio presidencial em junho ultimo;

De 1:200\$166, fornecimentos ás delegacias de saúde em junho findo;

De 226\$012, consumo de gaz, durante o 2º trimestre do corrente anno, desta Secretaria de Estado;

De 1:310\$950, fornecimentos feitos, em junho findo, á Bibliotheca Nacional;

De 15:190\$80, 4ª prestação ao Sr. Miguel Bruno, pelas obras que estão sendo feitas no Instituto Historico e Geographico Brasileiro;

De 27:088\$33, material adquirido pelo Corpo de Bombeiros, em junho findo;

De 223\$500, indemnização ao engenheiro das obras deste ministerio, relativa á folha dos operarios que trabalharam nas obras do predio da rua Taylor n. 10, em julho corrente;

De 11:727\$520, fornecimentos feitos para as obras da Escola Nacional de Bellas Artes;

De 90\$, ajuda de custo, relativa a 1901, a que tem direito o mar chal Firmino Pires Ferreira, como senador pelo Estado de Piauhy.

— Solicitou-se concessão dos seguintes creditos:

Á Delegacia Fiscal do Thesouro no Estado do Piauhy de 2:400\$, para pagamento, de maio a dezembro do corrente anno, da gratificação, na razão de 300\$ mensaes, ao profissional incumbido do serviço da assistencia de alienados no estabelecimento publico naquelle Estado, e de 313\$90 para pagamento, durante o periodo de julho a dezembro deste anno, do soldo que compete ao soldado reformado da Força Policial deste districto Abel Pereira Cardoso;

Á no Estado de S. Paulo o de 129\$931, para pagamento da gratificação que compete ao substituto da Faculdade de Direito de S. Paulo Dr. José Ulpiano Pinto de Souza, por ter substituído, durante 15 dias do mez de maio ultimo, o lente cathedraico da mesma faculdade Dr. Ernesto Moura;

Á no Estado do Rio Grande do Sul o de 420\$, para pagamento de moveis fornecidos para o serviço eleitoral daquelle Estado;

Á no Estado de Minas Geraes o de 60\$880, para pagamento de publicações, relativas ao serviço eleitoral, feitas no jornal *Alecinopolis*;

Á no Estado de Matto Grosso o de 66\$400, para pagamento ao jornal *Autonomista*, por publicações feitas para o serviço eleitoral do municipio de Corumbá.

— Transmittiu-se ao Congresso Nacional a mensagem do Sr. Presidente da Republica sobre a abertura do credito de 18:864\$504, para occorrer ás despesas com o augmento dos vencimentos dos funcionarios da Bibliotheca Nacional, no periodo de 15 de junho a 31 de dezembro deste anno.

—Solicitou-se concessão do adiantamento de 42\$ ao chefe de secção da Directoria Geral de Saude Publica, para pagamento das ajudas de custo aos funcionarios da mesma directoria, destacados para a commissão encarregada de extinguir a peste bubonica na cidade de Campos.

Requerimento despachado

Dia 26 de julho de 1907

Cauão da Cunha Bittencourt, Francisco de Barros, Domingos José da Cunha, José Luiz de Medeiros, Felix Joaquim, João de Barros & Comp.—Achando-se depositada no Thesouro Nacional, para ser levantada por quem de direito, a quantia de 25:046\$175, saldo liquido em favor de João Montenegro Viegas, na qualidade de ex-empregado do quartel regional do Meyer, mandado construir pela Força Policial, cabe aos petio-narios dirigir-se ao juiz competente.

Expediente de 26 de julho de 1907

DIRECTORIA GERAL DE SAUDE PUBLICA

Accusou-se ao consul geral do Brazil em Liverpool o recebimento do officio n. 21, de 25 de junho ultimo.

—Solicitaram-se providencias ao director geral da contabilidade para que seja indemnizado o almoxarife do hospital de São Sebastião Manoel Leandro da Costa da importancia de 137\$000, que dispendeu com as despesas de prompto pagamento do mesmo hospital, durante os mezes de maio e junho ultimos.

— Remetteram-se:

Ao director geral da contabilidade as contas relacionadas, na importancia de

7:399881, proveniente do fornecimentos que foram feitos ao hospital do S. Sebastião, em junho ultimo, o as contas, na importância total de 4:517\$380, de fornecimentos feitos ao serviço de prophylaxia da febre amarella em Nitheroy, durante o mez de junho ultimo;

Ao procurador dos feitos da Saude Publica os autos de infracção do regulamento sanitario, pelos quaes foram multados:

Em 200\$, Manoel Pinto de Carvalho;
Em 200\$, José Guimarães;
Em 200\$, o mesmo;
Em 50\$, o mesmo;
Em 125\$, Machado Guimarães, Horta Santos & Comp.;

Em 200\$, Antonio Delphim Simões;
Em 40\$, Caetano Segreto;
Em 200\$, Manoel Nogueira do Oliveira Junior;

Em 125\$, Antonio Casales e José Casales;
Em 125\$, Dr. Heitor de Mello;
Em 125\$, Companhia de Seguros Mercurio;
Em 125\$, Luiz José Ferreira Torres;
Em 200\$, Theroza Barbosa;
Em 50\$, Pedro Sebastiani;
Em 50\$, o mesmo;
Em 50\$, o mesmo;
Em 200\$, Antonio Toixeira;
Em 50\$, minimo da multa, Manoel de Almeida Pinto;

Em 200\$, José Machado de Miranda;
Em 125\$, Domingos Gonçalves Vassalo;
Em 20\$, Honorio P. da Silva;
Em 250\$, commendador Valentim do Nascimento;

Em 125\$, Joaquim dos Anjos Costa;
Em 125\$, Manoel Ferreira Soares Ribeiro;

Em 125\$, Maria Adelaide de Carvalho;
Em 200\$, Arthur Fonseca;
Em 50\$, Cantidio Amorim Carrão;
Em 125\$, Francisco Germano Barroira;
E os recursos, indeferidos, que foram interpostos pelos 12 ultimos dos mencionados infractores.

Requerimentos despachados

Custodio Gonçalves Bastos (1º districto).—Serão concedidos 30 dias.

Santa Casa de Misericordia (4º districto).—Deferido.

Timotheo José R. Avelino (8º districto).—Serão concedidos 60 dias.

Fideli Barbastefano.— Opportunamente será attendido.

Julio Augusto da Silva Gama (8º districto).— Deferido, nos termos da informação.

Domingos José Fernandes (8º districto).—Serão concedidos 90 dias.

Alfredo Rodrigues de Barros (8º districto).— Deferido.

Antonio Bernardo Gonçalves (1º districto).— Deferido.

João Francisco de Oliveira (1º districto).— Deferido, nos termos da informação.

Rita Marcellina de S. Castro (6º districto).— Deferido, de accordo com a informação.

Antonio Mendes Campos (4º districto).— A multa será reduzida ao minimo.

Antonio José T. Rabello (4º districto).— Só pôde ser attendido nos termos da informação do Dr. engenheiro.

Joaquim da Silva Balthazar Brites (1º districto).— Deferido.

Jesus Sand & Comp. (4º districto).— Não ha quo deferir.

José Antonio Machado.— Queira requerer ao juiz dos feitos da Saude Publica.

Antonio Moreira Maia (1º districto).— Será adiada para occasião oportuna.

José Antonio da Cunha.— Certifique-se quanto ao requerimento e respectivo despacho.

Joaquim Cotia (9º districto).— Serão concedidos 30 dias.

Francisco Pereira de Mattos (9º districto).— Deferido.

Capitão-tenente Dr. Gallino Santiago.— Certifique-se.

Albino Ferreira Leão (9º districto).— Não pôde ser attendido.

Bernardina Xavier Rebello (2º districto).— Deferido.

João Manoel Alves.— Certifique-se.

Ministerio da Fazenda

Por portarias de 23 do corrente, foram concedidas as seguintes licenças, na forma da lei, para tratamento de saude onde convier:

De 60 dias, ao escrivão da Collectoria das rendas federaes em Sertãozinho, Estado do S. Paulo, João do Sá Vianna;

De igual tempo, com vencimento, ao 1º escripturario da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado do Rio Grande do Norte, Manoel Ignacio Barbosa.

— Por outra de 27 do mesmo mez, foram concedidos quatro mezes de licença com o vencimento a que tiver direito, na forma da lei, ao agente fiscal da produção do sal em Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro, Belisario Soares dos Santos Jotha, para tratar de sua saude onde lho convier.

— Por titulo da mesma data, foi nomeado Francisco Belisario de Azeredo para substituir aquelle agente durante o seu impedimento.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal

Requerimentos despachados

Pelo Sr. Ministro:

Companhia Mercado Municipal, solicitando isenção de direitos para cimento destinado ao novo mercado.— Justifique o excesso da importação do cimento.

— M. B. Cavanellas, pedindo licença para vender estampilhas do sello adhesivo em seu estabelecimento commercial.— Indeferido.

— Herman Lundgren, estabelecido com fabrica de polvora em Pernambuco, por seu procurador, José Eleuterio Barbosa, pedindo permissão para armazenar a polvora do seu fabrico em seu deposito construido no Pará.— Indeferido.

— Comité Central dos Syndicos Industriais e Agricolas do Brazil, pedindo, a titulo de emprestimo, a entrega de uma machina existente na Casa da Moeda, afim de proceder a analyse de resistencia das fibras textis que se acham no Museu Commercial.— De accordo com o parecer, indeferido.

— Santa Casa de Misericordia de Bello Horizonte, Minas Geraes, pedindo a entrega por intermedio da respectiva Delegacia Fiscal, das quotas do beneficio de loterias, vencidas no 1º semestre de 1907.— Autorize-se a entrega de accordo com o parecer.

— D. Francisca de Salles Guerra Werneck, viuva do Dr. Antonio Luiz dos Santos Werneck, ex-juiz Federal da Secção de S. Paulo, pedindo para pigar as contribuições do monte pio, interrompidos pela molestia de seu marido, afim de habilitar-se á percepção da pensão.— Dirija-se ao Ministerio da Justiça.

— Francisco Juvencio Sadock de Sá e outros directores da Commissão Geral dos Operarios da União, solicitando redução de horas de trabalho aos sabbados.— Sellem e voltem.

Adolpho Pereira Dias, guarda da Alfandega de Pernambuco, pedindo ser nomeado escripturario de uma das alfandegas da Republica, visto ter concurso de 1ª entranca.— Venha por intermedio da Delegacia Fiscal.

Silvestre do Magalhães, pedindo por certidão o theor de dois requerimentos e do despacho de 19 de abril proferido sobre objecto das mesmas petições.— Certifique-se na forma do parecer.

Bernardino José da Cruz, pedindo o cumprimento de um alvará relativo ao resgate de uma apolice nominativa do emprestimo de 1837, sorteada em 1906, e pertencente a sua tutelada Elvira Tavares Lopes.— Cumpra-se o alvará á vista dos pareceres.

Dr. Edgard D'Alvoire sobre a permuta de dez apolices ao portador do emprestimo de 1907, de sua propriedade, que foram apprehendidas por serem falsas.— Indeferido.

Antonio da Cunha Sá Carneiro, pedindo se certifique si o documento que apresenta está sujeito á revalidação do sello.— Dirija-se a Recebedoria do Rio de Janeiro.

Felipe de Azevedo Soares, pedindo para assignar termo de responsabilidade afim de receber a taxa de matricula que pagou.— Lavre-se o termo, de accordo com o parecer da Directoria do Contencioso e com todas as clausulas necessarias aos interesses da Fazenda e que evitem reclamações futuras.

Eugenio José de Almeida e Silva, corrector de fundos publicos, pedindo o cumprimento de um alvará relativo ao resgate de apolices do emprestimo de 1868, pertencentes a Antonio Venancio de Oliveira David, com a clausula— dotas inalienaves.— Cumpra-se á vista dos pareceres.

D. Florença Christovam de Santiago, viuva do 2º tenente do exercito Manoel Januario de Santiago, pedindo a expedição de titulos de meio soldo e monte pio a que tem direito.— Satisfaza as exigencias dos pareceres.

Habilitação ao monte pio de DD. Elvira Adelina da Silva Lima e Idalice da Silva Lima, irmãs do guarda-marinha João Lopes da Silva Lima Junior.— Passom-se os titulos.

EXPEDIENTE DO SR. MINISTRO

Dia 27 de julho de 1907

Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas:

N. 222—Tenho a honra de declarar a V. Ex. em resposta ao seu aviso n. 251 de 23 do corrente mez, que foi designado por este Ministerio para fazer parte da junta apuradora das contas da Companhia Docas de Santos o 1º escripturario do Thesouro Federal, bacharel José Abues da Costa e Cunha, que aguarda a comunicação do engenheiro fiscal respectivo afim de desempenhar aquella commissão.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Ex. os protestos de minha alta estima e mui distincta consideração.

N. 223—Em satisfação ao pedido constante do aviso desse Ministerio n. 251, de 20 do corrente, communico a V. Ex. ter expedido as necessarias ordens para que fique á disposição desse Ministerio, o collecter federal de Bello Horizonte Aristides Francisco de Coelho Junqueira.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Ex. os protestos de minha alta estima e mui distincta consideração.

—Sr. Ministro da Guerra:

N. 134—Transmittindo a inclusa copia do officio n. 80, de 13 de junho ultimo, no qual o Delegado Fiscal no Estado do Paraná trata da exportação por conta da União da hermatte produzida na colonia militar do Chapéu, peço a V. Ex. se digne de providenciar para que o Director da mesma colonia preste perante aquella Delegacia Fiscal con-

tas da alludida exportação recolhendo as importancias proveniente desta.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Ex. os protestos de minha alta estima e mui distincta consideração.

N. 135—Communico a V. Ex. que importaram em 55:604\$760 as cambiacs adquiridos, em virtude da requisição constante do seu aviso n. 296 de 22 de março ultimo, sendo que a de dollars 4.272 custou 14:233\$580 e a de C 2.580, 41:366\$180.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Ex. os protestos de minha alta estima e mui distincta consideração.

—Sr. Consultor Geral da Republica:

N. 153—Transmittindo-vos o incluso officio do Delegado Fiscal do Thesouro Federal no Estado de Minas Geraes, n. 75, de 24 de abril ultimo, e mais papeis referentes á necessidade de providencias no sentido de obter-se que os dinheiros de orphãos arrecadados n'quelle Estado sejam recolhidos aos cofres da União, peço vos digneis de emitir parecer a respeito.

—Sr. 1.º Procurador da Republica no Districto Federal:

N. 160—Transmitto-vos, como elemento de informação para a questão pendente entre a União e a Mitra Archiepiscopal do Rio de Janeiro acerca da propriedade dos predios da rua do Carmo ns. 22, 24 e 26, as inclusas cópias do officio do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, de 2 do corrente, e do documento que acompanhou o mesmo officio.

—Sr. 3.º Procurador Seccional da Republica:

N. 162—Afirmo de que possa este Ministerio providenciar de accordo com o que lhe foi solicitado pelo respectivo interessado, solicito-vos a devolução do processo de aforamento de um terreno na Fazenda Nacional da Santa Cruz, enviado em original a essa Procuradoria com o meu officio n. 4, de 5 de janeiro, para a defesa, então necessaria, dos interesses da União.

—Sr. Dr. Virgilio de Sá Pereira, juiz do Direito da 1.ª Vara Cível do Districto Federal:

N. 159—Communicando-vos haver este Ministerio mandado cumprir as cartas precatórias expedidas em 14 e 15 de junho ultimo a requerimento e a favor de J. Kastrupp, nas quaes solicitaes seja sustado, até segunda ordem, o pagamento das quantias de 70:932\$106 e 69:943\$320, deprecado por esse Juizo a favor de Carvalho & Ferreira, declaro-vos, para os devidos offeitos, que aquellas importancias já se acham penhoradas, conforme consta do officio que, sob n. 143, vos dirigi em 8 do corrente.

—Sr. General Antonio G. de Souza Aguiar, Commandante Geral da Força Policial do Districto Federal:

N. 161—Communico-vos que já autorizei fossem feitos os reparos de que careço o corpo da guarda da Caixa de Amortização a que vos referistes em carta de 15 do corrente mez.

—Sr. presidente do conselho fiscal da Caixa Economica de Monte de Socorro da Capital Federal:

N. 163—Remette-vos, para que informeis a respeito, o incluso requerimento em que Francisco Salles Georges reclama contra actos praticados por essa Caixa.

—Sr. presidente do conselho fiscal da Caixa Economica do Estado de S. Paulo:

N. 25—Accusando o recebimento do vosso officio n. 47, de 19 do corrente, apraz-me agradecer-vos a offerta que do conselho fiscal de que sois presidente, fez-me de seis photographias da fachada e dependencias do edificio em que funciona esse estabelecimento.

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR

Dia 27 de julho de 1907

—Sr. inspector da Alfandega do Rio de Janeiro:

N. 602—Communico-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Ministro, attendendo ao que requereu a companhia Mercado Municipal do Rio de Janeiro, resolveu, por acto de 24 do corrente, autorizar o despacho livre de direitos, de accordo com o art. 3.º VIII, n. 18, da lei de orçamento da receita vigente, do material constante da inclusa relação e importado pela requerente com destino ás obras do novo mercado.

N. 603—Communico-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Ministro attendendo ao que requereram C. H. Walker & C. Ltd., contractantes das obras do porto do Rio de Janeiro, resolveu, por acto de 24 do corrente, autorizar o despacho livre de direitos, nos termos da clausa 12.ª do contracto de 24 de setembro de 1903, do material constante da inclusa relação e destinado ás mesmas obras.

N. 604—Communico-vos, para os fins convenientes, que por acto de 24, exarado no Aviso do Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas, n. 85 de 23 do corrente, resolveu o Sr. Ministro autorizar o despacho, livre de direitos, de uma caixa, marca Dr. F. P. O., n. 5.352, com o peso bruto de 37 kilos, vinda no vapor allemão *Pernambuco*, consignada ao Dr. Francisco de Paula Oliveira e contendo um electro-magneto destinado ao laboratorio do Serviço Geologico e Mineralogico do Brazil.

—Sr. Inspector da Caixa de Amortização:

N. 181—Remetto-vos, para os devidos fins, os inclusos talões das cautelas substitutivas das apolices da divida publica ns. 65.063 a 65.068, 229.576 a 229.585, 1.101, 1.103 a 1.105, 1.109, 1.110, 1.107, 1.097, 1.099, pertencentes ao Dr. Waldemiro de Araujo Leite e a que se referem os officios dessa Inspectoria, n. 74 de 12 de março ultimo e 596, de 3 do corrente.

N. 182—Remettendo o incluso processo que acompanhou o vosso officio n. 164, de 31 de maio ultimo, rogo vos digneis de assignar e devolver a cautela annexa ao mesmo processo, a qual tem de substituir a apolice da divida publica, extraviada, de n. 29.781, de propriedade de D. Amelia Carlota da Silva Celestino.

N. 183—Peço vos digneis de assignar e devolver a cautela substitutiva da apolice da divida publica n. 233.633, pertencente a Joaquim José Barreto, annexa ao incluso processo transmittido com o officio dessa Inspectoria n. 153, de 29 de maio ultimo.

N. 184—Remettendo-vos o incluso processo a que se refere o vosso officio n. 156, de 29 de maio ultimo, rogo vos digneis de assignar as cautelas, annexas ao mesmo processo, que opportunamente devolvereis, substitutivas das apolices da divida publica extraviadas ns. 5.064, 18.095, 20.112, 22.030, 22.974, 23.610, 30.182, 30.185, 58.571 e 63.500, pertencentes á Confraria do Santissimo Sacramento da freguezia de São Pedro de Aventos (Portugal).

N. 185—Remettendo-vos o incluso processo a que se refere o vosso officio n. 513 de 31 de maio ultimo, que me devolvereis, rogo vos digneis de assignar as inclusas cautelas substitutivas das apolices da divida publica de ns. 46.234 a 46.233 do emprestimo de 1895, pertencentes a José Pereira Rodrigues Porto Sobrinho.

N. 186—Traamittindo o incluso processo que acompanhou o vosso officio n. 152, de 29 de maio ultimo, rogo vos digneis devolver-o, depois de assignada a cautela, annexa ao mesmo processo, substitutiva da

apolice da divida publica, extraviada, de n. 233.664, pertencente a D. Rita Izidora do Espirito Santo.

N. 187—Remettendo-vos o incluso processo acompanhado das cautelas substitutivas das apolices da divida publica, extraviadas, de ns. 9.985 a 9.989, pertencentes a Frota & Gentil, ás quaes se refere o officio da Casa da Moeda, n. 1.050, de 13 do corrente, rogo vos digneis de assignar e devolver, com o alludido processo, as mesmas cautelas.

N. 188—Remetto-vos, para os fins convenientes, os inclusos talões das cautelas substitutivas das apolices da divida publica, extraviadas, de ns. 3.571 a 3.574, 6.491, 13.305, 31.075, 31.076, 34.259 e 34.260, pertencentes á Santa Casa de Misericordia, ás quaes se referem os vossos officios ns. 133 e 606, de 14 de maio ultimo e 3 do corrente.

N. 189—Remetto-vos, para os devidos fins, os inclusos talões das cautelas substitutivas das apolices da divida publica, extraviadas, de ns. 666, 26.680, 63.853, 63.855 e 79.093, pertencentes á Santa Casa de Misericordia, ás quaes se referem os vossos officios ns. 134 e 600, de 14 de maio ultimo e 3 do corrente.

N. 190—Transmitto-vos, para os fins convenientes, os inclusos talões, annexos ao processo transmittido com o officio dessa Inspectoria n. 619, de 9 do corrente, das cautelas substitutivas das apolices da divida publica, extraviadas, de ns. 6.874 a 6.876, 53.140 a 53.143, 138.205, 2.275 e 3.684, pertencentes a Narciso Gomes Pereira do Macedo.

—Sr. delegado fiscal no Espirito-Santo:

N. 65—Declaro-vos, para os devidos fins, de accordo com o despacho do Sr. Ministro, de 20 de junho proximo findo, que o Tribunal de Contas, segundo communicou em officio n. 485, de 20 do corrente, julgou idonea e sufficiente a fiança de 200\$000, prestada pelo Collector Federal em Anchieta, nesse Estado, Euclides Passos Martins, em garantia de sua responsabilidade e seus prepostos, e constituida por uma caderneta da Caixa Economica com deposito de igual quantia.

—Sr. delegado fiscal em Minas Geraes:

N. 126—Communico-vos, para os devidos fins, que o Sr. Ministro, attendendo á solicitação do Ministerio da Industria, constante do aviso n. 251, de 20 do corrente, resolveu, por despacho de 22 de junho do corrente, que fique á disposição daquelle Ministerio, o collector federal do Bello Horizonte, Aristidj Francisco de Castro Junqueira.

N. 127—Declaro-vos, para os devidos fins, de accordo com o despacho do Sr. Ministro, de 12 de junho proximo findo, que o Tribunal de Contas, segundo communicou em officio n. 483, de 20 do corrente, julgou boa a fiança de 462\$500, prestada pelo encarregado da arrecadação das rendas federaes em Itajubá, nesse Estado, Antonio Rereira Rennó, em garantia de sua responsabilidade e de seus prepostos e constituida por uma caderneta da Caixa Economica com o deposito da quantia de 463\$000.

—Sr. delegado fiscal na Parahyba:

N. 60—Declaro-vos, para os devidos fins, e em confirmação ao meu telegramma de 23 do corrente, que o Sr. Ministro, attendendo ao que solicitou o Ministerio da Justiça e Negocios Interiores em aviso n. 85, da mesma data, resolveu autorizar o despacho livre de direitos, de uma lancha movida á kerosene, que se acha a bordo do vapor al

lémão *Santa Catharina*, no porto de Cabedello e destinada á Delegacia de Saude do mesmo porto.

—Sr. delegado fiscal no Pará.

N. 176—Declaro-vos, para os devidos effectos, que o Sr. Ministro, por despacho de 23 do corrente, resolveu deferir o requerimento em que o 2º escriptuario da Alfandega de Parahyba, a lido a nesse Estado, Francisco Jorge de Souza, pediu que fosse effectuado pelo Thesouro o pagamento da ajuda de custo que lhe navia sido concedida por despacho do mesmo Sr. Ministro, de 19 tambem do corrente.

—Sr. delegado fiscal no Paraná:

N. 104—Em resposta ao vosso officio n. 83, de 17 do mez proximo passado, declaro-vos que, conforme communicação feita pela 3ª Procuradoria da Republica nesta Capital, o officio n. 106, de 20 do mesmo mez, não foi possível intimar o engenheiro Octaviano Augusto Machado de Oliveira para o pagamento da quantia de 173:239,755, de que tratastes, por não se lhe conhecer a residencia; e recommendo-vos, em cumprimento do despacho do Sr. Ministro, de 20 do corrente, que averigues quem é o verdadeiro responsável por aquelle pagamento, e, si verificardes que é o dito Engenheiro, providenciéis para que pelo procurador fiscal dessa Delegacia seja requerida a citação por editaes.

—Sr. delegado fiscal em Pernambuco:

N. 220—Devolvendo o incluso processo, transmittido com o vosso officio n. 200, de 19 de junho ultimo, e relativo ao aforamento requerido por D. Luiza Paille Carlin, do terreno de marinha situado na Campina do Bodé, freguezia de S. José, nesse Estado, recommendo-vos, de accordo com o despacho do Sr. Ministro, de 22 do corrente, providenciéis para que seja lavrado novo termo de medição, confrontação e avaliação do mesmo terreno, observando essa Delegacia o disposto nas decisões ns. 17, de 23 de fevereiro de 1895 e 24, de 10 de maio de 1897.

N. 221—Declaro-vos, para os devidos fins, que o Sr. Ministro, tendo presente o recurso a que se refere o vosso officio n. 311, de 10 de dezembro de 1906, interposto por Alves de Brito & C., da decisão do Inspector da Alfandega desse Estado, mandando classificar no art. 473 da tarifa como de fantasia o tecido estampado para o qual pediram classificação prévia e constante da nota de importação n. 35.618, de 6 de outubro daquelle anno, resolveu, por despacho de 13 do corrente mez, proferido em sessão do Conselho de Fazenda, de accordo com o parecer deste, tomar conhecimento do mesmo recurso, para mandar que seja classificado no dito artigo 473 o tecido da inclusa amostra de cor encarnada e no artigo 472 o de cor branca, com ramagens.

—Sr. collector das rendas federaes, em Petropolis:

N. 37.— Declaro-vos, para os devidos effectos, que o Sr. Ministro, tendo presente o requerimento transmittido com o vosso officio n. 25, de 11 de abril ultimo e em que Paulino de Araujo Romão pede permissão para a sabida de fumo de seu estabelecimento, desacompanha lo dos respectivos sellos, quando destinado á casa dos officiaes encarregados do fabrico dos cigarros, resolveu, por despacho de 13 do corrente, proferido em sessão do Conselho de Fazenda, de accordo com o parecer deste, que póde ser concedida a permissão solicitada, mediante as medidas adoptadas pela Recebedoria do Rio de Janeiro e constantes do parecer junto por cópia.

Conselho de Fazenda

ACTA DA SESSÃO DE 20 DE JULHO DE 1907

Aos 20 dias do mez de julho do anno de 1907, reunia-se o Conselho de Fazenda, sob a presidencia do Exm. Sr. Dr. David Moretzohn Campista, Ministro da Fazenda, estando presentes os S. S. Dr. Pedro Teixeira Soares, director do Contencioso, Francisco Ferreira da Costa Junior, director da Contabilidade, Alfredo Regulo Valdetaro, director do Expediente e Inspeção de Fazenda, e Dr. Antonio Frederico Cardoso de Menezes e Souza, director interino das Rendias Publicas.

Lida e approvada a acta da sessão de 13 de julho, passou o Conselho a examinar e resolver as questões constantes dos seguintes processos:

Recurso de A. Krall, agente da *Hamburg Sudamerikanische Dampfschiffahrts Gesellschaft*, encaminhado com o officio n. 212, de 21 de maio deste anno, da Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul e interposto do acto da inspectoría da Alfandega de Porto Alegre, multando-o em direitos em dobro por differença, para menos, verificada por occasião da respectiva conferencia na caixa, marca «GLA», n. 497, constante do manifesto do vapor *Guahyba*, baldeada para a chata *Março*, entrada em Porto Alegre em julho de 1906.—O Conselho é de parecer que se deve negar provimento ao recurso. O Sr. Ministro resolve de accordo com o parecer do Conselho.

Recurso de A. Krall, agente da *Hamburg Sudamerikanische Dampfschiffahrts Gesellschaft*, encaminhado com o officio n. 213, de 24 de maio ultimo, da Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul e interposto do acto do inspector da Alfandega de Porto Alegre, multando-o em direitos em dobro por differença, para menos, verificada por occasião da respectiva conferencia na caixa, marca «BH», n. 1.243, constante do manifesto do vapor *Karthago*, descarregada, com avaria, da chata *Agraciada*, entrada em Porto Alegre em agosto de 1906.—O Conselho é de parecer que se deve negar provimento ao recurso. O Sr. Ministro resolve de accordo com o parecer do Conselho.

Recurso de A. Krall, agente da *Hamburg Sudamerikanische Dampfschiffahrts Gesellschaft*, encaminhado com o officio n. 178, de 25 de abril ultimo, da Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul e interposto do acto do inspector da Alfandega de Porto Alegre, multando-o em direitos em dobro por differença, para menos, verificada por occasião da respectiva conferencia na caixa, marca «VA», n. 1, constante do manifesto do vapor *Jupiter* e desembarcada da chata *Primeira*, entrada em Porto Alegre em 27 de julho do anno findo.—O Conselho é de parecer que se deve negar provimento ao recurso. O Sr. Ministro resolve de accordo com o parecer do Conselho.

Recurso de A. Krall, agente da *Hamburg Sudamerikanische Dampfschiffahrts Gesellschaft*, encaminhado com o officio n. 173, de 25 de abril ultimo, da Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul e interposto do acto da inspectoría da Alfandega de Porto Alegre, multando-o em direitos em dobro por differença, para menos, verificada por occasião da respectiva conferencia na caixa, marca «SI», n. 28, baldeada do vapor allemão *Desterro*, na cidade do Rio Grande, para a chata *Quarta*, entrada em Porto Alegre em 16 de julho de 1906.—O Conselho é de parecer que se deve negar provimento ao recurso. O Sr. Ministro resolve de accordo com o parecer do Conselho.

Recurso de J. Cesar & Comp., encaminhado com o officio n. 493, de 6 de julho

deste anno, da Alfandega do Rio de Janeiro e interposto da decisão da inspectoría, mandando classificar como adereços para a taxa de 10\$ por kilo, do art. 1.033, da Tarifa, os grampos de celluloides, para os quaes solicitaram classificação prévia.—O Conselho é de parecer que se deve tomar conhecimento do recurso, para mandar classificar a mercadoria de accordo com o parecer da Directoria das Rendias Publicas. O Sr. Ministro resolve de accordo com o parecer do Conselho.

Requerimento do Lloyd Brasileiro, pedindo restituição de direitos pagos por diversos artigos importados, por intermedio da casa Julio M. de Mattos & Comp., na importancia de 8:758:900, e que entende gosar de isenção.—O Conselho é de parecer que deve ser indeferida a reclamação. O Sr. Ministro resolve de accordo com o parecer do Conselho.

Recurso de Pedro Pereira, encaminhado com o officio n. 295, de 13 de outubro do anno findo, da Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul e interposto da decisão da Alfandega de Porto Alegre, mandando classificar como adereços de celluloides do art. 1.033, da Tarifa, para pagar a taxa de 10\$, a mercadoria submettida a despacho pela nota n. 9.275, de 16 de julho anterior.—O Conselho é de parecer que se deve tomar conhecimento do recurso, para mandar classificar a mercadoria de accordo com a Directoria das Rendias Publicas. O Sr. Ministro resolve de accordo com o parecer do Conselho.

Recurso de Rebello Guimarães & Comp., encaminhado com o officio n. 20, de 30 de janeiro de 1907, da Recebedoria do Rio de Janeiro e interposto do acto do respectivo director, indeferindo o pedido de cancellamento dos impostos de penna de agua, a partir de 1901 até 1904, dos seus predios á rua Barão de Paranapiacaba ns. 21 e 23, que se acham em ruinas.—O Conselho é de parecer que se deve dar provimento ao recurso, por equidade. O Sr. Ministro resolve de accordo com o parecer do Conselho.

Recurso de Pinto & Figueiredo, encaminhado com o officio n. 339, de 13 do mez findo, da Delegacia Fiscal em S. Paulo e interposto do acto do respectivo delegado, confirmando a multa de 200\$, imposta pela inspectoría da Alfandega de Santos por infracção do regulamento dos impostos de consumo.—O Conselho é de parecer que se deve negar provimento ao recurso. O Sr. Ministro resolve de accordo com o parecer do Conselho.

Officio n. 321, de 9 de abril de 1907, da inspectoría da Alfandega do Rio de Janeiro, transmittindo o processo de apprehensão feita pelo 2º escriptuario Manoel Lobo Botelho e relativa á mercadoria encontrada em fundos falsos de 11 malas, para cujo exame fora designado, e submettendo á apreciação do Sr. Ministro o despacho pelo qual julgou procedente a apprehensão e condemnou o dono ou consignatario á perda total do conteúdo dos fundos falsos e mais ao pagamento da multa de 50 % do seu valor.—O Conselho, em sua maioria, é de parecer que deve ser considerada boa a apprehensão. O Sr. Dr. Cardoso de Menezes entende que deve ser reformada a decisão da Alfandega do Rio de Janeiro, para que seja observado o disposto nos arts. 254 e seguintes da nova Consolidação das Leis das Alfandegas. O Sr. Ministro resolve de accordo com a maioria do Conselho.

Recurso de V. D. Vieira & Comp., encaminhado com o officio n. 88, de 17 de dezembro do anno findo, da Recebedoria do Rio de Janeiro e interposto do acto do director dessa repartição, impondo-lhes, de accordo com o art. 44 do decreto n. 5.142, de 27 de fevereiro de 1904, a multa de 10\$, por não haverem communicado, no prazo determi-

nado no § 2º do art. 17 do mesmo decreto, a alteração de firma do seu negocio.—O Conselho é do parecer que se deve negar provimento ao recurso. O Sr. Ministro resolveu de accordo com o parecer do Conselho.

Em seguida levantou-se a sessão e lavrou-se a presente acta, que eu, Acylyno Rufino de Mattos Junior, secretario do Conselho, escrevi.—*David Campista.*—*Pedro Teixeira Soares.*—*Francisco Ferreira da Costa Junior.*—*Alfredo Regulo Valdetaro.*—*Antonio Frederico Cardoso de Menezes e Souza.*

Directoria das Rendas Publicas

EXPEDIENTE DO SR. DIRECTOR

Sr. delegado fiscal no Piahy:

N. 4—Não tendo sido até a presente data respondida a ordem n. 39, de 16 do outubro de 1902, expedida pela Directoria do Expediente e Inspeção de Fazenda, que reclamara, em virtude do despacho do Sr. Ministro, de 26 de setembro de aquelle anno, documentos e informações minuciosas que explicassem os motivos determinantes da suspensão de exercicio do 2º escripturario Francisco Castello Branco Nunes, reitro-vos as determinações constantes da citada ordem, para os devidos effectos.

—Sr. inspector da Alfandega do Rio de Janeiro:

N. 36—Requisitando o Dr. Procurador da Republica em seus officios n. 108 e 109, ambos de 28 de junho proximo passado, a relação, sob n. 3, que acompanhou o relatório apresentado pelo inspector de Fazenda, Carlos Proença Gomes, á Directoria do Expediente, em 21 de novembro de 1902, comprehendendo despachos de direitos de consumo, assim como os despachos n. 5.377, de 17 de maio, 9.001 de 26 do mesmo mez e 8.059, de 22 julho, todos do anno de 1902, referentes a direitos de consumo pagos nessa Alfandega pela firma Domingos Joaquim da Silva & C. requisitando, outrossim, as respectivas facturas consulares, papeis esses que vos foram remetidos com o officio da Directoria do Contencioso, sob n. 92, em 10 de abril ultimo, conveni que, com a maxima brevidade, providenciéis no sentido de serem taes documentos enviados ao Thesouro, afim de ser attendida aquella requisição.

—Sr. Inspector da Alfandega de Porto Alegre:

N. 2—Tendo deixado de acompanhar o recurso de A. Kral, agente da Companhia Hamburgueza, transmittido com o officio n. 231, de 4 de junho proximo passado, da Delegacia Fiscal nesse Estado, o a que se refere o vosso officio de 25 de maio ultimo, sob n. 238, á mesma Delegacia, o termo de exame ou vistoria do volume sobre que versa o dito recurso, a comunicação do empregado que descobriu a falta ou extravio da mercadoria, e bem assim os demais documentos attinentes ao processo, cumpre que providenciéis no sentido de serem enviados, com urgencia, ao Thesouro esses papeis.

—Sr. Director da Casa da Moeda:

N. 317—Providenciae para que á Collectoria Federal em Therezopolis seja remetida a quantia de 5.000\$000 em 50 mil estampilhas dos impostos de consumo da taxa de 100 réis, conforme requisitou o respectivo collector em officio de 22 do corrente.

N. 318—Providenciae para que á Collectoria Federal em S. João Marcos, Mangaratiba e Rio Claro seja remetida a quantia de 3.562\$, em estampilhas dos impostos de consumo das taxas abaixo declaradas, conforme requisitou o respectivo collector no officio n. 60, de 24 do corrente; sendo: 200 estampilhas de 010 réis; 100 de 100 réis; 100 de 500 réis; 100 de 1\$000; 100 de

5\$000; 50 de 10\$000; 20 de 20\$000; 40 de 50\$000.

N. 319—Providenciae para que á Delegacia Fiscal no Estado do Paraná seja remetida a quantia de 19.000\$, em 200 mil estampilhas do sello adhesivo, da taxa de 50 réis, conforme requisitou o respectivo delegado no officio n. 32, de 29 do corrente.

—Sr. director do Laboratorio Nacional de Analyses:

N. 11—Remetto-vos a amostra junta, do producto que Munhoz da Rocha & Irmão pretendiam despachar como tinta preparada a oleo, e que pela Alfandega de Paranaguá foi qualificada como producto chimico não classificado, do art. 328 da Tarifa, afim do que, mandando proceder á analyse chimica no dito producto, forneças ao Thesouro o elemento indispensavel para a decisão relativa ao assumpto.

—Sr. Antonio Guerra Juca:

N. 4—Pelo vosso telegramma de 25 do corrente fiquei sciuto de haverdes assumido o exercicio da Inspectoria da Alfandega de Uruguayana, cargo para que fostes nomeado por decreto de 27 de junho ultimo.

Recabeloria do Rio de Janeiro

Requerimentos despachados

Dia 27 de julho de 1907

Isabel Palos Pareto.—Apresenta a petição de recusa para ser encaminhada.

João de Souza Junior.—Altere-se a classificação, de accordo com o parecer.

Adjuncto Ferreira & Comp.—Averbe-se a mudança.

Henry Rodgers, Sons & Comp.—Idem.

Antonio Teixeira de Azevedo.—Idem.

F. Fioravante & Caetano.—Idem.

Oliveira Tavares & Comp.—Idem.

Antonio Nunes.—Idem.

Antonio Angeroni.—Idem.

Dr. Francisco do Menezes Dias da Cruz.—Transfira-se. Imponho a multa de 20\$, de accordo com o art. 21, do decreto n. 5.141, de 27 de fevereiro de 1904.

Manoel Rodrigues Cardoso.—Idem, idem.

Maria Olivia de Barros.—Idem.

José de Oliveira e outro.—Idem.

Maria do Carmo Silva.—Idem.

Antonio Corrêa Valerio.—Idem.

Valentim Alves & Comp.—Idem.

Conego Antonio J. de Carvalho Rodrigues.

—Idem.

Eugenia Sakur.—Idem.

Francisco Sampaio Vieira & Irmão.—

Idem.

J. Caldeira & Comp.—Idem.

Torquato Borges Leal.—Idem.

J. G. Freitas.—Idem.

Josephina Maria Bernachet Portella.—

Idem.

José Gonçalves Pita.—Idem.

Rita J. do Coração de Jesus.—Idem.

Cosme Damião Vaz.—Idem.

Luiz Gonçalves Duarte.—Idem.

Antonio José Ferraz.—Idem.

Manoel Pereira de Mattos.—Idem. Imponho a multa de 20\$, nos termos do art. 21 do decreto n. 5.141, de 27 de fevereiro de 1904.

Antonio Pereira de Lemos.—Averbe-se a mudança.

Manoel Ferreira Penna.—Idem.

Araujo Corrêa & Comp.—Idem.

Duarte Soares de Oliveira & Comp.—Exonerese.

José Jorge de Athayde.—Satisfaza a exigencia.

Nela João.—Rectifique-se a numeração do predio.

Brandão & Silva.—Inscrevam-se. Imponho a multa de 50\$, nos termos do art. 44 do decreto n. 5.142, de 27 de fevereiro de 1904.

Joaquim José Dias.—Pago o imposto em debito, transfira-se.

Anna Theodora de Menezes Hydt.—Estando preempita a reclamação, nada ha que deferir.

Inspectoria de Seguros

DESPACHO DO SR. INSPECTOR

Dia 27 de julho de 1907

Companhia de Seguros «A Transatlantica», de Hamburgo.—Indeferido; recolha até 30 do corrente a contribuição semestral devida pela supplicante.

Expediente de 25 de julho de 1907

Ao sub-inspector de seguros na 5ª circumscripção:

N. 392—Determinando que informe sobre as despesas de expediente nos exercicios anteriores para que possa ser requisitado o credito para o corrente exercicio.

N. 593—Recommendo que providencia sobre a remessa da lista das agencias e companhias de seguros que funcionam no Estado de S. Paulo, visto, até esta data, não ter sido recebida a que, conforme communicou, remetteria até 6 do passado, devendo mencionar todas as agencias e companhias de que officialmente tiver conhecimento, bem como as que por informações e publicações lhe constar que funcionam e as que estiverem registradas na Junta Commercial do Estado e Prefeitura Municipal da Capital e de outras cidades.

—Ao delegado fiscal do Thesouro Federal em S. Paulo:

N. 391—Pedindo informações sobre o sello existente para occorrer, no corrente exercicio, ás despesas de expediente da sub-inspectoria na 5ª circumscripção.

Dia 27

Ao Sr. director geral dos Telegraphos:

N. 397—Em resposta ao vosso officio n. 1.124, desta data, cumpre-me informar a V. Ex. que a directoria da Caixa Geral das Familias, reconhecida perante o Governo Federal e sob a fiscalização official exercida por intermedio desta repartição, é composta dos Srs. coronel Carlos Leite Ribeiro, Dr. Prudente de Moraes Filho e Guilherme Maxwell de Souza Bastos, tendo a sede no edificio da Avenida Central n. 87, e á mesma deve ser entregue toda a correspondencia telegraphica que for dirigida á alludida sociedade, visto que os pretensos directores, a que alludis no vosso officio, nenhum mandado executorio ou sentença judicial exhibiram reconhecendo-os nos cargos que pretendem exercer, conforme a exposição feita por esta inspectoria ao Exm. Sr. Ministro da Fazenda em officios ns. 355 e 358, de 4 e 5 do corrente, publicados no *Diario Official* de 5 e 6 do corrente mez.

—Ao Sr. director geral dos Correios:

N. 393—Tendo a directoria, legalmente investida dos poderes de administração da Caixa Geral das Familias e composta dos Srs. coronel Carlos Leite Ribeiro, Dr. Prudente de Moraes Filho e Guilherme Maxwell de Souza Bastos, requisitado desta repartição que communicasse a essa directoria si a mesma está devidamente habilitada a exercer a administração da alludida sociedade recebendo a correspondencia que lhe for dirigida, cabe-me informar-vos de que os pre-

ensos directores signatarios de um protesto feito perante o juizo seccional da 2ª Vara desta capital nenhum documento ou mandado executorio ou sentença judicial, recebendo-os ou investindo-os nos cargos que pretendem exercer, apresentaram ao Governo Federal, por intermedio da Inspectoria de Seguros, subordinada ao Ministerio da Fazenda a qual está affecta a fiscalização das sociedades de seguros de qualquer natureza.

Ao Exm. Sr. Ministro da Fazenda já esta repartição informou deitadamente por officio ns. 355 e 358, de 4 e 5 do corrente, publicados no *Diario Officia*, de 5 e 6, sobre a situação anormal creada pelos pretensos directores com o fim de embaraçar o funcionamento normal e legal da sociedade em questão, com sede á Avenida Central n. 87, e legalmente administra-la, como me apraz affirmar-vos, pelos cavalheiros a que me refiro no principio deste.

tricto telegraphico dessa localidade, devendo o me-mo propor as medidas que lhe parecerem mais conveniente no sentido de acautelar os interesses da fazenda nacional.

— Remetter-se ao director da Directoria Geral de Estatistica o mappa do movimento dos enfermos tratados no hospital geral da Santa Casa da Misericordia, durante o anno commissal de 1906 a 1907.

Requerimentos despachados

Dia 26 de julho de 1907

Christovam de Magalhães Nogueira, pedindo permissão para substituir por outro o relatorio que apresentou com o envolvero sob n. 6.733, relativo a um pedido de garantia provisoria para «Novo systema de carros movidos por tracção animada». — Indeferido.

Dr. Antonio Ribeiro da Silva Braga, pedindo que, pelos respectivos ministerios e na forma do art. 35, secção XXIV, § 2º, sejam declarados productos brasileiros, para os effeitos da exportação e favores dessa lei e dos §§ 1º e 2º da citada secção XXIV do art. 35 da lei que regula o orçamento da despeza da Republica, todos os productos da carne vegetalizada, registrado sob o nome de «Carovegeta», inventados no Brazil e privilegiados em diversos paizes. — Não ha que deferir.

Lu-cibio Maximiano Pires Ferreira. — Compareça nesta directoria geral.

Exame previo

Dia 27

Manoel da Silva Cunha, pedindo privilegio para sua invenção de rotulos annuncios de casas commerciaes, companhias e empresas industriaes, adaptados nas caixas de phosphoros de ma loira e cera. — Compareça nesta Secretaria de Estado no dia 29 do corrente, á 1 hora da tarde.

Jardim & Comp., pedindo privilegio para sua invenção do novo producto denominado *Canna Secca Triturada*, para ser applicada a diversos usos e especialmente á forragem. — Compareçam nesta Secretaria de Estado no dia 29 do corrente, á 1 hora da tarde.

Joseph Arnold, pedindo privilegio para sua invenção de um novo systema de fabricação de biscoitos. — Compareça nesta Secretaria de Estado no dia 29 do corrente, á 1 hora da tarde.

Testoni y Semino, pedindo privilegio para sua invenção de um novo apparatus para preparar, filtrar e beber infusões. — Compareçam nesta Secretaria de Estado no dia 29 do corrente, á 1 hora da tarde.

Verissimo Coutinho de Araujo, pedindo privilegio para sua invenção de um novo processo de preparação do xarque vaccum. — Compareça nesta Secretaria de Estado no dia 29 do corrente, á 1 hora da tarde.

Directoria Geral de Obras e Viação

Por portaria de 27 do corrente foram concedidas as seguintes licenças:

De 90 dias com ordenado, de accôrdo com o § 1º do art. 2º do decreto n. 4.431 de 7 de março de 1870, em prorrogação á concedida pelo director da estrada, ao conferente de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, Eulalio Adolpho de Souza Pitanga para tratar de sua saude.

De 90 dias, idem, idem, ao fiel da thesouraria da mesma estrada Luiz Moreira de Souza para o mesmo fim.

Caixa de Conversão
BALANCETE EM 27 DE JULHO DE 1907

Debito

Caixa :			
Bilhetes a emittir.....	72.551.770\$000		
Moeda subsidiaria.....	8.343\$589		72.560.115\$589

Caixa Ouro :

Em deposito :			
£.....	5.351.193-10-0	85.619.096\$000	
» » Francos.....	10.598.095	6.739.781\$700	
» » Marcas.....	—	—	
» » Ouro nacional....	48.490\$000	87.283\$000	
» » Dollars.....	—	—	
» » Réis fortes.....	—	—	
» » Pesos argentinos...	950	3.020\$720	
» » Liras italianas....	3.260	2.073.165	
» » Pesetas.....	190	120\$825	92.451.374\$411

165.011.490\$000

Credito

Emissão :			
Bilhetes emittidos.....	100.990.800\$000		
» resgatados.....	8.549.080\$000		

92.441.720\$000

Em circulação.....			72.551.770\$000
Notas a emittir :			
Existentes no cofre.....			18.000\$000
Thesouro Federal :			
Supplemento em moeda subsidiaria.....			18.000\$000

165.011.490\$000

Rio de Janeiro, 27 de julho de 1907. — Dr. Henrique Augusto de Oliveira Diniz, vice-presidente. — Jovino Barral da Fonseca, chefe da contabilidade. — João Gomes R. Horta, thesourheiro.

Ministerio da Marinha

Por portarias de 26 do corrente :

Foram exonerados os capitães-tenentes Americo Ferraz e Castro e Arthur Thompson, o 1º do commando do rebocador *Audas* e o 2º do rebocador *Colona*.

Foram nomeados :

O capitão-tenente Randolpho Egydio de Noronha Moraes, para exercer, interinamente, o cargo de commandante da torpedeira *Pedro Affonso*;

O contra-mestre da officina de caldeieiros de ferro do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro José Joaquim Ramos, para exercer o logar de mestre da mesma officina, e o operario de 1ª classe, tambem da mesma officina, João José da Cunha, para exercer o logar de contra-mestre da já citada officina;

O 1º tenente Francisco Jeronymo Coelho Lessa, para exercer as funções de encarregado da artilharia da fortaleza de Santa Cruz, no Estado de Santa Catharina.

—Por outros de 27 do corrente, foi exonerado o capitão de mar e guerra graduado reformado Francisco Espiridião Rodrigues Vaz, do cargo de ajudante da Inspectoria de Engenharia Naval, e nomeado para exercer igual cargo na Inspectoria de Marinha.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas

Directoria Geral da Contabilidade

Requerimento despachado

Dia 27 de julho de 1907

D. Luiza Gomes de Miranda e Silva e outra, pedindo os favores do montepio como viuva e filha do contribuinte João José de Miranda e Silva, telegraphista de 1ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos. — Apresentem novas certidões de obito do contribuinte e do nascimento da filha do contribuinte de nome Judith, com a transcripção dos respectivos termos do assentamento.

Directoria Geral da Industria

Expediente de 26 de julho de 1907

Communicou-se ao delegado fiscal do Thesouro Federal, em Goyaz, em resposta ao seu officio n. 98 de 22 de abril ultimo e telegramma de 2 do corrente que, por officio n. 145, de 25 de maio ultimo, ao director geral dos telegraphos, foram pedidas providencias para que o material a que se referiram o officio e telegramma citados, sejam examinados pelo engenheiro chefe do dis-

Expediente de 27 de julho de 1907

Ao engenheiro chefe da Comissão Fiscal da Rede de Viação Ferrovia do Rio Grande do Sul, declarou-se ficar a companhia arrendataria autorizada a adquirir o material destinado aos reservatórios de água a estabelecer-se nas linhas de Cacequi a Uruguaiana e de Neustad á Margem, devendo a respectiva despesa, na importância total de 11:397\$252, ser levada á conta do capital da referida companhia.

—Ao engenheiro fiscal da Estrada de Ferro da Bahia ao S. Francisco declarou-se ter sido aprovada a tomada de contas da estrada e do ramal do Timbó referente ao 2º semestre do anno passado.

Solicitou-se do Ministerio da Fazenda providencias no sentido de ser despachada, livre de direitos, uma caixa contendo um modelo de distribuição, tipo Stevenson, vinda de Nova York com destino á Estrada de Ferro Central do Brazil.

—Solicitou-se do Ministerio da Marinha ficar á disposição deste ministerio o capitão-tenente Damasco de Novaes.

—Ao presidente do Estado de S. Paulo solicitaram-se providencias no sentido de que, no mais breve prazo possível seja mudado para outro ponto do litoral de Santos a descarga da rede de esgotos, visto que onde a mesma é feita presentemente, prejudica o andamento das obras a cargo da Companhia Docas de Santos.

—Remetteram-se ao 1º secretario do Senado Federal, acompanhadas de uma Mensagem do Sr. Presidente da Republica, as informações que sobre a Companhia Docas de Santos, foram pedidas por aquella casa do Congresso Nacional.

TRIBUNAL DE CONTAS

Sessão ordinaria em 26 de julho de 1907

PRESIDENCIA DO SR. DR. DIDIMO DA VEIGA

Representante do ministerio publico, Dr. Alfredo Valladão — Secretario, Couto Neves

Presentes os Srs. directores Dr. Viveiros de Castro, Dr. Thomaz Cochrane e Arthur A. Ewerton, foi aberta a sessão.

Relatados pelo Sr. Dr. Viveiros de Castro: Ministerio da Industria Viação e Obras Publicas—Avisos:

Ns. 171 e 172, de 13 do corrente, com as cópias dos contractos celebrados pela Directoria Geral dos Correios com a *Société d'Exploitation de Brevets*, em Torino, na Italia, para o fornecimento de fechos de chumbo privilegiados, machinas de mesa para esmagamento dos mesmos fechos e mais objectos necessarios á garantia do sigillo das correspondencias postaes, no corrente anno; e pela Administração dos Correios do Estado das Alagoas com Francisco Xavier Moreira para arrendamento do predio onde funciona a agencia dos correios de Jaraguá, no mesmo Estado, pelo prazo de tres annos.—O tribunal ordenou o competente registro.

N. 181, de 20, consultando sobre a abertura do credito de 1.000:000\$ para occorrer ás despesas com o prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brazil.—O tribunal foi de parecer que o credito póde ser legalmente aberto como especial.

N. 182, de 22, remettendo cópia do decreto n. 6.571, de 18, que abre o credito de 30:000\$ para pagamento á viuva, filha solteira e filhos menores do Dr. Manoel Martins Torres, em remuneração de serviços prestados pelo mesmo finado como arbitro

do Governo da Republica em diversos arbitramentos processados perante o Ministerio.

N. 2.304, de 19, sobre a concessão á thesouraria da Estrada de Ferro Central do Brazil do credito de 20:000\$, á conta do que foi aberto pelo decreto n. 6.140, de 11 de setembro de 1906, para pagamento do pessoal da via permanente e edificios.

O tribunal autorizou o registro do credito e o da distribuição do de 200:000\$00.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores—Avisos:

N. 2.273, de 4 de junho ultimo, referente á annullação de varias quantias distribuidas ao Thesouro Federal e ás delegacias fiscaes nos Estados, á conta do credito aberto pelo decreto n. 5.699, de 2 de outubro de 1905, e á transferencia do saldo do dito credito, que é de 1.197:532\$531 para o exercicio de 1907, de conformidade com o art. 11 da lei numero 1.617, de 30 de dezembro de 1906.—O tribunal ordenou que se faça a annullação e o registro da transferencia do alludido saldo.

N. 2.594, de 27, consultando sobre a abertura do credito especial de 5:250\$000 para pagamento das ajudas de custo que competem ao Dr. João Pedro Belfort Vieira na qualidade do Senador pelo Estado do Maranhão nos annos de 1891 a 1893.—O tribunal foi de parecer que o credito póde ser legalmente aberto.

Foi voto vencido o do Sr. Dr. relator, de accordo com os fundamentos do parecer que emittiu em processo da mesma natureza, concernente á pagamento de ajudas de custo ao Sr. Senador marechal Firmino Pires Ferreira.

N. 2.609, de 28, solicitando que, do credito distribuido á Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado do Amazonas para pagamento dos vencimentos do juiz districtal da Prefeitura do Alto Juruá, seja annullada a quantia de 3:200\$900 e distribuida á Delegacia Fiscal no Estado de Minas Geraes para occorrer, de 1 de maio a 31 de dezembro desse anno, ao pagamento da consignação, na razão de 400\$000 mensaes, que aquelle juiz, bacharel Gustavo Alfonso Farnere faz a sua esposa D. Maria Ernestina Ottoni Farnere.—O tribunal mandou registrar a distribuição do credito, feita a necessaria annullação.

Ns. 1.826 e 2.842, de 13 e 15 do corrente, remettendo cópia dos contractos effectuados pelo Dr. chefe de Policia do Distrito Federal com Manoel Garcia para o fornecimento de capim destinado ao sustento dos animaes ao serviço dos carros da Casa de Detenção no actual semestre; e entre o Ministerio e Costa & Santos para execução do serviço de transporte de enfermos, feridos e cadavere, nos casos de intervenção da autoridade policial, no corrente anno.—O tribunal determinou que seja registrado o primeiro dos ditos contractos, deixando de assim proceder quanto ao segundo por insufficiencia do saldo da consignação da verba 15ª, á conta da qual tem de correr a despesa.

N. 2.855, de 16, relativo á concessão do credito de 600\$ á Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado de S. Paulo para despesas da verba 35ª com o pagamento da congrua que compete ao vigário collado de Casa Branca, naquelle Estado, monseñhor Miguel Martins da Silva;

N. 2.905, de 18, transmittindo, por cópia, o decreto n. 6.565, da mesma data, abrindo o credito especial de 6:253\$331 para pagamento dos ordenados que competem, de 3 de abril a 31 de dezembro deste anno, aos escrivães da Repartição da Policia que ficaram em disponibilidade em virtude do § 1º do art. 254 do regulamento anexo ao decreto n. 6.440, de 30 de março ultimo.

O tribunal resolveu que se dê registro á distribuição do credito de 600\$ e ao credito especial de 6:253\$331.

Ministerio das Relações Exteriores — Avisos:

N. 210, de 5 de junho ultimo, pedindo que do credito distribuido á Delegacia do Thesouro Federal em Londres para pagamento de ajudas de custo concedidas aos secretarios da Missão Especial á Haia seja annullada a quantia de 3:000\$, ouro, que correspondia á do 1º tenente da armada Alfredo Kuy Barbosa, que deixou de fazer parte da mesma missão.—O tribunal determinou que se effectue a annullação.

N. 239, de 9 do corrente, solicitando que, pelo credito aberto pelo decreto n. 5.966, de 4 de abril de 1906, sejam pagas no Thesouro Federal, de 1 de julho a 31 de dezembro deste anno, as gratificações mensaes que competem ao pessoal dos Tribunales Arbitraes Brasileiro-Peruano e Brasileiro-Boliviano.—O tribunal fez registrar a despesa de 55:600\$ como credito distribuido ao Thesouro.

—Relatados pelo Sr. Dr. Thomaz Cochrane:

Ministerio da Fazenda:

Avisos:

N. 72, de 16 do corrente, attinente ao contracto celebrado na Directoria do Contencioso do Thesouro Federal com o engenheiro Domingos R. Cordeiro Junior para a construção de uma ponte metallica para a Alfandega de Maceió, e que, por cópia, veio anexo ao officio da Directoria do Expediente, n. 214, de 20 do junho ultimo.—O tribunal recusou registro ao contracto por admittir-se na clausula 3ª a possibilidade de sua prorrogação além do anno financeiro.

N. 73, de 20, transmittindo o decreto n. 6.561, de 18, que abre os creditos de 30:000\$ e 70.000\$, supplementares ás verbas ns. 23ª e 30ª, do art. 45 da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906.—O tribunal ordenou o registro dos creditos.

Processos de distribuição do creditos:

De 249\$ e 30:067\$ á Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado do Paraná para despesas das verbas 3ª e 4ª;

De 1:680\$ e 954\$498 á no Estado de S. Paulo e de 1:633\$331 á no do Ceará, idem da verba 5ª;

De 2:250\$000 á no Estado de Pernambuco, de 83\$272 á no do Pará, de 2:523\$879 á no do Rio Grande do Sul, de 1:188\$166 á no do Estado do Piahy, e de 1:211\$92 á no Thesouro Federal, idem da verba 16ª;

De 2:100\$ á Delegacia Fiscal no Estado de Santa Catharina, idem da verba 17ª;

De 1:500\$ á no Estado do Amazonas, idem da verba 23ª.

O tribunal autorizou o registro da distribuição dos mencionados creditos, feitas a devidas annullações.

Processos de concessão:

De meio-soldo e monte pio: ao menor Sabino Mangeon, filho do finado cirurgião de 5ª classe da armada, 2º tenente Dr. Henrique Mangeon, nas importancias mensaes de 23\$333 e 70\$.—O tribunal, attendendo a que foram no processo observadas as disposições em vigor, julgou legal a concessão das pensões.

De monte pio civil:

A D. Almerinda Ribeiro Nogueira e á menor Zuila, filhas do finado secretario da Estrada de Ferro de Timbaúba a Nova Cruz José Maria Nogueira, na importância annual de 625\$ a cada uma;

A D. Carlota Garcia Bezerra, viuva do 1º escripturario da Alfandega de Santos Ramiro Xavier Bezerra, na importância annual de 950\$, e a sua filha solteira D. Elisa Bezerra, em igual importância;

A D. Francisca Ramos Torres Portugal e D. Maria Lydia Ramos Portugal e aos menores Maria do Carmo, José, Nydia e Odete, filhas do finado ex-contador da Estrada de Ferro de Baturité José Bernardino da Silveira Torres Portugal, na importancia annual de 3:000\$00 cada um;

A D. Antonia Benevenuta Noronha Hamvultando, viuva do director geral aposentado da ex-Secretaria de Estado da Instrução Publica, Correios e Telegraphos Dr. Joaquim Antonio Hamvultando de Oliveira, na importancia annual de 1:500\$, e a suas filhas solteira D. D. Olympia e Virginia Antonia de Hamvultando, na de 750\$ a cada uma;

A D. Maria Carvalho Chagas, viuva do telegraphista de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil Jeronymo Pinheiro Chagas, na importancia annual de 600\$000;

A D. Marianna das Dôres Baptista Pinto, viuva do guarila da Alfandega do Santos José Maria Pinto Junior, na importancia de 800\$ annuaes;

A D. Leonor Maria Francelina de Padua, irmã solteira do finado porteiro, aposentado, da secretaria do Senado Federal Eduardo Antonio de Padua da importancia annual de 1:300\$000.

De meio-soldo:

A D. Laura Carneiro Sarmento, viuva do 2º tenente do exercito Arnulpho Sarmento, na importancia mensal de 36\$000;

A D. Josephina Nunes de Carvalho, viuva do capitão reformado do exercito Carlos Augusto Pereira de Carvalho, na importancia de 26\$400 mensaes;

A D. Octacilia Couto e Mello do Oliveira e a menor Cecy, filhas do finado tenente do exercito Horacio de Castro do Couto e Mello, na importancia mensal de 26,250 a cada uma.

De meio soldo e montepio:

A D. Elvira Candida Corrêa, viuva do capitão de mar e guerra, engenheiro machinista Jorge Augusto Corrêa, na importancia mensal de 300\$ em cada titulo;

A D. Maria Antonia Espinola Barretto, viuva do capitão de corveta graduado e commissario reformado Antonio Mariano Barretto Pereira Pinto, nas importancias mensaes de 75\$ e 105\$000;

A D. Cesarina Oliveira dos Anjos, viuva do 2º tenente do exercito Joaquim Virissimo dos Anjos Junior, nas importancias mensaes de 57\$000 e 60\$000.

De aposentadoria:

Ao auxiliar tecnico da Commissão de Melhoramentos do Porto de Pernambuco, Miguel Angelo do Nascimento Feitoza, com o vencimento annual de 3:302\$222, visto contar 31 annos, tres mezes e 10 dias de serviço publico;

Ao pratico de 1ª classe da Praticagem da Barra do Rio Grande do Sul José Pereira da Silva, com o vencimento annual de 1:700\$, correspondente a 35 annos e um mez de identicos serviços;

Ao Agente de 1ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil Luiz Silveira do Pillar com o vencimento annual de 3:691\$111, visto contar 36 annos, um mez e 20 dias idem.

De reforma:

Do guarda da Alfandega da cidade do Rio Grande do Sul João Sinclair Martins de Freitas, com o vencimento annual de 1:000\$, visto contar mais de 30 annos de serviço publico.

O tribunal, atendendo a que foram observadas nos processos as disposições em vigor, considerou legal a concessão das pensões, das aposentadorias e da reforma de que se trata, registrando-se a despeza na forma dos pareceres. No julgamento das aposentadorias e da reforma foi voto vencido o do Sr. Dr. presidente, pelos fundamentos do

que emittiu em sessão de 26 de janeiro do anno passado no processo de jubilação do lente cathedraticeo do Gymnasio Nacional Dr. Luiz Pedro Drago.

De meio-soldo a D. Faustina Jovita de Siqueira Cesar, filha do major reformado do exercito José Maria de Siqueira Cesar, na importancia mensal de 21\$000.—O tribunal declarou legal a concessão e ordenou o registro da despeza com exclusão da importancia de 14\$, demais comprehendida por erro de calculo na classificação feita pelo The-souro Federal.

Ministerio da Marinha — Avisos:

N. 83, de 3 deste mez, remetendo, por cópia, os contractos lavrados na Capitania do Porto do Estado do Ceará com Diogo Barros & Comp. e João Monocl da Fonseca para o fornecimento de artigos dos grupos «Padaria» e «Açugues» aos estabelecimentos de marinha e navios da armada no referido Estado durante o corrente anno.

Ns. 1.502, 103, 136 e 156, de 15 do junho findo, 6 e 11 do corrente, acerca da concessão dos creditos:

De 50:000\$ á Directoria Geral de Contabilidade do Ministerio para despezas da verba 23ª;

De 451\$240 á Delegacia Fiscal no Estado do Espirito Santo, idem das verbas 18ª e 20ª;

De 1:500\$ e 1:300\$ ás Delegacias Fiscaes nos Estados do Amazonas e de Pernambuco, idem da verba 22ª.

O tribunal fez registrar os contractos o a distribuição dos creditos.

N. 230, de 17, requisitando o pagamento de 103:425\$920, proveniente de varios artigos fornecidos ao Commissariado Geral e Arsenal de Marinha nos mezes de abril a junho ultimos. — Havendo já sido registrada a quantia de 103:238\$420, deliberou o tribunal sobre a de 187\$500 em que importa uma conta de Rodrigo Vianna, recusando-lhe registro por insufficiencia de saldo na sub-consignação — Para os navios e estabelecimentos de marinha — da verba 19ª, em que foi computada a despeza.

Sem numero, de 20, remetendo as demonstrações das despezas a realizarem-se á conta das verbas 1ª, 3ª, 6ª, 11ª e 17ª do orçamento do vigente exercicio, de accordo com as regornizações feitas em virtude dos decretos ns. 6.502 a 6.507 e 6.510, de 11 de junho ultimo, e 6.525 e 6.526, de 15 do mesmo mez. — O tribunal ordenou o registro da alteração, effectuada as annullações indicadas no parecer.

Ministerio da Guerra:

Avisos:

N. 478, de 4 do corrente, relativo ao pagamento de varias facturas, no total de 9:477\$172, provenientes de medicamentos, drogas e outros artigos fornecidos ao Laboratorio Chímico Pharmaceutico Militar e ao Deposito do Material Sanitario do Exercito no actual exercicio. — Já tendo sido registrada a quantia de 8:078\$320, resolveu o tribunal sobre a de 1:398\$852, em que importa uma factura de Domingos Joaquim da Silva & Comp., negando-lhe registro por impropriedade da classificação da respectiva despeza.

N. 496, de 11, referente á concessão do credito de 39:079\$792 ás delegacias fiscaes nos Estados da Parahyba e das Alagoas para despezas das verbas 9ª e 12ª.—O tribunal mandou registrar a distribuição do credito.

Officios da Direcção Geral de Contabilidade da Guerra ns. 489, de 5 de junho proximo findo, 526 e 577, de 17 desse mez e 18 de julho corrente, e 569, de 10 tambem do corrente, relativos aos contractos effectuados pela Intendencia Geral da Guerra com Rodrigo Vianna, Ferroira Passos & Comp.,

Azevedo Alves, Irmão & Comp., e outros para fornecimento de artigos de fardamento, equipamento, expelente dos corpos e utensilios, roupa de hospitaes e para a limpeza dos corpos, no corrente anno; e pelo conselho de concurrencia da Direcção Geral do Engenharia com Pedro Richard, Pedro Pam-puri e Pantaleão Laudiza para as obras e reparo e asseio do quartel do 1º regimento de cavallaria e no edificio de dous pavimentos da antiga escola de tiro do Realengo, no prazo de 60 dias;

N. 574, de 11 do corrente, com a cópia do contracto feito com Azevedo Alves, Irmão & Comp. e com a Viuva Cunha Guimarães e outros, para aquisição de artigo de fardamento, equipamento, etc., no prazo de quatro mezes;

N. 28, de 17, attinente ao contracto realizado pela Intendencia Geral da Guerra com Azevedo Alves, Irmão & Comp, Luiz Mendonça e outros, para o fornecimento de artigos de fardamento, roupa de hospitaes, etc, no corrente anno, e que veio annexo ao officio n. 506, da Direcção Geral do Contabilidade da Guerra, de 7 de junho ultimo.

O tribunal determinou que sejam registrados os contractos.

—Relatados pelo Sr. Arthur A. Ewerton:

Processos:

De tomada de contas.

Do cirurgião da armada Dr. Eugenio Ernesto Barbosa, relativas ao periodo de 22 de junho a 6 de setembro de 1906, em que serviu no vapor de guerra *Andrada* e cruzador torpedeiro *Tamayo*;

Do commissario Santino Saraiva de Farias Castro, de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1906, no cruzador *Republica*;

Do secretario da Capitania do Porto do Estado da Bahia Luiz Augusto Rosa, de 1 de janeiro a 11 de março de 1907;

Do amanuense da Delegacia da Capitania do Porto do Rio Grande do Sul Miguel dos Santos Portalet, de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1905;

Do pharoleiro Belisario Augusto de Sá, de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1905, no pharol das Mostardas, no Estado do Rio Grande do Sul;

Do patrão-mór João Tavares Iracema, de 2 de janeiro de 1905 a 18 de igual mez de 1906, na Capitania do Porto do Estado do Ceará;

Do mestre da officina de espingardeiros do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro Feliciano Antonio Teixeira, de 23 de setembro de 1903 a 26 de julho de 1903.

Dos ex-agentes dos Correios:

Amaro Lacerda Pereira, de Estrella, no Estado do Rio Grande do Sul, de 12 de novembro de 1902 a 3 de maio de 1906;

Horacio Junior da Silva Costa, de S. Francisco de Paula de Cima da Serra, Estado do Rio Grande do Sul, de 9 de maio de 1903 a 3 de outubro de 1906;

Tude Pinto Crespo, de Bom Conselho, no Estado de Pernambuco, de 1 de fevereiro de 1897 a 8 de abril de 1903;

João Schmidt, de Santo Amaro, Estado de S. Paulo, de 10 de fevereiro a 15 de dezembro de 1905;

José Serapião Cordeiro da Silva, de Sertãozinho, no Estado de Pernambuco, de 19 de setembro de 1893 a 30 de junho de 1903;

Do prefeito do Aito Acro, capitão Domingos Jesuino de Albuquerque, relativas ao adiantamento de 21:448\$516, que lhe foi feito em virtude do aviso do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, n. 455, de 31 de janeiro de 1903, para despezas da Prefeitura no exercicio de 1906.

O tribunal julgou os mencionados responsáveis quites com a Fazenda Federal, lavrando-se neste sentido os necessarios accordãos.

Do cirurgião da armada Dr. Octavio Joaquim Tosta da Silva, de 4 de abril de 1906 a 4 de janeiro de 1907, no cruzador-torpedeiro *Tupy* ;

Do commissario João Engel Filho, de 19 de junho a 31 de dezembro de 1903, na companhia de marinheiros nacionaes de Mato Grosso ;

Do secretario da Capitania do Porto do Estado de Pernambuco, João Baptista Cesario de Mello, de 14 de março a 30 de setembro de 1905 ;

Do fiel de 1ª classe Raymundo Athanasio Barros Vasconcellos, de 23 de janeiro a 8 de fevereiro de 1907, na canhoneira *Acre* ;

Do pharoleiro Vicente Antonio Elias Junior, de 12 de agosto de 1896 a 31 de dezembro de 1904, no pharol da Fortaleza, Estado do Paraná.

O tribunal fez lavrar accordãos fixando em 18675 o alcance apurado nas contas do primeiro dos alludidos responsaveis, em 938010 o do segundo, em 32500 o do terceiro, em 105531 o do quarto e em 215620 o do quinto e ultimo e marcando o prazo de 30 dias para o respectivo recolhimento.

Do ex-collector das rendas federaes de S. José de Além Parahyba, no Estado de Minas Geraes, Leopoldo Bullo Pimentel Barbosa, de 1 de janeiro de 1891 a 30 de junho de 1902 ;

Do ex-agente do Correio na Fortaleza, no mesmo Estado, Manoel Felix Rosas, de 1 de dezembro de 1898 a 20 de igual mez de 1903 ;

Do ex-thesoureiro da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado de S. Paulo Antonio Joaquim Machado, de 27 de novembro de 1894 a 31 de dezembro de 1895 e de 22 de novembro de 1897 a 22 de igual mez de 1901.

Havendo sido recolhidos, com os juros da mora, os alcances fixados por accordãos de 11 de novembro de 1904, 23 de igual mez de 1906 e 12 de julho corrente, resolveu o tribunal expedir quitação aos alludidos responsaveis.

De prestação de fiança :

Dos collectores das rendas federaes :

Virgilio José Corrêa, em União da Victoria, Estado do Paraná, de 230\$ em cadernecta da Caixa Economica ;

Manoel Pereira de Miranda, em Estrella, Estado do Rio Grande do Sul, de 700\$ em identico titulo, como reforço da anteriormente prestada ;

Luiz Curtolo, em Caxias, no mesmo Estado, de 600\$ idem, idem ;

Themistocles Leal Gomez, interino, em Duquim e Araua, Estado de Sergipe, de 200\$ em moeda corrente ;

Antonio Teixeira Alves, em Boquiava, Estado do Paraná, de 200\$ em cadernecta da Caixa Economica ;

Liberato Medeiros, em Bom Jardim, Estado do Rio de Janeiro, de 800\$ em identico titulo ;

Do escrivão da Collectoria das Rendas Federaes em S. Carlos do Pinhal, Estado de S. Paulo, Benedicto Candido de Oliveira Doria, de 1:500\$ em cadernecta da Caixa Economica como reforço da anterior, na importancia de 3:000\$000 ;

Do encorregado da arrecadação das Rendas Federaes de Muzambinho, Estado de Minas Geraes, Luiz Navarro Netto, de 480\$ em identico titulo ;

Do fiel de armazem da Alfandega do Estado de Pernambuco Celso Cavalcanti de Albuquerque, de 3:000\$ em uma cadernecta da Caixa Economica, pertencente a José Fernandes Nunes, com o deposito de 3:050\$303 ;

Do fiel de armazem da Alfandega do Rio de Janeiro Henrique Augusto Maleval, de 6:000\$ representada por seis apolices da divida publica de 1:000\$ cada uma, de sua propriedade ;

Do thesoureiro da Caixa Economica Federal no Estado de Minas Geraes Antonio Joaquim Ferreira dos Santos, de 2:000\$ em duas cadernectas da Caixa Economica, de propriedade de Octavio Vieira de Brito e José Maria Affonso Baeta, em substituição de parte da fiança anteriormente prestada, pertencente a Antonio Rodrigues do Nascimento ;

Do administrador das Capatazias da Alfandega do Recife João Ferreira Monteiro, de 7:000\$ em duas cadernectas da Caixa Economica, uma de propriedade do exactor e outra pertencente a Antonio Joaquim Teixeira Bostos, e n substituição da anterior.

O tribunal, attendendo a que os valores offercidos e encionam a gestã dos responsaveis e seus prepostos, julgou idoneas e suficientes as fianças ; ficando, porém, dependente de tomada de contas da gestã até o dia 2 de agosto de 1903 o levantamento da fiança anterior prestada pelo ultimo delles.

Dos collectores das rendas federaes :
Henrique Grossi, em Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul, de 300\$, em cadernecta da Caixa Economica, como reforço da anterior ;

João Wagner Filho, em Lageado, no mesmo Estado, de 1:800\$, idem idem.

O tribunal deixou de approvar as ditas fianças, por não ter sido apresentada certidão declarando não existir, em relação ao novo deposito, embargo, pehora ou qualquer outro onus.

Camillo Martins Gomes, em Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro, de 300\$ em apolices da divida publica já cautionadas e uma cadernecta da Caixa Economica com o deposito de 200\$, pertencente a Marcirio de Mendonça Santos, como reforço da anteriormente prestada. — O tribunal converteu o julgamento em diligencia, a fim de requisitar informação si foi pago o sello proporcional, visto não constar tal circumstancia do termo de fls. 14 do processo.

De levantamento de fiança :

Requerimento de Werner Eugenio Meyer, pedindo restituição da fiança que prestou em garantia da gestã do ex-collector das rendas federaes no municipio do Pomba, no Estado de Minas Geraes, Mario Pereira Leite, visto haver sido expedida quitação ao dito ex-collector, em virtude do despacho deste tribunal de 28 de junho findo.

Officio n. 11, da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado de S. Paulo, de 6 de março deste anno, remetendo um requerimento em que o escrivão da Collectoria das Rendas Federaes em Santa Cruz das Palmeiras, no mesmo Estado, Domingos Furiati pede levantamento da fiança que prestou para garantir a sua gestã no dito cargo, visto não o haver exercido.

O tribunal resolveu que se solicite o levantamento das referidas fianças.

Foi approvada a redacção dos accordãos lavrados nos processos apresentados nas sessões de 19 do corrente e 12 de junho proximo passado, referente ás contas do ex-chefe de policia do Districto Federal Dr. André Cavalcanti, mandando expedir-lhe quitação; e do ex-thesoureiro da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado de São Paulo Manoel Pedro da Cunha, fixando em 60:848\$953 o alcance apurado, e marcando o prazo de 30 dias para o respectivo recolhimento, acrescido dos juros da mora.

Finalmente, foi julgada comprovada a applicação das seguintes quantias feita pelos responsaveis abaixo indicados por conta de adiantamentos que receberam :

De 264\$700, pelo porteiro da Directoria Geral de Estatistica, com despezas miudadas a seu cargo, no segundo trimestre deste anno ;

De 1:000\$, pelo porteiro do Thesouro Federal, idem, no mez do junho findo ;

De 19:805\$485, pelo administrador do Hospicio Nacional de Alienados Euzebio de Queiroz Mattoso Maia, com o pagamento dos salarios do pessoal de nomeação do director, relativos ao dito mez de junho ;

De 29:007\$, pelo engenheiro Orville A. Derby, com o pagamento de despezas do serviço geologico e mineralogico do Brazil, nos mezes de março a maio deste anno ;

De 1:900\$, pelo chefe da commissão sanitaria em Campos Dr. Luiz Tavares de Macedo Junior, com despezas a seu cargo, em junho ultimo.

Ordens de pagamento

Ordens de pagamento sobre as quaes proferiu despacho de registro, em 27 do corrente, o Sr. presidente deste tribunal :

Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas—Avisos :

N. 2.231, de 15 do corrente, pagamento de 4:473\$296, a diversos, de fornecimentos á Estrada de Ferro Central do Brazil, em maio ultimo ;

N. 2.308 de 19 do corrente, idem de 13:298\$745, a diversos, idem, idem, nos mezes de fevereiro a abril ultimos ;

N. 2.302, de 22 do corrente, idem de 27:292\$281 a Herm, Stoltz & Comp., idem, idem, em março e abril ultimos ;

N. 2.330, da mesma data, idem de 27:478\$560, aos mesmos, idem, idem, em março e abril ultimos ;

N. 2.331, da mesma data, idem de 43:420\$505, aos mesmos, idem, idem, idem ;

N. 2.309, de 19 do corrente, idem de 16\$500, a diversos, idem, idem, em março ultimo ;

N. 2.270, de 16 do corrente, idem de 492\$810, a diversos, idem, idem, em fevereiro e março ultimos ;

N. 2.271, da mesma data, idem de 243\$007, a diversos, idem, idem, em março ultimo ;

N. 2.274, da mesma data, idem de 37\$007, a diversos, idem, idem, em abril e maio ultimos ;

N. 2.289, da mesma data, idem de 46\$000, a João Pinto Fernandes, idem, idem, em abril ultimo ;

N. 2.287, da mesma data, idem de 230\$000, ao mesmo, idem, idem, idem ;

N. 2.291, da mesma data, idem de 920\$962, a Wilson Sons, Comp. idem, idem, em março ultimo ;

N. 2.293, da mesma data, idem da quantia de 1:08 \$485, aos mesmos, idem, idem, em fevereiro ultimo ;

N. 2.245, de 15 do corrente, idem de 73\$94, a diversos, idem á Inspeção Geral das Obras Publicas, em maio ultimo ;

N. 2.225, da mesma data, idem da quantia de 517\$448, a diversos, idem, idem, em abril ultimo ;

N. 2.224, da mesma data, idem da quantia de 16\$200, a Borlido Moniz & Comp., idem, idem, em abril ultimo ;

N. 2.229, da mesma data, idem de 2\$991, a Fontes Garcia & Comp., idem, idem, idem ;

N. 2.256, de 16 do corrente, idem de 1:225\$180, a diversos, idem á Estrada de Ferro do Rio de Ouro, em maio ultimo ;

N. 2.262, da mesma data, idem de 2:496\$140, a Gonçalves Castro & Comp., idem á Directoria Geral dos Correios, em junho ultimo ;

N. 2.263, da mesma data, idem de 437\$000, aos mesmos, idem, idem, idem ;

N. 2.260, da mesma data, idem de 1:067\$700, a diversos, idem ao Observatorio do Rio de Janeiro, em maio ultimo ;

N. 2.285, da mesma data, idem de 3:249\$100, a diversos, idem a sub-commissão de estudos e construção do porto de Cumbá, em junho ultimo;

N. 2.297, de 17 do corrente, idem de 492\$200, a diversos, idem a repartição fiscal do Governo junto a companhia *City Improvements*, nos mezes de abril e maio ultimos;

N. 2.283, de 16 do corrente, idem de 150\$000, a Custodio Alfredo de Sarandy Raposo, por serviços extraordinarios prestados a Inspectoria Geral de Illuminação desta cidade, em junho ultimo;

N. 2.259, da mesma data, idem de 46\$500, a Imprensa Nacional, de publicações effectuadas em proveito das obras de abastecimento de agua, a cargo da 3ª divisão da Inspectoria Geral das Obras Publicas;

N. 2.282, da mesma data, idem de 1:611\$665, a Estrada de Ferro Central do Brazil, de fornecimento de carvão Cardiff a Hospedaria da Ilha das Flores, em maio ultimo;

N. 2.298, de 17 do corrente, idem de 500\$000, a Neves & Arcos, pelo aluguel do 1º e 2º andares do predio n. 6 a rua da Carioca, occupado pela repartição fiscal do Governo junto a Companhia Rio de Janeiro *City Improvements*, em junho ultimo;

N. 2.275, de 16 do corrente, idem de 54\$, a João Antonio da Silva, de concertos e trabalhos effectuados nos moveis da Inspectoria de Navegação, em junho ultimo;

N. 2.276, da mesma data, idem de 2:500\$, a Companhia das Estradas de Ferro do Norte do Brazil, cessionaria da Companhia Viação Ferrea e Fluvial do Tocantins e Araguaya, da subvenção relativa a viagem realizada no mez de junho ultimo;

— Ministerio da Justiça e Negocios Interiores—Avisos:

N. 2.918, de 19 do corrente, pagamento de 10:988\$748, a diversos, de fornecimentos feitos a Colonia de Alienados, em junho findo;

N. 2.871, de 17 do corrente, idem de 1:628\$010, a diversos, idem ao Hospital Paula Candido, em junho ultimo;

N. 2.863, da mesma data, idem de 200\$, a Rodrigues & Comp., idem a Directoria Geral de Saude Publica, em junho ultimo;

N. 2.936, de 22 do corrente, idem de 1:000\$, a cada um dos Srs. senadores Justo Leite Chermont e Severino dos Santos Vieira, de ajudas de custo.

—Ministerio da Fazenda:

Officio n. 661, da Alfandega do Rio de Janeiro, de 22 do corrente, pagamento de 21:862\$360, a diversos, de fornecimentos aquella repartição, em junho ultimo.

—Ministerio da Marinha—Avisos:

N. 321, de 20 do corrente, pagamento de 72:173\$750, a Haupt, Bohn & Comp., da segunda prestação do fornecimento de cinco caldeiras, oito burrinhos e cylindros de alta e baixa pressão destinados ao cruzador-torpedeiro *Tymbira*;

N. 425, de 24 do corrente, idem da quantia de 19:999\$773, a Figueiredo Cunha & Comp., pelos trabalhos executados para abertura de uma cava destinada ás bombas dos diques.

— Ministerio da Guerra:

Aviso n. 541, de 25 do corrente, pagamento de 19:873\$181, a E. Lambert, da primeira prestação de que trata o termo de encomenda de material aerostático para a Intendencia Geral da Guerra.

Requerimentos despachados

D. Maria Salomé de Azevedo, pedindo que seja sustado o registro do credito que diz haver sido concedido a Delegacia Fiscal do Thesouro em Goyaz para pagamento de meio-soldo e montepio a que tem direito, até que seja resolvido o recurso interposto

para o Ministerio da Fazenda do despacho do director da Contabilidade, que negou-lhe o recebimento nesta Capital.— A' vista dos pareceres, nada ha que deferir.

Arthur Freitas do Azevedo, como procurador de D. Maria Laura dos Santos, pedindo certidão do que constar em relação ao pagamento do montepio a que tem direito, de 23 de abril de 1900 a dezembro de 1904, sua constituinte.— Junte procuração.

DIARIO DOS TRIBUNAES

Supremo Tribunal Federal

42ª sessão, em 27 de julho de 1907

Presidencia do Sr. ministro Piza e Almeida

Ao meio dia abriu-se a sessão, achando-se presentes os Srs. ministros Pindahiba de Mattos, Lucio de Mendonça, Manoel Murtinho, André Cavalcanti, Alberto Torres, Epitacio Pessoa, Oliveira Ribeiro, Guimarães Natal, Cardoso de Castro, Amaro Cavalcanti e Manoel Espinola.

Deixaram de comparecer os Srs. ministros Herminio do Espirito Santo e João Pedro, por se acharem em goso de licença e Ribeiro de Almeida, com causa participada.

Foi lida e approvada a acta da sessão anterior e despachado todo o expediente sobre a mesa.

J. GAMENTOS

Habeas corpus

N. 2.457—Capital Federal—Relator, o Sr. Manoel Espinola; paciente, Francisco Salgado Braz.—Foi concedida a ordem para que cesse o constrangimento illegal, de que está ameaçado o paciente, contra os votos dos Srs. Manoel Espinola e Manoel Murtinho. Não votou o Sr. Epitacio Pessoa, por não ter assistido ao relatorio.

Aggravos de petição

N. 950—Capital Federal—Relator, o Sr. Alberto Torres; agravante, Mathous Ferreira Nunes; agravada, a Directoria Geral de Saude Publica.—Deu-se provimento ao agravo para mandar que o juiz a quo reciba a appellação somente no effeito devolutivo, contra os votos dos Srs. Manoel Murtinho e Epitacio Pessoa.

Sobre embargos

N. 634—Amazonas—Relator, o Sr. Manoel Murtinho; revisores, os Srs. André Cavalcanti e Alberto Torres; agravante (embarcante) a Fazenda Publica do Estado do Amazonas; embargado (aggravado) Antonio Lucullo de Souza e Silva.—Foram desprezados os embargos, contra os votos dos Srs. Alberto Torres, Lucio de Mendonça e Pindahiba de Mattos.

Carta testemunhavel

N. 951—Espirito Santo—Relator, o Sr. Epitacio Pessoa; supplicante, o Estado do Espirito Santo; supplicada, a *Société Minière et Industrielle Franco-Bresilienne*.—Negou-se provimento a carta testemunhavel, unanimemente.

Conflictos de jurisdicção

N. 184—Capital Federal—Relator, o Sr. Cardoso de Castro; entre o juiz da 1ª vara de orphãos e ausentes do Districto Federal e o juiz de direito da 1ª vara da comarca de Campos, no Estado do Rio de Janeiro.— Resolveu-se mandar ouvir os juizes em conflicto, no prazo de oito dias, unanimemente.

N. 168—Espirito Santo—Relator, o Sr. Manoel Murtinho; revisores, os Srs. André

Cavalcanti e Alberto Torres; entre o juiz federal do Estado do Espirito Santo e o 1º supplente do juiz de direito da comarca de Santa Theroza, no mesmo Estado.— Prejudicado o conflicto por estar findo o processo sobre que versou, unanimemente.

N. 183—Espirito Santo—Relator, o Sr. Guimarães Natal; suscitado pelo procurador da Republica no Estado do Espirito Santo, entre o juiz seccional e o juiz de direito de Itapemirim, do mesmo Estado.— Foi dispensada a audiencia dos juizes em conflicto, unanimemente.

N. 180—Minas Geraes—Relator, o Sr. André Cavalcanti; suscitante, Ernesto Monteiro do Nascimento; entre o juiz de direito da comarca de Turvo e o juiz seccional em Minas Geraes.— Dispensada a audiencia dos juizes em conflicto para que siga o feito em revisão, unanimemente.

Queixa

N. 35—Minas Geraes—Querellante, João Rodrigues Peixoto; querellados, Philadelpho de Lima e outros. Pelo ministro relator, o Sr. Amaro Cavalcanti, foi proferido o despacho seguinte: «Deixo de receber a queixa de fls., porque, de accôrdo com o parecer do Sr. ministro procurador geral da Republica, o Supremo Tribunal Federal carece de competencia originaria para conhecer do facto articulado em a dita queixa. Rio, 24 de julho de 1907.»

DISTRIBUIÇÃO

Sentença estrangeira

N. 543—Capital Federal—Requerentes, Rita do Carmo Pinheiro, Esther do Carmo Pinheiro da Costa e Antonio Manoel da Costa.—Ao Sr. ministro Lucio de Mendonça.

Appellações civis

N. 1.378—Maranhão—Appellante, a Fazenda do Estado; appellados, Bastos Lisboa & Comp. Ao Sr. ministro Guimarães Natal.
N. 1.579—Maranhão—Appellante, a Fazenda do Estado; appellados, Gonçalves, Irmão & Primo.—Ao Sr. ministro Cardoso de Castro.

N. 1.380—Maranhão—Appellante, a Fazenda do Estado; appellados, J. Franco Sá & Comp.—Ao Sr. ministro Amaro Cavalcanti.

N. 1.381—Maranhão—Appellante, a Fazenda do Estado; appellados, Antonio & Irmão.—Ao Sr. ministro Espinola.

N. 1.382—Maranhão—Appellante, a Fazenda do Estado; appellados, Santos, Irmão e successores.—Ao Sr. ministro Pindahiba de Mattos.

N. 1.383—Maranhão—Appellante, a Fazenda do Estado; appellado, Antonio Ferreira Maia.—Ao Sr. ministro Lucio de Mendonça.

N. 1.384—Maranhão—Appellante, a Fazenda do Estado; appellados, Silva Aragão & Comp.—Ao Sr. ministro Ribeiro e Almeida.

N. 1.385—Maranhão—Appellante, a Fazenda do Estado; appellados, Serra, Mattos & Comp.—Ao Sr. ministro Manoel Murtinho.

N. 1.386—Maranhão—Appellante, a Fazenda do Estado; appellados, Moreira Junior & Comp.—Ao Sr. ministro André Cavalcanti.

N. 1.387—Maranhão—Appellante, a Fazenda do Estado; appellados, M. Santos & Comp.—Ao Sr. ministro Alberto Torres.

N. 1.388—Capital Federal—Appellante, a União; appellada, D. Luiza de Abreu Figueiredo.—Ao Sr. ministro Epitacio Pessoa.

Carta testemunhavel

N. 952—Bahia—Supplicante, coronel João Pedro Caminha; supplicado, Dr. Emil Hayn.—Ao Sr. ministro Guimarães Natal.

PASSAGENS

Conflicto de jurisdicção

N. 178—Ao Sr. ministro Manoel Murinho.

Carta testemunhavel

N. 604—Ao Sr. ministro Epitacio Pessoa.

Appellação crime

N. 278—Ao Sr. ministro Guimarães Natal.

Appellações civis

N. 1.321 e 1.367 — Ao Sr. ministro Cardoso de Castro.

Recurso extraordinario

N. 483—Ao Sr. ministro Ribeiro do Almeida.

Revisão crime

N. 1.158 — Ao Sr. ministro Cardoso de Castro.

Homologação de sentença estrangeira

N. 541—Ao Sr. ministro Manoel Espinola.

COM DIA

Embargos

N. 1.359—Relator o Sr. ministro Amaro Cavalcante.

Causas para julgamento

Na proxima sessão serão julgadas, além daquellas causas que tem preferença lógica, as annunciadas para a sessão de hoje.

Levanta-se a sessão ás 3 1/2 horas da tarde.—O secretario, João Pedreira do Couto Ferraz.

Procuradoria Geral da Republica, em 27 de julho de 1907

AUTOS DESPACHADOS PELO SR. MINISTRO PROCURADOR GERAL DA REPUBLICA, DR. OLIVEIRA RIBEIRO.

Appellação civil

N. 1.357 — Maranhão—Appellante, a Fazenda do Estado do Maranhão; appellados, Oliveira Santos & Comp.

Appellação crime

N. 282—Capital Federal—Appellante, a Justiça Federal; appellado, tenente-coronel Antonio Augusto Pinto de Siqueira Junior.

Recurso eleitoral

N. 152—Ceará—Recorrente, Francisco de Assis Moreira; recorrida, a Junta Eleitoral de Recursos.

Revisões crimes

N. 968—Minas Geraes—Petitionario, Isidoro Manoel Alves.

N. 1.119 — Pará—Petitionario, Francisco Pires.

N. 1.208—Rio Grande do Sul—Petitionario, João Augusto Alves.

N. 1.205—Capital Federal—Petitionarios, Antonio Mattana e Antonio Borja.

N. 1.201—S. Paulo—Petitionario, Pedro Angelo Domenico.

Juizo Federal da Primeira Vara

JUIZ. DR. HENRIQUE VAZ PINTO COELHO—ESCRIVÃO, ALFREDO PRISCO BARBOSA

Expediente de 27 de julho de 1907

Deposito

Société Générale de Transports Maritimes à Vapeur—Sobre a conta, diga a outra parte.

Execução

Exequente, a União Federal; executados, Joaquim Gonçalves Fernandes Pires e sua

mulher.—De-se vista dos autos ao Dr. procurador da Republica para dizer sobre os embargos.

Ação sumaria especial

Autor, o general Bez Abrantes; ré, a União Federal.—Procede-se nos termos do § 8º do art. 13 da lei n. 221, de 1891.

Execução de sentença

Exequente, a Fazenda Nacional; executados, Joaquim Gonçalves Fernandes Pires e sua mulher.—Indefiro a petição de fls. 131, 283 e com fundamento no art. 314, letra b, ambos do decreto n. 818, de 11 de outubro de 1891.

Sumario crime

Autora, a Justiça Federal; réos, João Azevedo Galvão Bernardo de Figueiredo, Oscar Ribeiro e Julio Tavaras de Aquino.—Deferindo a petição de folhas vão os autos ao contador e, para o outro fim ali indicado, nomeio os Srs. Dr. Fausto Ferrer e Soares Brandão Sobrinho.

Ações ordinarias

Autor, Antonio Joaquim Bordallo Velho; ré, a União Federal.—Arbitro a cada um dos peritos a quantia de 150\$000.

Autores, Westphalen & Pless; ré, a União Federal.—Deixo de receber a appellação tomada por termo a folhas, por não ser cabivel no caso esse recurso.

Sumario crime

Autora, a justiça; réo, Antonio Felipe. Pede o Dr. procurador da Republica no libello a fls. 81 a condemnacão do réo Antonio Felipe no gráo maximo do art. 241 do Código Penal por haver concorrido a aggravante do art. 39 § 6º do mesmo código. O réo defende-se allegando que, ao dar em pagamento a nota de 10\$ a fls. 14, reco, nhecida falsa pelo termo de exame a fls. 13, ratificada a fls. 57 não procedeu com dolo não praticou esse acto, sabendo que ella era falsa e com a vontade de fazel-a passar por verdadeira. E devidamente examinados os autos:

Considerando que o dolo no accusado é um dos elementos constitutivos do delicto definido no art. 241 do Código Penal; considerando que dos depoimentos das testemunhas do inquerito policial e do summario de culpa, está evidentemente provado que o réo procedeu sem intenção criminosa; considerando que a referida nota de 10\$ a fls. 14 mostrou pelo seu estado ter andado na circulação muito tempo antes de ser reconhecida falsa e podia assim illudir a qualquer pessoa e principalmente a quem, como o réo, é analfabeto e rustico, o que ficou demonstrado do seu julgamento no plenario:

Por estes motivos e o mais que dos autos consta, julgo sem procedencia a accusação, para absolver, como absolvo, o réo Antonio Felipe do crime que lhe foi imputado, passando-se em seu favor alvará de soltura, si por al não estiver preso. Custas na forma da lei. Distrito Federal, 22 de julho de 1907. — Henrique Vaz Pinto Coelho.

Ação sumaria

Nullidade de patente

Autores, Joaquim Luiz Gomes dos Santos e outros; réo, Francisco Nadolni.

Sentença — Vistos e examinados estes autos. Pedem os autores Joaquim Luiz Gomes dos Santos, Seraphim José Postes, Antonio Cypriano Postes, Alexandre de Paula e Silva, Ulysses de Almeida Faria, Francisco Ferreira Guimarães e Paulino Vaz e Silva, industriaes, residentes no municipio de São José do Triumpho, no Estado do Paraná,

pela presente acção sumaria, que seja declarada nulla a patente de invenção de um malhador para herva matte, concedida, sob n. 4.122, ao réo Francisco Nadolni, residente no mesmo municipio de S. José do Triumpho e cujo memorial descriptivo foi publicado no *Diario Official* de 20 de agosto de 1904. Fundamentando o pedido allegam: a) que o systema descripto no memorial com que o réo pediu e obteve a alludida patente de invenção era desde muito tempo usado na cidade de Joinville, Estado de Santa Catharina, e no littoral do Estado do Paraná, para recortar folhas de mangue; b) que ha quatro annos mais ou menos, o industrial paranaense, hoje fallecido, Emilio Prohman fez construir em sua estufa de secar herva matte no districto do Rio Claro, no Estado do Paraná, e já com o fim de triturar a herva, um appellido semelhante ao que já era usado em Santa Catharina e para cujo uso e gozo posteriormente o réo pediu privilegio, era já muito usado na Republica do Paraguay, com pequenas modificações; c) que, tirando Emilio Prohman bons resultados do appellido com a applicação de malhar herva matte, fez construir um modelo do mesmo appellido e, entre outros, o exhibiu na Exposição Agricola, Industrial e Pastoral, que se inaugurou na cidade de Curitiba a 19 de dezembro de 1903, e de pois recolhido ao Museu Paranaense, onde foi, em victoria judicial, examinado pelos peritos delles autores e do réo, os quaes unanimemente verificaram a sua identidade com o appellido descripto no memorial da patente posteriormente pedida pelo réo, salvo pequenos pontos de detalhe que não constituem os caracteristicos do que o réo chamou a sua invenção; d) que, posteriormente á applicação dada a seu appellido por Emilio Prohman, os supplicantes e muitos outros industriaes do Estado do Paraná, em numero superior a cem, ha cerca de tres annos possuem e usam semelhante appellido com applicação á trituração da herva-matte. O réo defende-se allegando: a) que para annullação de uma patente é essencial provar: 1º, a identidade dos meios novos com os já usados e descriptos; 2º, que não houve applicação nova de meios já descriptos e empregados e feitas por maneira evidente estas provas, o que os autores não fizeram, só então se deve conseguir o intento da annullação de uma patente; b) que do exame pericial se verifica que identicos os dons machinismos—malhador Maldoni e o modelo Prohman — na apparencia geral, meios de acção e fins visados são, entretanto, diversos, tem differenças sensiveis e uteis devida a forma dos orgaos essenciaes e especies de cada um; c) que, nessa conformidade, deve ser a acção julgada improcedente e condemnados os autores nas custas. Os autores instruiram o seu pedido com a certidão do registro da patente do réo, sob o n. 4.122, exame pericial de fls. 22 e com a justificação por elles produzida no Juizo Federal do Paraná, tendo sido intimado para a propositura da acção o réo Francisco Nadolni, por carta precatoria expedida ao mesmo juizo, e o Dr. procurador da Republica, nos termos do artigo 54, n. 2, do decreto n. 8.820, do 1882. O que, tudo visto e devidamente examinado:

Considerando que a patente é nulla na infrugencia de alguns dos dispositivos dos §§ 1º e 2º do art. 1º da lei n. 3.129, de 14 de outubro de 1882, e tambem quando o concessionario não tiver tido a prioridade (artigo 5º ns. 1 e 2 da citada lei); considerando que os autores conseguiram fazer a prova do pedido que formularam na petição inicial e razões finais, já com as testemunhas que apresentaram, já com os documentos que juntaram, demonstrando que a patente n. 4.122, pertencente ao réo, não possui

o característico substancial de novidade, não tendo a applicação nova de meios conhecidos ou a criação de novos meios; considerando que a prova dominante—a pericial—é favorável aos autores no laudo a fls. 22; considerando que o outro requisito da nullidade—sio concessionario não tiver tido a prioridade—se acha manifestado com a prova testemunhal produzida, pois as testemunhas affirmam «que pelo conhecimento que tem, tanto do aparelho do réo, como dos outros referidos em seus depoimentos, são todos em sua substancia e effeitos os mesmos, sendo identicos o meio e a sua applicação» e ainda «que o referido systema de malhar herva matte é alli (S. Matheus) e em suas proximidades, ha nove annos usado, não só pelos autores como por outros muitos industriaes, em numero de mais de cem, não lhes constando que para isso tivessem recebido instrucções do réo»:

Por estes motivos e o mais dos autos julgo procedente a acção para annullar, como annullo, a referida patente n. 4.122, pertencente ao réo, pagas por este as custas.—Intime-se e publique-se.

Districto Federal, 29 de julho de 1907.—
Henrique Vaz Pinto Coelho.

Acção summaria especial

Autor, o bacharel Antonio Egydio de Barros Campello; ré, a União Federal.

Sentença—Pede o autor Antonio Egydio de Barros Campello, por meio da presente acção summaria especial, que seja annullado o decreto de 26 de junho de 1905, que o exonerou do cargo de auditor de guerra da Brigada Policial e condemnada a Fazenda Nacional a pagar-lhe os vencimentos a que tem direito desde a data da exoneração até a da sua reintegração e custas. Fundamentando o pedido, allega: que, sendo official da Brigada Policial e tanto que pagou patente, percebia os seus vencimentos de accordo com o regulamento, em soldo, etapa e gratificação; fazia parte do estado-maior do quadro effectivo, e continúa a contribuir para a caixa beneficente, exclusivamente destinada a amparar com o meio soldo a viuva, filhos ou irmãos dos officiaes, não podia ser demittido sinão em virtude e pelo modo prescripto na lei, isto é, mediante a formalidade essencial de um conselho prévio de averiguação incumbida de apurar a responsabilidade de todos os officiaes quando accusados e nos casos do art. 674 do decreto n. 4.272, de 11 de dezembro de 1901, que não tendo sido submettido a processo regular, a sua exoneração foi arbitraria; que, creado o cargo de auditor na Brigada Policial, cujos conselhos passaram a denominar-se de guerra, e funcionam de accordo com o formulario adoptado no exercito, ficou investido o auditor das mesmas funções inherentes ao do exercito no tocante á sua competencia nos referidos conselhos; que, quando mesmo a lei silenciasse a respeito das prerogativas do auditor da brigada e elle ficasse inhibido de invocar as regalias dos officiaes, ainda assim teria a seu favor o art. 756 do citado regulamento n. 4.272, de 1901, que manda recorrer como legislação subsidiaria ás leis e regulamento que vigorarem no exercito; que, si o caso omisso está previsto na legislação do exercito, cabia ao Poder Executivo respeitar o disposto no art. 1º do decreto 38, de 29 de janeiro de 1892, em vigor: «os auditores de guerra e de marinha não perderão os seus lugares sinão em virtude de sentença da autoridade incompetente e passada em julgado.» Contestada a causa por negação, sustentou a ré nas razões finais que o cargo de auditor de guerra da Brigada Policial não é vitalicio, assim como de modo algum pôde ser equiparado aos de auditor de guerra do exercito e armada e que a demis-

são de empregalos não providos vitaliciamente ou por certo prazo não offende direito algum e sim, simples interesse de demittido. O que tudo visto e devidamente apreciados os documentos e razões de ambas as partes:

Considerando que o autor, nomeado auditor da Brigada Policial, por decreto de 11 de novembro de 1902, fazia parte do estado-maior, pagou emolumentos correspondentes á patente de capitão, percebia vencimentos em soldo, etapa e gratificação, equivalentes aos demais officiaes de posto identico e ainda hoje descontando para a Caixa Beneficente, o que tudo mostra o caracter militar da função de seu cargo e assim não podia ser demittido sem observancia da lei e por simples arbitrio da administração; considerando que, mesmo quando a lei silenciasse a respeito das prerogativas do auditor da Brigada, ainda assim o seu direito estaria amparado pelo art. 756 do decreto n. 4.272 de 1901, que manda recorrer, nos casos omisso, como legislação subsidiaria, ás leis e regulamentos que vigorarem no Exercito e ahi os auditores de guerra e de marinha não perderão os seus lugares senão em virtude de sentença da autoridade competente e passada em julgado; considerando que o autor prova com os documentos juntos aos autos ter sido exonerado sem ter sido ouvido pelo conselho de averiguação incumbido de apurar a responsabilidade dos accusados nos casos do art. 674 do citado decreto 4.272 de 1901, e é certo que a preterição de formalidades logaes invalida o acto de demissorio; considerando que os funcionarios civis e militares vitalicios ou temporarios não podem e não devem ser demittidos sinão nos casos expressamente estabelecidos na lei e na forma por ella regulada. Por estes motivos e o mais dos autos, julgo procedente a acção para annullar o acto de 26 de junho de 1905, e condemnar a Fazenda Nacional a pagar ao autor os vencimentos a que tem direito, desde a data da sua exoneração até o da sua reintegração, e as custas. Intime-se e publique-se.

Districto Federal, 22 de julho de 1907.—
Henrique Vaz Pinto Coelho.

Acção ordinaria

Autor, capitão-tenente Altino Flavio de Miranda Corrêa; ré, a União Federal.—Vistos e examinados estes autos, allega o autor capitão-tenente Altino Flavio de Miranda Corrêa que, por decreto de 9 de agosto de 1894 foi promovido por actos de distincta bravura praticados a 16 de abril do mesmo anno no combate naval de Santa Catharina e que, desta data, se lhe mandou contar a antiguidade na forma do art. 24, § 1º do decreto n. 5.461, de 12 de novembro de 1873; que, entretanto, o Poder Executivo pela mesma data de 9 de agosto de 1894 e o Legislativo pela lei de 2 de outubro de 1896 mandaram contar da mesma data a antiguidade de outros officiaes do igual patente, dando isso ensajo a que elle fosse classificado na escala 47 numeros abaixo do logar que lhe competia com serio prejuizo de sua carreira militar, que estes actos do Poder Publico retrotraíndo a sua antiguidade ao dia do combate foi perfeitamente legal por isso mesmo que, pelos actos de bravura por elle praticados, fez jus desde logo á promoção no posto immediatamente superior em vista do dec. n. 1.351 de 7 de fevereiro de 1891 combinado com o de 31 de outubro do mesmo anno, sendo que o motivo de não se ter dado desde logo a sua promoção foi ignorar o commandante em chefe das forças em operação que tivesse para tanto a pre cisafaculdade, ao que se vê dos

depoimentos de fls. a fls; que o mesmo não se dá com respeito aos outros officiaes igualmente promovidos na mesma data pelo mesmo acto, porque não militam em favor delles os mesmos motivos tanto assim que os seus nomes não veem declinados na ordem do dia referente aos factos que determinaram as suas promoções, e nestas condições, é claro que esses actos dos dous poderes se resentem do vicio de retroactividade com offensa de um direito adquirido; pede, assim, que se julgem inapplicaveis a esses officiaes os referidos actos de 9 de agosto de 1894 e 2 de outubro de 1896 e se o mande classificar acima de todos elles, contando-se-lhe a antiguidade no posto de capitão de fragata com os vencimentos correspondentes. Defende-se a ré allegando que o art. 13 da lei de 1891 não favorece a intenção do autor, pois que ao commando em chefe das forças em operação competia, verificado o acto de bravura praticado pelo seu subordinado, promovê-lo desde logo applicando na respectiva ordem do dia e correspondencia official as razões que justificavam o seu procedimento e desde que o não fez, *ipso facto* deixou subentendido ou pelo menos duvidoso, de que esse acto fosse de ordem a autorizar a promoção; que sendo este meio de promoção da competencia exclusiva do commandante das forças em campanha, porque testemunha o acto praticado á sua vista, estava em condição de bem aquilatar do seu valor, não podia o Presidente da Republica attribuir-se a mesma faculdade pelo facto de lhe ter conferido o art. 48 § 3º da Constituição o commando supremo das forças em terra e mar ou a designação de quem deveria substituir o nesse commando; que finalmente a ignorancia da lei, onde se vê affirmada a competencia do commandante das forças para fazer promoção por acto de bravura, não pôde ser invocada para justificar a pretensão do autor por isso mesmo que uma vez publicadas as leis na gazeta official do Governo, os direitos por ellas criados surtem todos os seus effeitos e a ninguem aproveita a ignorancia do direito. Nestes termos pede que se julgue não provada a intenção do autor e improcedente a acção. O que tudo visto e devidamente examinado:

Considerando que não procede a allegação da ré no sentido de que ao commandante em chefe das forças em operação de guerra pertence exclusivamente a promoção de seus subordinados por actos de bravura, em vista da lei n. 1.351, de 7 de fevereiro de 1891, não só porque a Constituição no art. 48, § 5º dá em geral ao Presidente da Republica a attribuição de prover os cargos militares, salvas as restricções nella estabelecidas, e na Constituição nenhuma restricção se encontra a respeito, como tambem porque, *ex-ri* dos decretos de 6 de setembro de 1850 e 12 de novembro de 1873, as promoções se fazem, em these, por antiguidade e merecimento e entre as causas de merecimento está o valor ou bravura em combate que será apurado, como manda a lei, em vista das ordens do dia, partes officiaes, fé de officio e informações do commando e é irrecuravel que, recebidas as informações precisas, pode o Executivo determinar a promoção por aquelle motivo;

Considerando, porém, que para o commando em chefe exercer a attribuição de promover seus subordinados por actos de bravura em combate é preciso que estes actos sejam perfeitamente caracterizados e mencionados na ordem do dia da guarnição; que, não constando desse documento o facto da promoção, não é licito entender que o autor devesse ser immediata e necessariamente galaridoado por seus serviços, o que, aliás, não impedia o Chefe da Nação de apreciar os diversos incidentes do combate

naval de Santa Catharina, e promover, como o fez posteriormente aos que nelle se recomendaram pelo seu arrojo e valentia;

Considerando que a ordem do dia em que vem relatado o combate, faz igualmente as mais honras as referencias a muitos outros officiaes da esquadra que nelle se salientaram por seu valor em affrontar-lhe os perigos;

Considerando que, não estabelecendo a lei differença entre bravura e distincta bravura para o effeito da promoção, é consequente que o direito do autor é o mesmo desses outros officiaes e, portanto, não se pode pretender que o tenha prejudicado o acto de 9 de agosto de 1894 que os promoveu a todos e lhes mandou contar a antiguidade da data em que todos se distinguiram;

Considerando mais que o *canon* constitucional da não retroactividade das leis só quer dizer que ellas dispõem para o futuro e não entendem com os actos e factos já consumados ao tempo de sua promulgação e sendo principio geralmente accedido que para se determinar a offensa de direitos é preciso distinguir entre direito defendido — *jus delatum* — e direito ainda não defendido *jus nondum delatum*, em cuja classe está o intitulado direito do autor, é evidente que não tem justa applicação a hypothese a pretensa retroactividade do decreto de 9 de agosto de 1894 e a lei de 2 de outubro de 1896; A lei nova, dizem os autores respeitandoo os direitos adquiridos, regula e subordina a acção ás simples expectativas de direito, *jus nondum delatum* ou *jus in spe*, qual é por exemplo: a esperanza daquello que está em via de adquirir pela prescripção ou a do herdeiro presumptivo do pessoa que ainda está viva;

Considerando finalmente que não aproveitaram ao autor, para lhe ser contada a antiguidade no posto de accessio, de preferencia e com preferença de seus companheiros, as demonstrações encomiasticas que lhe dispensou posteriormente o commandante em chefe da esquadra, porque essas demonstrações não equivalem nem substituem o reconhecimento de acto de bravura a sua promoção de seus subordinados por acto de bravura, porque a ninguém favorece a ignorancia do direito e nem tal ignorancia se podia presumir da parte de um official superior em materia de sua profissão; por estes motivos e o mais dos autos, julgo improcedente a acção e condemno o autor nas custas. — Intime-se e publique-se.

Districto Federal, 23 de julho de 1907. — Henrique Vas Pinto Coelho.

Acção ordinaria

Autor, Venancio Nogueira da Silva; ré, a União Federal.

Sentença

Vistos e examinados os autos: Allega o autor Dr. Venancio Nogueira da Silva, 1º tenente de 4ª classe do Corpo de Saude da Armada, que, julgado incapaz para o serviço em inspecção de saude em 22 de fevereiro de 1894, foi reformado por decreto de 27 de março do mesmo anno, sem que previamente fosse transferido para a reserva, como determina a lei; que o prejudicado, assim, no tempo de serviço, soldo e montepio, pede que seja annullada a sua reforma e como consequencia venha elle occupar na escala o logar que lhe compete, com os vencimentos respectivos da data da reforma em deante.

Defende-se a ré, allegando que a dispensa do anno de observação não prejudica os direitos do official reformado para o effeito de poder esta circumstancia ser allegada como causa de nullidade do acto; que, neste caso, a dispensa só poderá prejudicar o Estado e nunca o official em favor de quem

foi o acto expedido, mórmente quando submettido a inspecção de saude foi julgado incapaz para o serviço militar.

O que, tudo visto e apreciada; as razões e documentos de ambas as partes:

Considerando que o decreto n. 108 A, de 30 dezembro de 1889, expressamente determina no art. 2º que o official cujos serviços datam de menos de 25 annos da época da sua investidura, uma vez julgado incapaz por molestia em inspecção de saude, só poderá ser reformado depois de ter permanecido na reserva durante um anno, findo o qual será submettido a nova inspecção para, de conformidade com ella, ser definitivamente reformado ou restituído ao serviço;

Considerando que o autor, ao tempo da reforma, contava apenas nove annos e quatro mezes de serviço (documento de fl. 5) e, portanto, devia aproveitar do favor da lei;

Considerando que, apesar de tão clara e terminante disposição do Poder Legislativo, das reiteradas reclamações do autor sempre desattendidas pelo Executivo e pareceres favoraveis do Supremo Tribunal Militar, Conselho Naval e Quartel General da Marinha (documentos de fls. 17 e 19), o Presidente da Republica por despacho de 20 de março de 1894 mandou que se fizesse a sua reforma, para o que foi expedido o decreto de 27 do mesmo mez e anno;

Considerando que as razões em que se baseou o Chefe do Executivo para indeferir ás petições do autor no sentido de cumprir na reserva o estado legal não se sustentam ante o principio de que as formalidades prescriptas da lei não se suprem por equipolencia; sendo de mais a mais certo que elle proprio reconhece ter se dado a reforma sem que a precedesse o anno de espectação, e apenas julgou satisfeita a exigencia da lei com o facto de ter gozado o autor de dez mezes de licença e, após a licença, tel-o julgado a junto medica carecedor de mais um anno para seu tratamento e logo em seguida incapaz para todo o serviço;

Considerando mais que não procede a allegação da ré de que a dispensa do anno de observação só pode prejudicar ao Estado, por não ter usado deste meio de averiguação; e nunca ao official em favor de quem foi expedido o acto; e isto pela simples razão, quanto ao Estado, de que elle não tinha direito de dispensar favores sem ser em um interesse de ordem publica e, quanto ao official, de que ninguém pôde ser constrangido a receber favores; por estas razões e o mais dos autos, julgo procedente a acção para annullar o decreto de 27 de março de 1894 e condemnar a Fazenda Nacional a pagar-lhe os vencimentos a que tem direito e mais vantagens inherentes ao posto de 1º tenente medico de 4ª classe do corpo de saude da armada da activa; pagas as custas pela ré. Intime-se e publique-se.

Districto Federal, 17 de julho de 1907. — Henrique Vas Pinto Coelho.

Audiencia ordinaria de 23 de julho de 1907

Compareceu o solicitador João Floriano da Costa Barreto e por elle foi dito que por parte de seu constituinte, Joaquim Cardoso de Mello Reis, põe em prova á causa que o mesmo seu constituinte está movendo á União Federal e requer que sob pregão ficasse assignada a delação legal. O que ouvido pelo juiz foi deferido.

Compareceu o advogado Doutor Ramiro Doria de Abreu, por parte do seu constituinte General Braz Abrantes, accusa a citação feita ao Dr. 3º Procurador da Republica para nesta audiencia vor proseguir a acção summaria especial proposta e que, já estando findo o prazo para contestação da acção e não havendo testemunhas para serem inquiri-

das requereu que a cada uma das partes seja marcado o prazo de cinco dias para as razões finais. Apregado, compareceu o solicitador da Fazenda Nacional Olegario Pinto Ferreira Morado e pediu o prazo legal para arrazoar. O que ouvido pelo juiz foi deferido.

Compareceu o advogado Doutor Pereira Braga por parte da União Federal, accusa a citação feita a Antonio da Costa Carvalho e Caetano da Silva Fortes, representados por Castro Silva & Comp., para desapropriação dos predios ns. 140, 142, 144 e 146 da rua da Saude e nos termos da lei, offerece a quantia de 348:480\$ e requerem que não sendo accetida esta offerta se proceda á louvação de arbitradores louvando-se no Dr. Theodoro Silveira da Motta. Apregado, compareceu o solicitador Antonio Cavalcanti de Albuquerque que, por parte de Antonio da Costa Carvalho e Caetano da Silva Fortes, não podem accetitar a offerta da quantia de 348:480\$ feita pela Comissão das Obras do Porto, por intermedio de seu illustre advogado, para desapropriação dos predios que lhes pertencem, á rua da Saude ns. 140, 142, 144 e 146: a) porque a offerta feita representa quasi o minimo, tendo-se em vista o imposto predial de 1902; b) porque os alludidos immoveis occupam uma área approximada a 4.500 metros superficiaes e até o presente não ter sido pago pela mesma commissão, que amigavel ou judicialmente—por metros superficiaes menos de 143.900 (trapiche Ordem), já tendo sido até pagas pela mesma unidade 396\$273—trapiches Internacional e Reis.

Os immoveis em questão, não se tomando em conta as bemfeitorias existentes que são constatadas pelo augmento no pagamento dos impostos prediaes a contar de 1902, cujos conhecimentos por certidão offerecem e pedem sejam juntos aos autos calculados no maximo, tomando-se por base o lançamento de 1902, correspondem ao pagamento maximo de 110\$ por metro superficial, preço que até hoje nunca foi pago. Assim pedem o maximo alem das bemfeitorias existentes cujas quantias devem ser verificadas pelos peritos. Louvam-se por sua parte o Dr. José Americo dos Santos. Pelo juiz foi approvada a louvação do perito desempatador o Dr. Manoel Albuquerque Lima. Sendo tudo mais deferido.

Audiencia de 26 de julho de 1907

Compareceu o Dr. Abelardo Saraiva da Cunha Lobo, por parte de Antonio Joaquim Bordallo Velho na acção ordinaria que coattende com a Fazenda Federal, lança-se o ré de mais provas e dá como encerrada a ditação probatoria e requer que sob pregão se haja lançamento por feito e accusada a dilação por terminada, dando-se vista dos autos ao advogado constituido para offerrecer allegações finais. Apregado, não compareceu e pelo juiz foi deferido.

JUIZ, SUBSTITUTO, DR. MANOEL CLEMENTINO DO MONTE — ESCRIVÃO, ALFREDO PRISCO BARBOSA

Expediente

Acção summaria especial

Autor, Arthur Alfredo Corrêa de Menezes; réos, a União Federal e Francisco Vilmar. Em cumprimento ao respeitavel accordo do Supremo Tribunal Federal, de fls. 123 v., recebo a appellação tomada por termo a fls. 108 em um só effeito devolutivo.

Summario crime

Autora, a justiça; réos, Joaquim Gonçalves dos Santos e Albino Nogueira Pinto. — Vistos os autos etc. Contra Joaquim Gonçalves dos Santos e Albino Nogueira Pinto, moradores á rua Republica n. 100, onde foram

presos em flagrante delicto de fabrico de nickéis falsos, na manhã de 20 de março deste anno, offereceu o Dr. 2º procurador da Republica denuncia como tendo elles incidido na suneção do art. 239. paragrapho unico do Código Penal. Das peças do processo, que contra os denunciados foi instaurado, consta: a) que a policia, tendo recebido denuncia de que os denunciados se entregavam ao fabrico de nickéis falsos e os passavam, resolveu proceder a uma busca na residencia dos mesmos, o que levou a effeito na manhã do mencionado dia 20 de março ultimo, sendo encarregados da diligencia o chefe de segurança publica Alvaro de Campos e os agentes Domingos Ramos e Joaquim Carlos da Silva; b) que, com effeito, na busca dada, foram encontrados e apprehendidos 37 nickéis de varios valores, que, examinados por peritos, foram reconhecidos falsos, e bem assim ingredientes proprios para o seu fabrico, e mais cinco nickéis verdadeiros, de varios valores, que serviam de modelo por se acharem queimados e com signaes evidentes de terem sido submettidos á acção do fogo; c) que, não sabendo os denunciados explicar a existencia dos nickéis falsos e do material para o seu fabrico em sua residencia, aquelles dentro e no fundo de uma lata de kerozene cobertos com rollias de cortiça, resultam do facto, vehementes indicios de que, com effeito, elles commettiam o crime definido no art. 239 paragrapho unico do Código Penal. A' vista do exposto, julgo procedente a denuncia de fl. 2 para o fim de pronunciar, como pronuncio, os denunciados Joaquim Gonçalves dos Santos e Albino Nogueira Pinto, incurso nas penas do art. 239, paragrapho unico do Código Penal. O escrivão recomende-os na prisão em que se acham e lance os seus nomes no rol dos culpados. Na forma da lei, sejam os autos presentes ao Dr. juiz federal, para conhecer deste despacho.

Rio, 24 de julho de 1907.

Summario crime

Autora, a justiça; réo, José Ignacio Souza Filho.—Sentença. Vistos os autos e bem examinados.

O Dr. 1º procurador da Republica denunciou José Ignacio de Souza Filho como incurso na suneção do art. 241 do Código Penal, por ter o mesmo introduzido dolosamente na circulação duas notas falsas de 50\$000, na noite de 16 de agosto de 1903, conseguindo trocá-las por notas verdadeiras, uma no botiquim de Nicolau Bruce e outra no armazem de Victorino Moreira Cerqueira, estabelecidos ambos no Boulevard 28 de Setembro ns. 26 e 78, depois de havelas tentado passar em outras casas commerciaes sitas no mesmo boulevard. Preso o denunciado preventivamente á vista das provas flagrantes colhidas no inquerito policial com que foi instruida a denuncia, procedeu-se á respectiva formação de culpa.

E considerando que o facto delictuoso está exuberantemente provado e bem assim a sua autoria, não restando duvida, quer do inquerito policial, quer do summario de culpa, que o denunciado fóra o proprio que, depois de tentativas infructíferas em mais de uma casa commercial do Boulevard 28 de Setembro, conseguira, afinal, passar as duas notas falsas em questão, que se veem a fls. 24 e 25, a dois referidos negociantes, o que determinou ser preso por pessoas do povo, entre ellas o negociante lesado Victorino Moreira Cerqueira, quando procurou fugir em um bond da Companhia Villa Isabel, e levado á sede da então 13ª delegacia policial.

Julgo procedente a denuncia de fl. 2 e pronuncio o denunciado José Ignacio de Souza Filho incurso na suneção do art. 241 do Código Penal. O escrivão recomende-o na prisão em que se acha e lance o seu nome no rol dos culpados. Na forma da lei sejam nos autos presentes ao Dr. juiz federal, para conhecer deste despacho.

Rio, 22 de julho de 1907.

Summario crime

Autora, a justiça; accusado, José Duarte Serra. Nota falsa de 50\$ n. 630.65—Sentença.—Vistos estes autos.

Pelo Dr. 1º procurador da Republica foi denunciado José Duarte Serra como incurso nas penas do art. 241 do Código Penal por ter, no pagamento que fizera, em 25 de outubro de 1903, á Companhia do Gaz, por uma tonelada de carvão-coke, dado uma nota de 50\$000, a qual suspeitada de não verdadeira, foi, no dia seguinte, apresentada á policia por João Teixeira da Silva, empregado da referida companhia e que a havia recebido do denunciado, afim de ser averiguada a sua qualidade. Pelo exame procedido pelos peritos, foi reconhecida a falsidade da nota em questão, que se acha a fls. 10.

Do summario de culpa instaurado contra o denunciado, vê-se: — que, com effeito, elle, que era freguez antigo da Companhia do Gaz, e continua a sel-o, e havido alli por homem sério em suas transacções, deu a referida nota em pagamento da compra de carvão; que João Teixeira da Silva, examinando a nota, suspeito da sua qualidade e manifestou essa suspeita ao denunciado, que se promptificou a dar outro dinheiro recebendo a nota, mas João Teixeira da Silva se recusou a restituir-lhe em virtude de ordem superior que tinha; que, á vista disso, o denunciado acquiesceu em que a nota fosse submettida a exame da policia e declarou que depois voltaria a saber do resultado; que, effectivamente, dois dias depois, o denunciado compareceu ao escriptorio da Companhia do Gaz, onde fizera o alludido pagamento, afim de saber do resultado do exame, e, sendo boa a nota, ser-lhe restituída, e alli lhe foi declarado que nada se sabia ainda; que, depois do exame e intimado o denunciado para comparecer á policia, ali declarou o facto tal qual se acha exposto, e que a referida nota elle havia recebido entre outras notas de varios valores, todas as quaes perfaziam a quantia de oitocentos e tantos mil réis, em 20 do referido mez de outubro, por occasião de assumir a gerencia da casa do pastio do Boulevard S. Christovão n. 33, pertencente a seu irmão Albino Duarte Serra, gerencia que, na ausencia do dito irmão, se achava a cargo de José de Souza Lopes, que l'ha transmittira, sendo que Souza Lopes, por doente, teve entrada no Hospital da Santa Casa de Misericordia, em 23 do mesmo mez de outubro, e alta a 24 de novembro seguinte, fl. 59, sem que ao certo se soubesse o seu paradeiro; que todas as testemunhas affirmam o bom procedimento do denunciado, antes e depois do facto que deu lugar á denuncia; que assim se acha provada a sua completa ignorancia, quanto á natureza e qualidade da nota, faltando, portanto, no facto incriminado o dolo, elemento essencial e caracteristico do crime definido no art. 241 do Código Penal.

Pelo que, julgo improcedente a denuncia do fls. 2, para não pronunciar, como não pronuncio, José Duarte Serra, incurso na suneção do art. 241 do Código Penal. O escrivão faça conclusos os presentes autos ao Dr. juiz federal, para os seus legaes.

Rio, 25 de julho de 1907

Juizo Federal da Segunda Vara

JUIZ, O DR. ANTONIO J. P. RES DE C. E. ALBUQUERQUE — ESCRIVÃO, HEMETRIO GUIMARÃES

Despachos de 27 de julho de 1907

Ação de despejo

Autor, Victor Ayres Vieira; réo, Paschoal Segreto.—Rejeitada a excepção de fls. com fundamento no art. 66 da Constituição e na jurisprudencia do Supremo Tribunal Federal.

Ação ordinaria

Autor, o Dr. Antonio Ferreira Vianna; ré, a União Federal.—Em prova na dilação legal.

Ação summaria

Autor, João Martins de Macedo; réo, José Constante.—Idem.

Desapropriação

Supplicante, a União Federal; supplicado, José Joaquim de Freitas.—Vistos e examinados os autos, homolog o arbitramento de folhas, para que produza os seus devidos effeitos. Custas proporcionalmente.

Arrecadações

Arrecadado, o espolio do portuguez Antonio Ferreira da Costa Pinto.—A' vista da impugnação de fls. 547 e pelos fundamentos nella expostos, indefiro o requerimento de fls. 531.

Arrecadado, o espolio do portuguez João Baptista de Sampaio Ribeiro.—Dê-se vista ao administrador do espolio, para promover os termos do processo.

Inventarios

Fallecido, Augusto Rodrigues dos Santos; inventariante-autor, Vieira dos Santos.—Como requer.

Fallecido, o visconde de Faro e Oliveira; inventaria rto, José Maria da Cunha Vasco.—Defiro o requerimento de fls. 61.

Justificações

Justificante, Manoel Pereira Soares.—Vista ao Dr. procurador.

Justificante, D. Estephania Carneiro do Mira, da e floata.—Idem.

Justificantes, D. Amelia e Porcia Leopoldina de Azevedo.—Idem.

Justificante, Dr. Manoel Pereira Soares.—Vistos e examinados os autos, julgo por sentença a presente justificação para que produza os seus devidos e legaes effectos. Entregue-se á parte indeludente de traslado; pagas as custas.

Audien.ias

Dia 22 de julho de 1907

Compareceu o advogado Dr. Solidônio Leite, por parte de João Martins de Macedo, na acção summaria contra José Constante; põe em prova a excepção de incompetencia na dilação legal.—Apregoado não compareceu e o juiz deferiu.

Compareceu o advogado Dr. Frederico Augusto Borges, por parte do capitão de fragata Aristides Monteiro de Pinho, na acção especial que move á União para ver propôr a presente acção e assigna á ré o prazo da lei para contestação.—Apregoada não compareceu e o juiz deferiu.

Compareceu o solicitador Antenor Vieira dos Santos, por parte de Netto Maior & Comp.; lança-se o a Gerner & Comp. de mais provas na acção ordinaria em que contendem e requerem que, sob pregação, se haja o lançamento por feito e vão os autos com vista ás partes para arrazoarem na forma

da lei.—Apregoados não compareceram e o juiz deferiu.

Compareceu o solicitador Oscar Euzebio R. Roxo, por parte de Manoel José de Magalhães Machado; accusa as citações feitas aos Drs. general prefeito do Distrito Federal e 2º procurador seccional da Republica para, nesta audiência, assistirem propôr-se-lhos a presente acção ordinaria, em cuja petição expõe o supplicante o seu direito, requerendo que, sob pregão, se hajam as citações por feitas e accusados, a acção por proposta e o prazo legal por assignado.—Apregoados não compareceram e o juiz deferiu.

Dia 25

Compareceu o Dr. Catta Preta, por parte da Companhia Terras e Viação; põe em prova a acção ordinaria que move contra a União Federal e requer que, apregoada a supplicada, fique assignada a dilação legal.—Apregoada não compareceu e o juiz deferiu.

Compareceu o solicitador Olegario Morado, por parte da Fazenda Nacional, e accusou a citação feita e respectiva penhora a Antonio da Silva Simões, representante da firma Domingos Joaquim da Silva & Comp. e assigna o prazo da lei para embargos.—Apregoada não compareceu e o juiz deferiu.

Côrte de Appellação

PASSAGEM DE AUTOS

Appellações commerciaes

N. 2.931—Ao Sr. desembargador Celso Guimarães.

Ns. 179 e 470—Ao Sr. desembargador Nabuco de Abreu.

Appellações civéis

Ns. 392 e 675—Ao Sr. desembargador Lima Drummond.

Ns. 660, 486 e 382—Ao Sr. desembargador Nabuco de Abreu.

Appellação crime

N. 246—Ao Sr. desembargador Muniz Barreto.

Acção rescisoria

N. 1—Ao Sr. desembargador Bulhões Pedreira.

ACCORDÃO PUBLICADOS

Crime

N. 231.

Civéis

Ns. 589, 608 e 2.877.

Commercias

Ns. 219 e 3.006.

Juizo da Primeira Pretoria

Despachos de 27 de julho de 1907

JUIZ, DR. REGO BARROS — ESCRIVÃO, RODOVALHO LEITE

Summarias

Autores, Nunes de Sá & Comp. ; réo, Manoel Antonio Mendes.—Julgada procedente e condemnado o réo no pedido, juros da móra e custas.

Autor, Viviano Caldas; ré. D. Elvira de Souza Neiva ; 3º embargante, Dr. João de Albuquerque Serejo.—Recebidos os embargos de fls. 37 e 38, por sua materia e prova produzida constante da escriptura de fls. 39 a 41 v., a parte confesse ou conteste, querendo, dentro do prazo legal.

Executivo por aluavel

Autor, José Gomes da Fonseca ; réo, Antonio Padinha.—Sellados e preparados, voltem á conclusão.

Arresto

Arrestante, Nelson de Vasconcellos e Almeida; arrestado, Dr. Melciades de Vasconcellos e Almeida ; 3º embargante, Dr. Gustavo de Almeida Gama.—Recebida a appellação nos offeitos regulares.

Acção de dez dias

Autor, Leopoldo Miguelote Vianna; réo, A. Malafaia.—Julgados não provados os embargos de fls. 30, para julgar subsistente a penhora de fls. 23; condemnado o embargante nas custas.

Crime

Autora, a justiça ; réo, Manoel Isidro (art. 303 do Codigo Penal).—A. como requer, fazendo-se as intimações necessarias.

Autora, a justiça ; réo, Luiz Gonzaga (art. 330 § 1º do Codigo Penal).—Ao Dr. promotor adjunto.

Autora, a justiça ; réo, Antonio José de Moura (arts. 330 § 3º e 361 do Codigo Penal).—Ao Dr. promotor adjunto.

Inquerito Policial — Incendio á rua Theophilo Ottoni n. 12.— Ao Dr. promotor adjunto.

Autora, a justiça ; réo, José Martins (art. 303 do Codigo Penal).— Ao Dr. promotor adjunto.

Autora, a justiça ; réo, Franco Chetta (art. 303 do Codigo Penal).— Ao Dr. promotor adjunto.

Autora, a justiça ; réo, Ciro de Wolmi (art. 330 § 3º do Codigo Penal).—Ao Dr. promotor adjunto.

Autora, a justiça ; réo, Francisco de Lucca (art. 399 do Codigo Penal).— Absolvido.

Autora, a justiça ; réo, James Scot'ez (art. 400 do Codigo Penal).— Absolvido.

Autora, a justiça ; réo, Pedro José do Oliveira (art. 339 do Codigo Penal).— Absolvido.

Autora, a justiça ; réo, Manoel Silva (art. 399 do Codigo Penal).— Intime-se o accusado a apresentar sua defesa.

Autora, a justiça ; réo, Luiz Pereira da Costa (art. 399 do Codigo Penal).— Intime-se o réo a apresentar sua defesa.

Autora, a justiça ; réo, João Antonio Baptista (art. 400 do Codigo Penal).— Intime-se o réo a apresentar sua defesa.

Autora, a justiça ; réo, Odilon José Matoso (art. 294 § 2º do Codigo Penal).— Proceda-se na forma da promoção retro.

Inquerito policial, desfalque da casa Costa Braga & Comp. ; accusado, Gonçalo Brito Furtado de Mendonça.— Na forma da promoção retro.

Autora, a justiça ; réo, Alberto Monteiro (art. 303 do Codigo Penal).— Requisite-se a testemunha referida na promoção.

Autora, a justiça ; réo, Avelino Barreto Franco (art. 330 § 1º do Codigo Penal).—Requisite-se a testemunha indicada na promoção.

Autora, a justiça ; réo, Manoel Germano (arts. 330 § 1º e 303 do Codigo Penal).— Requisite-se do Gabinete de Identificação a certidão referida na promoção e, juntado-se a mesma, voltem á conclusão.

Autora, a justiça ; réo, João Corrêa (art. 303 do Coligo Penal).— Autoado como requer, fazendo-se as intimações necessarias, designados dia e hora.

Autora, a justiça ; réo, José Belisario dos Santos (art. 303 do Codigo Penal).— Autoado como requer ; designando-se dia e hora, façam-se as intimações necessarias.

Juizo da Decima Pretoria

JUIZ, DR. LUIZ AUGUSTO DE SAMPAIO VIANNA— ESCRIVÃO, CAPITÃO CLETO JOSÉ DE FREITAS

Despachos de 25 de julho de 1907

Processos crimés

Autora, a justiça ; réo, Antonio Joaquim do Couto, vulgo *João Ferrugem*.—Julgado por sentença é absolvido o réo.

Autora, a justiça ; réo, José Soares Pereira. —Ao Dr. promotor adjunto.

Autora, a justiça ; réo, Alvaro de Assumpção.— Julgado por sentença.

Autora, a justiça ; réo, Pedro Ernesto dos Santos, vulgo *Manjuba*.— Junte-se certidão do termo assignado pelo réo neste juizo.

Acção decendial

Autores, Gonçalves & Teixeira ; réo, Francisco Corrêa Leal.— Sellados e preparados voltem.

Penhora executiva

Exequente, Dr. Antonio Gonçalves Pereira da Silva ; executadas, J. A. Corrêa & Comp., ou João Augusto Corrêa.—Recebidos, á parte conteste, querendo.

Dia 26

Processo crime

Autora, a justiça ; réo, José Alves Pereira. —Na forma do offeio do Dr. promotor adjunto.

Dia 27

Processo crime

Autora, a justiça ; réo, Sebastião Teixeira da Motta.—Expeça-se o precatório requerido.

Juizo da Decima Segunda Pretoria

JUIZ, DR. MARIO TOBIAS AGUIREIRA DE MELLO — ESCRIVÃO, FRANCISCO PINTO DE MENDONÇA

Despachos de 27 de julho de 1907

Justificação de idade

Justificante, Leonor do Carmo Serrão.— Julgada por sentença.

Adjudicação

Fallecido, Antonio da Silva Barroso; inventariante, Maria da Gloria Silva Barroso. — Julgada por sentença, salvo direitos de terceiros.

Execução

Exequentes, Martins & Pacheco; executado, Folisberto José Alves. — Cumpra-se a sentença do fls., proseguindo-se nos ulteriores termos de direito.

Divorcio amigavel

Supplicantes, Claudio José de Queiroz e sua mulher Ermelinda Alves de Queiroz. — Pague-se a taxa judiciaria de accordo com os laudos.

Secção crime

Autora, a justiça; réo, Trajano França da Silva (art. 399 do Codigo Penal). — Julgado improcedente.

Autora, a justiça; réo, Manoel Costa (art. 399 do Codigo Penal). — Intime-se o accusado para apresentar defesa.

EDITAES**Juizo de Direito da Provedoria e Residuos**

De citação, com o prazo de 20 dias, para venda e arrematação da 4ª parte do predio n. 1 á travessa do Navarro, pertencente ao espolio de D. Luiza Amélia Navarro de Andrade, a requerimento de Ernesto Betim Paes Leme, inventariante do dito espolio, na fórma abaixo

O Dr. Julio de Barros Raja Gabaglia, juiz de direito da Provedoria e Residuos, desta cidade do Rio de Janeiro, Capital da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faz saber aos que o presente edital de praça, com o prazo de 20 dias, virem, que o porteiro dos auditorios deste juizo trará a publico prégão de venda e arrematação, em praça do mesmo juizo, ás 12 horas do dia 17 de agosto de 1907, após a audiencia, a 4ª parte do predio n. 1 da travessa do Navarro. Avaliação: Predio assobradado á travessa do Navarro n. 1, medindo de frente 30^m,70 por 25^m,60, tendo na frente 11 janelas com sacadas de ferro; o predio é dividido em 2 salas de visitas, galeria e sala de jantar e 10 quartos e cozinha, estando incluído um sótão; em seguida tem um puzado, separado do predio, medindo 9^m,90 de extensão por 10 metros de largo, dividido em dous quartos, caixa de agua e banheiro; a construção é de pedra, cal e tijolo, sendo todo forrado e assoalhado. A construção do puzado é separada e de frente de tijolo. Esse predio está edificado dentro de um terreno que mede, pela travessa do Navarro, 63^m,60, pela rua do mesmo nome 75^m,85 e de fundos até encontrar a travessa do Navarro 68^m,00, sendo este irregular. Avaliado em 50:000\$ sendo a 4ª parte do predio, pertencente ao espolio, na quantia de 12:500\$. Esta 4ª parte do predio á travessa do Navarro n. 1 vai á praça a requerimento de Ernesto Betim Paes Leme, inventariante do espolio de D. Luiza Amélia Navarro de Andrade, afim de ocorrer a pagamentos de dividas do dito espolio, tendo sido ouvidos todos os interessados sobre a alludida venda, com a qual concordaram. E quem pretender arrematar, compareça no lugar, dia e hora acima designados. E para constar, mandei

passar o presente e mais dous de igual teor, dous dos quaes serão publicados na imprensa diaria e afixados no lugar do estylo pelo porteiro dos auditorios deste juizo, que passará a competente certidão para ser junta aos respectivos autos de inventario. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 27 dias do mez de julho do anno de 1907. Eu, José Senra de Oliveira Junior, escrivão, o subscrevi. — *Julio de Barros Raja Gabaglia.*

Juizo de Direito da Segunda Vara de Orphãos

O Dr. Pedro de Alcantara Nabuco de Abreu, juiz de direito da 2ª Vara de Orphãos do Districto Federal, etc.:

Faz saber aos que o presente edital virem, ou delle noticia tiverem, que, para melhor execução do disposto na Ord. L. T. 8ª, §§ 13 a 18 e art. 136, n. 109, do decreto n. 5.561, de 19 de junho de 1905, este juizo recebe propostas, todos os dias uteis, das 10 horas da manhã ás 3 1/2 da tarde, em virtude de requerimento do Exm. Dr. curador geral dos orphãos, das pessoas que porventura queiram receber menores de sete annos de idade para cima, afim de os empregar nos trabalhos de lavoura, horticultura, artes e officios mecanicos ou no serviço domestico, com as condições estipuladas por este juizo, que tem sua sede á rua dos Invalidos n. 108. E, para que chegue a noticia ao conhecimento de quem interessar possa, mandou passar o presente, que será afixado no lugar do costume e mais dous de igual teor, que serão, um publicado pela imprensa e outro junto aos autos do requerimento já citado do Dr. curador dos orphãos. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 5 de março de 1907. Eu, Amynthas de Lima, escrivão interino, o subscrevo. — *Pedro de Alcantara Nabuco de Abreu.*

Juizo de Direito da Segunda Vara Commercial

De citação, com o prazo de 30 dias, aos demais detentores das 11.700 acções, ao portador, da Companhia Ferro Carril Carioca, do valor nominal de 100\$ cada uma, constante das cautelas abaixo referidas, para sciencia de que contra elles e Francisco Casemiro Alberto da Costa foi intentada pelo Dr. Joaquim Duarte Murtinho, neste juizo, onde já se acha perpetuada uma acção ordinaria para haver do mesmo as ditas acções, de sua propriedade e para, na primeira audiencia, depois de findo esse prazo, assistirem á propositura da referida acção ordinaria, ficando desde logo citados para os demais termos da causa, sob pena de revelia e lançamento, na fórma abaixo

O Dr. Torquato Baptista de Figueiredo, juiz de direito da 2ª Vara do Commercio do Districto Federal:

Faz saber que por este juizo o cartorio do escrivão que este subscreve processam-se uns autos de acção ordinaria, em que é autor o Dr. Joaquim Duarte Murtinho e réos Francisco Casemiro Alberto da Costa e outros, dos quaes consta a petição com distribuição, despacho e certidão do teor seguinte: Petição—Illm. e Exm. Sr. Dr. juiz de direito do Commercio. — Diz o Dr. Joaquim Duarte Murtinho, residente nesta Capital, que, sendo senhor e possuidor de 11.700 acções ao portador, da Companhia Ferro Carril Carioca, do valor nominal de 100\$ cada uma, constantes

das cautelas sob os ns. 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10, de 1.000 acções cada uma; n. 11; de 700, n. 16, de 400; ns. 17 e 18, de 300; cada uma; ns. 19, 20 e 21, de 200 cada uma, e ns. 22, 23, 24 e 25, de 100 cada uma, ao todo 11.700 acções, entregou-as em confiança, no dia 17 de fevereiro de 1905, a Francisco Casemiro Alberto da Costa, morador nesta cidade, para a votação da assemblea geral extraordinaria da mesma companhia, convocada para o dia 28 do mencionado mez e anno, obrigando-se o supplicado, no documento ora junto sob o n. 1, a restituir as ditas acções depois de effectuada a referida assemblea; e como, não obstante a obrigação formalmente assumida, o supplicado, apesar de se ter realizado aquella assemblea, obstina-se a entregar ao supplicante as alludidas acções, e, abusando da confiança que lhe foi depositada, tem feito uso dellas, em outras assembleas (apesar de protestos do supplicante) por intermedio de terceiros, seus empregados e prepostos, cujos nomes não sabe ao certo o supplicante, porque o supplicado, aproveitando-se do cargo de director presidente da referida companhia, do qual foi destituído, retirou da sede social o livro de presença dos accionistas e o das actas das assembleas geraes, quer o supplicante reivindicar as ditas acções, e para este fim requer a citação pessoal do supplicado e a citação edital de todos aquelle que, com elle mancomunados, scientes e conscientes do criminoso abuso commettido, detinham as mesmas acções, para, na primeira audiencia, assistirem á propositura da presente acção ordinaria, ficando desde logo citados para os demais termos da causa, sob pena de revelia o lançamento, sendo afinal condemnados a abrir mão dos titulos descriptos, com todos os seus rendimentos, lucros cessantes e damnos emergentes que se liquidem na execução, até real restituição, custas e mais pronunciamientos de direito, dando-se sciencia a Camara Syndical dos Corretores, para todos os efeitos previstos no decreto n. 149 B, de 20 de julho de 1893. Nestes termos, pede o supplicante deferimento, dando á presente causa o valor de 1.170:000\$, para regular a alçada e o pagamento da taxa judiciaria. Protesta-se por todo o genero de prova util e pelo depoimento pessoal dos supplicantes, sob pena de confissão e revelia. Rio, 11 de julho de 1907. — *João Maximiano de Figueiredo*, advogado. (Estava devidamente sellada). Distribuição: D. ao Dr. juiz da 2ª Vara do Commercio, em 11 de julho de 1907. O distribuidor *Adalberto Ferraz*. Despacho: Como requer. Rio, 11 de julho de 1907. *T. Figueiredo*. Certidão—Certifico que dei sciencia á Camara Syndical dos Corretores de Fundos Publicos, na pessoa de seu presidente J. Claudio da Silva, do teor e conteúdo da petição retro, o qual recebeu a respectiva contra-fé e fez expellir o edital necessario, conforme o recibo junto á presente certidão. Dou fé. Rio de Janeiro, 12 de julho de 1907. *Victorino José Bello da Silveira*, official do juizo. Certidão. Certifico que intimei o Sr. commendador Francisco Casemiro Alberto da Costa pelo teor da petição retro, o qual, sciente do seu conteúdo, recebeu contra-fé na qual ficou intêirado que as audiencias deste juizo tem lugar ás terças e sextas-feiras, ás 11 1/2 horas, no edificio do Forum desta cidade, á rua dos Invalidos n. 108. Dou fé. Rio de Janeiro, 13 de julho de 1907. *Victorino José Bello da Silveira*, official do juizo. (Estava legalmente sellada). Esta citação foi accusada em audiencia de 16 de julho corrente, ficando a mesma perpetuada em juizo, até que seja feita a citação edital dos demais detentores das ditas acções, observadas todas as formalidades legais. Em virtude do que se passou o presente edital, pelo teor do qual citam-se os demais detentores das 11.700 acções, ao portador, da

Companhia Ferro Carril Carioca, do valor nominal de 100\$ cada uma, constantes das cautelas sob os ns. 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10, de 1.000 acções cada uma; n. 11, de 700, n. 16, de 400; ns. 17 e 18, de 300 cada uma; ns. 19, 20 e 21, de 200 cada uma e ns. 22, 23, 24 e 25, de 100 cada uma, ao todo 11.700 acções, para sciencia de quo contra elles e Francisco Casemiro Alberto da Costa, foi intentada pelo Dr. Joaquim Duarte Murtinho, neste juizo, onde já se acha perpetuada, uma acção ordinaria para haver dos mesmos as ditas acções de sua propriedade, e para, na 1ª audiência, depois de findo o referido prazo de 30 dias, assistirem á propositura da referida acção ordinaria, ficando desde logo citados para os demais termos da causa, sob pena de revelia e lançamento; sciencias tambem de que as audiências deste juizo são ás terças e sextas-feiras, ás 11 1/2 horas da manhã, no *Forum*, em sala destinada para esse fim, á rua dos Invalidos n. 108. E para constar passaram-se este e outros de igual teor, que serão publicados e afixados na forma da lei. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 23 do julho de 1907. E eu, Arnaldo da Silva Trilha, escrivão interino, o subscrevi. (Estava legalmente sellado). — *Torquato Baptista de Figueiredo*.

Juizo de Direito da Segunda Vara Commercial

De terceira praça, com o prazo de oito dias, para venda e arrematação dos direitos creditórios penhorados a Francisco Martins de Aguiar na execução que lhe move José Fernandes Alves, na forma abaixo

O Dr. Torquato Baptista de Figueiredo, juiz de direito da 2ª Vara do Commercio do Districto Federal:

Faz saber aos que o presente edital virem que, por este juizo e cartorio do escrivão que este su scribe, correm e se processam uns autos de execução em que é exequento José Fernandes Alves e executados Francisco Martins de Aguiar e Sebastião Pereira de Siqueira, nos quaes lhe foi dirigida a petição do teor seguinte: Petição: Ilmo. Exmo. Sr. Dr. juiz de direito da 2ª Vara Commercial. Lourenço Gomes da Costa, nos autos de execução que José Fernandes Alves move contra Francisco Martins de Aguiar e outros, sendo o supplicante cessionario dos direitos do exequento, não tendo achado comprador em segunda praça os bens penhorados ao executado Francisco Martins de Aguiar, vem requerer a V. Ex. que se digne ordenar a expedição dos respectivos editaes, afim de ser effectuada a terceira praça, incluindo no edital que, caso não achem licitantes os direitos penhorados, com o abatimento legal, sejam vendidos pelo maior preço que achem. Nestes termos, P. deferimento. Rio, 22 de julho de 1907.—Por procuração, *Carlos Marques de Sá*, advogado. (Estava devidamente sellada.) Despacho: Sim. Rio, 22 de julho de 1907.—*T. Figueiredo*. Em virtude do que passou-se o presente edital de terceira praça, com o prazo de oito dias, pelo teor do qual o official sumanario trará a publico préção de vedda e arrematação no dia 6 do mez de agosto proximo futuro, ás 11 e 1/2 horas da manhã, no *Forum* desta Capital, á rua dos Invalidos n. 108, e depois da audiência do estylo, os direitos creditórios de Francisco Martins de Aguiar contra Manoel Pacheco da Rocha e outros e são os constantes da respectiva avaliação junta aos autos, a qual é do teor seguinte: Avaliação. Laudo—Os abaixo assignados, nomeados pelo Exmo. Sr. Dr. juiz da 2ª Vara Commercial para dar valor aos direitos creditórios que Francisco Martins de Aguiar exerce na execução que move a Manoel Pacheco da Rocha, pelo juizo de direito da 3ª Vara Commercial, em cumprimento do incluso

mandado de avaliação dirigiram-se ao cartorio do Sr. escrivão Pinto Junior, da 3ª Vara Commercial, e ahi compulsando os autos do executivo hypothecario, entre partes Francisco Martins de Aguiar, exequento, e Manoel Pacheco da Rocha, executado, verificaram o seguinte, que dos autos consta: qua a acção executiva intentada se funda na escriptura de hypotheca que se acha a fls. 3 dos au os, lavrada em notas do tabellião Tupinambá, em virtude da qual, para a expedição do mandado, foi feita a seguinte conta: principal, 25.000\$; pena convencional, 3.750\$; juros 600\$; juros até 26 de agosto de 1902, 2.250\$—30.630\$; juros á razão de 600\$ ao mez, que, seguindo o processo sous termos regulares a garantia foi vendida e o producto depositado no Thesouro Federal, onde se acha á disposição do juizo (fls. 278) o saldo de 17.476\$101. Esta quantia devia representar o valor da presente avaliação; entretanto, compulsando o appenso que é referente á prestação de contas de José Nunes Vieira, a fls. 128, encontra-se, por certidão passada pelo escrivão Cruz Galvão, o teor da sentença do juiz da 3ª Vara Cível julgando nulla a escriptura de hypotheca que fundamentou o pedido da acção executiva hypothecaria. A vista do que os abaixo assignados, deante da incerteza da validade da mesma escriptura, que em todo caso está desde já onerada com as despesas inherentes a toda demanda, avalia n em 10.000\$ os direitos creditórios de Francisco Martins de Aguiar na referida acção executiva contra Manoel Pacheco da Rocha. Rio, 10 de novembro de 1906.—*Luiz Teixeira de Barros Junior*.—*Deodato Maia*. (Estava devidamente sellada.) E pelo preço de 8.000\$ vão os ditos direitos creditórios a esta terceira praça, devido ao abatimento legal de 20%. E caso não appareçam licitantes para os mesmos, irão a leilão, a quem mais der e maior lance offerecer. E quem os mesmos pretender arrematar deverá comparecer no referido dia, hora e local acima designados, afim de effectuar-se a praça, que será feita mediante pagamento á vista ou fiança idonea por tres dias. E, para constar, passaram-se este e outros de igual teor, que serão publicados e afixados na forma da lei. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 24 de julho de 1907. Eu, Jacintho Teixeira Pinto, escrivão interino, o escrevi.—*Torquato Baptista de Figueiredo*.

Da publicação da sentença que declarou aberta a fallencia do negociante Manoel da Rocha Vieira, estabelecido á rua Visconde de Itaipua n. 55, e de citação ao fallido, na forma abaixo

O Dr. Torquato Baptista de Figueiredo, juiz de direito da 2ª Vara do Commercio desta Capital Federal, etc.:

Faz saber aos que o presente edital virem que, a requerimento do mesmo, devidamente instruido, e depois de preenchidas as formalidades legais, foi declarada aberta a fallencia do negociante Manoel da Rocha Vieira, estabelecido á rua Visconde de Itaipua n. 55, por sentença deste juizo de 27 de julho de 1907, ás 4 1/2 horas da tarde, fixando o seu termo para os effectos legais de 16 de junho de 1907; ficando o dito negociante citado pelo presente, para, no prazo de 24 horas, que correrão em cartorio do escrivão que este subscreve, vir assignar termo de presença a todos os actos do processo e apreentar a lista dos seus 10 maiores credores, sob pena de prisão por 30 dias, tudo nos termos dos arts. 15 e 16, § 2º, da lei n. 859, de 16 de agosto de 1902, e 47, § 1º, do regulamento n. 4.855, de 2 de junho de 1903. Dado e passado nesta Capital Federal da Republica dos Estados Unidos do

Brazil, aos 27 de julho de 1907. E eu, Jacintho Teixeira Pinto, escrivão interino, o subscrevi. — *Torquato Baptista de Figueiredo*.

Juizo da Primeira Pretoria

De citação ao réo Vicente Bellini, accusado do crime previsto no art. 303 do Código Penal, com o prazo de 20 dias, na forma abaixo, sendo seu curador o Dr. Raymundo da Cunha Filho

O Dr. João Coelho do Rego Barros, juiz da Primeira Pretoria do Districto Federal, etc.:

Faço saber aos que o presente edital de citação, com o prazo de 20 dias, virem, que por este juizo estão se processando uns autos, summario crime, em que a justiça é autora e réo Vicente Bellini, accusado do crime previsto no art. 303 do Código Penal, cujo réo é curatelado do Dr. Raymundo da Cunha Filho; nos referidos autos foi requerida pelo Doutor promotor adjunto a citação e edital do réo dito Vicente Bellini. Em virtude do requerido e certidão do official encarregado da diligencia, e sendo ignorado o paradeiro do dito réo, é que man lei passar o presente edital de citação do réo Vicente Bellini, com o prazo de 20 dias, pelo qual chamo, requero e cito o dito réo Vicente Bellini para comparecer neste juizo no dia 14 de agosto do corrente anno, ás 11 horas da manhã, afim de ver proseguir o summario de culpa, sob pena de se proseguir até final á sua revelia, se não comparecer, ficando tambem intimado seu dito curador Dr. Raymundo da Cunha Filho para comparecer no dia e hora acima designados. E para que a noticia chegue ao seu conhecimento é que mandei que se passasse o presente edital, que será afixado no lugar do costume, publicado pela imprensa e junto aos autos, para constar. Dado e passado nesta Capital Federal, aos 24 de julho de 1907. Eu, José Firmiano de Abreu, escrevente juramentado, o escrevi. Pedro Rodolpho Leite Ribeiro, escrivão, o subscrevi. — *João Coelho do Rego Barros*.

Juizo da Decima Primeira Pretoria

De praça, com o prazo de 8 dias e abatimento de 10% para venda e arrematação do predio á rua Santo Henrique n. 4, penhorado a Manoel Lavrador Filho e sua mulher.

O Dr. Enéas Carrilho do Vasconcellos, juiz da 11ª Pretoria, etc.:

Faço saber aos que o presente edital de praça, com o prazo de 8 dias e abatimento de 10% virem que, no dia 2 de agosto proximo, ao meio dia, no pretorio, á rua do Mattoso n. 80, o respectivo vorteiro trará a publico préção de venda e arrematação, a quem mais der sobre o preço abaixo, o predio assobradado, á rua Santo Henrique n. 4, com duas janellas de frente e uma porta de entrada ao lado, com portadas de madeira, construção de pedra, tijolo e cal, madeiras de lei, forrado e assoalhado, coberto de telhas francezas, medindo de frente 7m, 20 e de fundo, o corpo do predio 15m, 25, com um puxado de construção de frontal, forrado e assoalhado, coberto de telhas francezas, medindo de largura 4m, 70 e de extensão 12 metros, com uma área cimentada em toda esta extensão. O corpo do predio é dividido em corredor, duas salas, uma grande alcova e duas ditas menores; e o puxado em corredor, duas alcovas, despensa e cozinha, tendo nos fundos 2 pequenos quartos construidos de tijolos e cal, cobertos de zinco, para o banheiro e a latrina e o tanque descoberto para lavagens.

O quintal todo murado de tijolos mede de extensão 12^m,50, com a mesma largura do predio e communica, por uma porta, com um terreno com tres partes muradas de tijolo e a outra de folhas de zinco, medindo este terreno 12^m,80 de extensão por 14^m,20 de largura; avaliados o predio e terreno por 12:000\$, que com o abatimento de 10 % fica reduzido a 10:800\$, ba e para a arrematação. Este predio foi penhorado por Antonio Nunes Ribeiro na execução hypothecaria contra Manoel Lavrador Filho e sua mulher e va á praça para pagamento do principal, juros, multa e custas. Quem, portanto, quiser arrematar compareça neste juizo no dia e hora supra citados. E para que chogue ao conhecimento de todos os interessados, mandei passar o presente, que será afixado no logar do costume e publicado pela imprensa. Dado e passado nesta cidade do Rio de Janeiro, 11^a Preoria, aos 22 de julho de 1907. Eu, José Cyrillo Castox, escrivão, o subcrevo. — *Enéas Carrilho de Vasconcellos.* (.

INFORMAÇÕES

Conceitos estrangeiros — O correspondente, em Londres, do *El Diario*, folha buonayrense, occupou-se, em uma das suas últimas cartas, de cousas do Brazil.

Os topicos que em seguida passamos a transcrever, da referida missiva, merecem ser lidos:

« Os progressos do Brazil são tão extraordinarios, que se lhes pôde qualificar de surprehendedentes; assim é que o correspondente do *El Diario*, tenho obtido uma entrevista do Sr. Percival Farquellhar, de Nova York, iniciador de um syndicato que collocou mais de 100.000.000 de dollars na Republica Brasileira, julga util resumil-a aqui.

Os demais membros do syndicato, além daquelle, são o Sr. F. S. Pearson, de Nova York; sir William Van Horne, de Montreal, e o Sr. Hector Ledru, de Pariz. O Sr. Farquellhar mui gentilmente me proporeonou detalhes sobre o desenvolvimento de certas empresas que não deixam de ser interessantes para a Argentina.

Além da ferro-via e das obras importantes que fornecerão electricidade e agua corrente aos habitantes do Rio de Janeiro, uma empreza realmente colossal é a construção da estrada de ferro de S. Paulo ao Rio Grande. O dinheiro necessario para realizar o grandioso projecto foi totalmente obtido em França; e não seria nada estranho que a nova linha, no decorrer do tempo, se a tão conveniente para os argentinos como para os uruguayos, como para os proprios braz leiros.

Essa linha, um dos systemas de estradas de ferro dos Estados de S. Paulo e Rio Grande do Sul, proporcionará assim uma comunicação por estradas de ferro directa entre Montevideo e Rio de Janeiro, a qual foi o grande desideratum dos povos Uruguayo e braz leiro desde muito tempo.

Espera-se fundamento que o trafego entre ambas as capitães augmentará rapidamente, graças a essa via terrestre que, se não supprir a via maritima, ajuntar-lhe-ha vantagens enormes, sem contar a economia do tempo.

Os quatro dias de viagem entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro vão ser consideravelmente reduzidos e a unica parte que se fará por mar será a dessa cidade a Montevideo.

Esta grande estrada de ferro não é, porém, mais do que uma grande parte do systema que os capitalistas do syndicato americano pretendem construir. O outro ramal esten-

der-se-ha por 600 milhas mais pelo interior a dentro, quasi em linha recta para oeste, desde o porto de S. Francisco até a cascata do Iguaçu.

A ideia dos que projectaram a linha é proporcionar ao Paraguay uma comunicação directa com a costa meridional do Brazil, sem contar com a possibilidade dos *touristes* que quereão visitar a maior maravilha do mundo.

Já estão principia-las as obras do porto do Rio Grande do Sul. Consistem em uma dupla muralha de pedra, de uns 50 kilometros de extensão ao longo da barra que, até agora, só tem 12 metros de profundidade. Ao mesmo tempo será construido um cães como o de Anvers, com grúas electricas, armazens e tudo o que constitue um grande porto moderno.

Não é somente no Paraguay e no Brazil que os capitalistas que formam o syndicato pensam emprezar seus capitães; suas combinações alcançam a Republica Argentina e a Bolivia.

Sabe-se que os bolivianos desejavam ha muito uma porta de sahida para o Atlantico, a qual facilitaria o transporte e reduziria o tempo do percurso de cerea de meta-le. Quando os governos da Bolivia e do Brazil di putaram a posse dos territorios do Acre e chegaram ao accordo firmalo ha uns annos, concordaram em que o ultimo ficaria com o territorio, pagando uma indemnização, entre as quaes a construção da estrada de ferro, que foi concedida ao syndicato norte-americano.

A linha seguirá a fronteira boliviana e denom nar-se-ha Madeira para a Mamoré, porque unirá no interior esses dois grandes rios, prolongando-se até a longinqua cidade de Santo Antonio.

A ideia que os inspira é fazer communica-r La Paz com o Pará, o que se fará por meio dos rios, na maior parte do trajecto. A pequena estrada de ferro de La Paz levará as mercadorias até o rio; depois de chegar até onde alcançur a nova linha, esta a transportará até os grandes affluentes do Amazonas e dahi seguirão aguas abaixo por varios milhares de milhas, alcançando por fim o Pará, de onde serão carregadas para a Europa.

O que acabo de resumir não são projectos, segundo me informa o Sr. Farquellhar, mas uma face do progresso incrível do Brazil.

No Pará será construido um porto moderno por onde sahirá a colheita da borracha; instalar-se-hão usinas para a produção da força e luz da Bahia e em outras cidades, e é evidente que concluidas, outras como corollario serão emprehendedas.

Nas principaes, foram destinadas as seguintes quantias, em pesos, para embellzamento do Rio de Janeiro, 24 milhões; porto do Pará, 17 milhões; em S. Paulo, sete milhões; Estrada de Ferro do Rio Grande, 35 milhões; porto do Rio Grande, 20 milhões; Estrada de Ferro do Acre, sete e meio milhões.

Conferencia de Haya — O *Gil Blas*, tratando da conferencia de Haya, considera a representação da America Latina, nesse congresso, como um facto caracteristico e feliz; o governo brasileiro p.r se fazer representar pelo Sr. Ruy Barbosa, a quem chama de jurista eminente.

O importante jornal considera o Brazil uma potencia eminentemente pacifica, cujo papel na America diariamente cresce de importancia e está destinado a representar certo papel na conferencia de Haya, em virtude do valor da bagagem juridica que traz para as potencias, concernente á doutrina do arbitramento, que já empregou por vezes, com felicidade, para resolver todos os seus conflictos internacionaes.

O *Gil Blas* conclue o seu artigo com estas palavras:

« Posam os congressos pacificos revelar ao mundo civilizado e á velha Europa os povos que vivem, commerciam e pensam á imagem do joven America. »

Machinas interessantes — Nos Estados Unidos acaba de ser inventada uma machina dobradora automatica, que se acha presentemente exposta em Londres e em varias cidades importantes.

E' empregada não somente para dobrar jornaes, como tambem para os sellar, pôr faixas, rótulos de enlreço e arrumal-os em pacotes e saccos para a expedição.

Esta machina é bastante complicada, porém occupa pouco espaço e substitue o trabalho de uma centena de braços.

Do-ra em menos de uma hora varios milhares de jornaes, que ficam immediatamente promptos, com endereços, amarrados e empacotados.

Um registrador automatico, adaptado ao machinismo, impede qualquer fraude ou inexactidão.

Os jornaes inglezes referem se largamente a uma extraordinaria machina que funciona em Chicago. Essa machina formidavel, movida a vapor, ceifa o trigo, malha-o, limpa-o e acaba recolhendo-o em grandes saccos. Todas essas operações, em que o homem não intervem, são feitas com uma rapidez espantosa.

A machina estuenda pôde produzir, por dia, cerea de mil saccos de trigo.

Canal russo — Vão os engenheiros russos pôr em verdadeira pratica um gigantesco projecto, que tão discutido tom sido já o para o qual o ministerio das obras publicas desse imperio votou já os creditos necessarios.

Trata-se de abrir um canal ligando o Báltico com o Mar Negro, entre os portos do Riga e de Chersons.

Esse canal terá para a Russia uma grande importancia estrategica, pois permitirá reunir facilmente as suas esquadras, quer no norte, quer no sul da Europa. O projecto foi apresentado por um syndicato americano, que fez um orçamento na importancia de 315 milhões de rubles; p.oreo, comtudo, que o governo russo lhe recusou a concessão por medidas de economias. Em todo o caso, é um facto estar resolvida a sua construção ficando assim a Russia possuindo o maior canal do mundo.

As construcções norte americanas — O que mais chama a atenção do estrangeiro, que pela primeira vez visita as cidades norte americanas, principalmente Nova York, Chicago e S. Francisco, é a altura prodigiosa de alguns de seus edificios. A razão disso é que a parte destinada ao centro de actividade dos negocios é de extensão mui limitada; os terrenos ali adquirem preços fabulosos e são elevadissimos os alugueis. Dahi, pois, a necessidade de procurar em altura o que se não pôde obter em extensão horizontal, havendo na parte baixa de Nova York muitos edificios de 14, 20 e 24 andares.

Quando, não ha muito, se construiu o edificio denominado «Park Row», no principio de Broadway, julgou-se que se havia chegado ao limite em altura para os edificios habitaveis. O «Park Row» tem 30 andares e eleva-se a 112 metros do nivel da rua. Pois bom, essa construção tornar-se-ha insignificante ao lado de outra, que se está levantando na parte baixa de Broadway, na esquina da Liberty Street. Este novo edificio, quando concluido, terá 41 andares e o cimo da torre, que o ha de coroar, elevar-se-ha a enorme altura de 175 metros sobre o nivel

do solo. Destina-se a officinas e calçadões, que poderá albergar uns 6.000 inquilinos, isto é, mais do que muitas localidades importantes. Terá 16 ascensores para o serviço do primeiro terço do edificio. A proporção que se forem alcançando andares mais elevados, os ascensores irão diminuindo em numero, até que só fiquem quatro para o serviço dos ultimos.

O pavimento terreo do edificio, como o da generalidade dessas elevadissimas construcções das cidades norteo-americanas, é de aço, o que as torna mais baratas e resistentes do que as de pedra e cal, posto que fiquem menos estheticas e de uma monotonia incommoda.

Esse, de 41 andares, em consequencia da base limitada, offerecerá na sua construcção problemas de engenharia assás complicados; mas affirmam os constructores que estão absolutamente convictos de que, a despeito da immensa altura, quasi imperceptível será a vibração, ainda mesmo nas occasiões em que soprem violentos furações.

Mortalidade da cidade de S. Paulo — Traduzimos do *Anuario Demographico* de São Paulo as seguintes notas:

Annos	População avaliada	Total dos obitos	Coefficiente por 1.000 habitantes
1897.....	230.000	5.719	24,81
1898.....	260.000	5.531	21,27
1899.....	260.000	4.717	18,14
1900.....	270.000	4.537	17,42
1901.....	280.000	4.993	17,45
1902.....	286.000	5.575	20,13
1903.....	283.000	5.145	17,98
1904.....	283.000	5.595	19,2
1905.....	286.000	5.411	18,91
1906.....	286.000	5.952	20,81

Mortalidade comparada de diversas cidades:

S. Paulo.....	1906	20,81
Recife.....	1904	52,51
S. Luiz.....	1904	44,78
Bello-Horizonte....	1905	21,68
Fortaleza.....	1903	21,62
Rio de Janeiro.....	1905	16,97
Buenos Ayres.....	1905	15,9
Moscow.....	1905	29,0
S. Petersburgo....	1905	30,5
Lisboa.....	1904	23,1
Montevideo.....	1905	14,7
Athenas.....	1905	30,9
Madrid.....	1905	28,0

MARCAS REGISTRADAS

N. 1.833

F. M. Carneiro, commerciante industrial, estabelecido em Thomar, Reino de Portugal, por seu procurador abaixo assignado, apresenta a marca supra, que adoptou para distinguir o azeite de seu fabrico e commercio, consistente do retrato em busto do actual rei de Portugal, devidamente emoldurado, sustido lateralmente por dois pequenos anjos que se acham sentados em galhos de oliveira, abaixo veem-se em uma facha os dizeres: «Azeite finissimo de Thomar—D. Carlos», ladeada á esquerda e á direita por dois typos característicos de mercadores ambulantes de ambos os sexos portuguezes. Segue-se a inscripção: «Exportado por F. M. Carneiro Thomar.» A referida marca, que poderá variar de cor e dimensão, será usada em latas que contiverem o azeite de fabricação e commercio do supplicante. Rio de Janeiro, 10 de julho de 1907.—Por procuração, *Maciel Ferreira & Comp.* (Achava-se collada uma estampilha de 300 réis, devidamente inutilizada.)

Apresentada na secretaria da Junta Commercial da Capital Federal, ás 12 horas do dia 11 de julho de 1907.—O secretario interino, *Julio Cesar de Oliveira*.

Registrada sob n. 1.855, por despacho da Junta Commercial em sessão de hoje. Pagou no primeiro exemplar 6\$600 de sello por estampilhas. Rio de Janeiro, 18 de julho de 1907.—O secretario interino, *Julio Cesar de Oliveira*. (Achava-se ao lado o sello da Junta Commercial.)

N. 3.222

Os abaixo assignados, estabelecidos com pharmacia á rua da Uruguyana n. 33, veem respectivamente apresentar para registro, a essa meritissima junta, o rótulo do producto pharmaceutico denominado «Quinocarpina», o qual rótulo usam e passam a descrever: A etiqueta consiste em um busto de moça em oval, de abundante cabelleira esparsa, atado por uma fita dourada ao alto da cabeça, de um ao outro lado da orelha e apanhada por uma travessa na altura do occiput. Ao nivel da orelha uma flor vistosa. O rótulo é cercado por flores e arabescos arte nova, tendo em uma facha, em meia lua, logo acima da cabeça da figura, os seguintes dizeres: «Tonico dos caellos» e a baixo, na base do busto, tambem em meia lua, o seguinte: «Destruidor da caspa, dos parasitas da barba e da cabeça» e em seguida, por linhas rectas, lê-se: «Preparado por Meyrelles & Moura Brazil — Rua Uruguyana n. 33 — Rio de Janeiro». No alto, na parte superior da etiqueta, existe a palavra «Quinocarpina», ainda em meia lua, em letras maiores que as dos dizeres precedentes. A palavra «Quinocarpina» original e inusada jámais por pessoa alguma, servirá para distinguir o seu producto de qualquer outro e será a garantia segura do que, com este nome, a medicação que appareça á venda sem ser preparada por Meyrelles & Moura Brazil, é uma infracção á sua marca e deve ser reputada como tal, falsa. O rótulo incluso é para ser usado em diversas cores e varios tamanhos. E para que, no caso de imitação do seu producto, não se apessem da palavra «Quinocarpina», ou semelhança de etiquetas, submettem á approvação dessa meritissima Junta Commercial, o rótulo junto do seu preparado, para que seja depositado na forma da lei, para assim garantir a sua marca. Rio de Janeiro 27 de junho de 1907.—*Meyrelles & Moura Brazil*. (Estava collada e devidamente inutilizada uma estampilha de 300 réis.)

Apresentada na secretaria da Junta Commercial da Capital Federal, ás 11 horas da manhã de 27 de junho de 1907. Rio de Janeiro, 17 de julho de 1907.—O secretario interino, *Julio Cesar de Oliveira*.

Registrada sob n. 5.222, por despacho da Junta Commercial em sessão de 11 deste mez. Pagou no primeiro exemplar 6\$600 de sello por estampilhas. Rio de Janeiro, 17 de julho de 1907.—O secretario interino, *Julio Cesar de Oliveira*. (Ao lado estava o carimbo da Junta Commercial.)

Bahia

Certifico que a marca pertencente a Danemann & Comp., denominada «Sabia», registrada na Junta Commercial da Bahia, sob n. 52 bis, foi depositada nesta junta em 18 de julho de 1907, com a folha *A Bahia*, em que foi publicada.

Secretaria da Junta Commercial da Capital Federal, 27 de julho de 1907.—*Honorio de Campos*, official maior. (Estavam colladas e inutilizadas estampilhas do valor total de 1\$100. Ao lado estava o carimbo da Junta Commercial.)

Paraná

Certifico que a marca pertencente a Alfredo de Almeida, registrada na Junta Commercial do Paraná, sob n. 798, foi depositada nesta junta, em 17 de junho do corrente anno, com a folha *A Republica* em que foi publicada.

Secretaria da Junta Commercial da Capital Federal, 26 de julho de 1907.—*Alfredo Antonio Pinheiro*, servindo de official maior. (Estavam colladas duas estampilhas federaes, no valor de 1\$100, devidamente inutilizadas e ao lado o carimbo da Junta Commercial da Capital Federal.)

RENDAS PUBLICAS

ALFANDEGA DO RIO DE JANEIRO

Renda dos dias 1 a 26 de julho de 1907.....	7.857:176\$749
Idem do dia 27 : em papel... 203.468\$820 em ouro.... 149:432\$207	313:901\$027
<hr/>	
Em igual periodo de 1906	8.201:077\$769
<hr/>	
Em igual periodo de 1906	5.917:324\$867

RECEBEDORIA DO RIO DE JANEIRO

Renda do dia 27 de julho de 1907

Interior.....	100:514\$083
Consumo :	
Fumo.....	7:923\$000
Bebidas.....	1:324\$100
Phosphoros....	12:040\$000
Calçado.....	1:190\$800
Velas.....	1:500\$000
Perfumarias... 190\$000	
Especialidades pharmaceuticas.....	168\$000
Vinagre.....	84\$000
Chapéus.....	140\$000
Tecidos.....	5.700\$000
Registro.....	490\$010
<hr/>	
Extraordinaria.....	16:035\$000
Deposito.....	32\$000
Ronda com applicação especial.....	2:091\$822
<hr/>	
Total.....	149:325\$198
Renda dos dias 1 a 26 de julho	1.886:323\$219
<hr/>	
Em igual periodo de 1906...	2.035:663\$417
<hr/>	
Em igual periodo de 1906...	1.644:906\$399

RECEBEDORIA DO ESTADO DE MINAS GERAES NA CAPITAL FEDERAL

Rio de Janeiro 27 de julho de 1907

Arrecadação dos dias 1 a 27 de julho de 1907.....	115:921\$183
Idem do dia 27.....	4:123\$855
<hr/>	
Em igual periodo de 1903....	120:045\$038
<hr/>	
Em igual periodo de 1903....	254:590\$158

Houve as seguintes alterações nas pautas desta semana, a saber :

Aguardente.....	Kilo \$330
Alcool.....	\$550
Arroz pilado.....	\$40
Couro salgado.....	\$430
Farinha de mandioca.....	\$140
Milho.....	\$100

EDITAES E AVISOS

Directoria Geral de Saude Publica

INFRACÇÕES DO REGULAMENTO SANITARIO

Foram intimados a satisfazerem nesta directoria geral, no prazo de cinco dias, as multas que lhes foram impostas, ou, findo esse prazo, se verem processar, de accordo com o regulamento sanitario :

Pela 1ª Delegacia da Saude :

Manoel de Sá Codesse, residente á rua Real Grandosa n. 104, multado em 50\$, por não ter cumprido a intimação n. 29.059, para melhoramentos no referido predio, infringindo o § 1º do art. 98 do citado regulamento ;

Antonio M. Teixeira Coelho, residente á rua da passagem n. 60, multado em 50\$, por não ter cumprido a intimação n. 16.874, para melhoramentos no predio n. 4 da travessa do Oliveira, infringindo o § 1º do artigo 98 do citado regulamento ;

José Lopes Bastos, residente á praia da Saudade n. 20, multado em 200\$, por não ter cumprido a intimação n. 16.079, para melhoramentos no predio n. 11 da travessa do Oliveira, infringindo o § 1º do art. 98 do citado regulamento ;

D. Maria do Amparo Rodrigues, residente á rua Lopes Quintas n. 24, multada em 1:5\$, por não ter cumprido a intimação numero 37.750, para melhoramentos no predio n. 34 da rua D. Castorina, infringindo o § 1º do art. 98 do citado regulamento.

Pela 2ª Delegacia da Saude :

Commandante Martinho José Corrêa da Veiga, residente á rua Monte Alegre n. 75, multado em 200\$, por ter deixado de cumprir as intimações ns. 21.741 e 40.375, relativas ao predio n. 10 á rua do Triumpho, infringindo o § 1º do art. 98 do mesmo regulamento.

Pela 3ª Delegacia da Saude :

Joaquim Cypriano Viégas, residente á ladeira de Paula Mattos n. 65, multado em 50\$, por ter deixado de cumprir a intimação n. 7.101, relativa ao predio n. 30 á rua D. Manoel, infringindo o § 1º do art. 98 do mesmo regulamento.

Pela 7ª Delegacia da Saude :

D. Adelaide Carvalho Avila, residente á rua da Paz n. 27, multada em 50\$, por ter deixado de cumprir a intimação n. 35.847, relativa ao predio n. 28 á rua Carolina Reydner, infringindo o § 1º do art. 98 do mesmo regulamento.

Secretaria da Directoria Geral de Saude Publica, 28 de julho de 1907.—O secretario, Dr. J. Pedrosa.

De ordem do Sr. Dr. director geral, convindo os proprietarios ou arrendatarios dos predios abaixo designados, ou seus legitimos procuradores, a comparecerem no dia e hora infra indicados, nos referidos predios, afim de assistirem á vistoria sanitaria que nelles vai ser effectuada, sob as penas da lei:

Rua de S. Pedro n. 14, dia 2 de agosto vindouro, ao meio-dia ;

Rua de S. Pedro n. 89, dia 2 de agosto vindouro, ás 12 1/2 horas da tarde ;

Rua de S. Pedro n. 131, dia 2 de agosto vindouro, á 1 hora da tarde ;

Rua de S. Pedro n. 195, dia 2 de agosto vindouro, ás 1 1/2 horas da tarde ;

Rua de S. Pedro n. 197, dia 2 de agosto vindouro, ás 2 horas da tarde ;

Rua de S. Pedro n. 199, dia 2 de agosto vindouro, ás 2 1/2 horas da tarde ;

Rua de S. Pedro n. 233, dia 5 de agosto vindouro ao meio-dia ;

Rua de S. Pedro n. 245, dia 5 de agosto vindouro, ás 12 1/2 horas da tarde ;

Rua de S. Pedro n. 247, dia 5 de agosto vindouro, á 1 hora da tarde ;

Rua de S. Pedro n. 249, dia 5 de agosto vindouro, ás 1 1/2 horas da tarde ;

Rua de S. Pedro n. 201, dia 5 de agosto vindouro, ás 2 horas da tarde ;

Rua de S. Pedro n. 207, dia 5 de agosto vindouro, ás 2 1/2 horas da tarde ;

Rua de S. Pedro n. 122, dia 7 de agosto vindouro, ao meio-dia ;

Rua de S. Pedro n. 244, dia 7 de agosto vindouro, ás 12 1/2 horas da tarde ;

Rua de S. Pedro n. 286, dia 7 de agosto vindouro, á 1 hora da tarde ;

Rua de S. Pedro n. 292, dia 7 de agosto vindouro, ás 1 1/2 horas da tarde ;

Rua de S. Pedro n. 302 a 310, dia 7 de agosto vindouro, das 2 horas em diante ;

Rua da Conceição n. 28, dia 9 de agosto vindouro, ao meio-dia ;

Rua da Constituição n. 7, dia 9 de agosto vindouro, ás 12 1/2 horas da tarde ;

Rua da Constituição n. 51, dia 9 de agosto vindouro, á 1 hora da tarde ;

Rua da Constituição n. 53, dia 9 de agosto vindouro, ás 1 1/2 horas da tarde ;

Rua do Nuncio n. 20, dia 9 de agosto vindouro, ás 2 horas da tarde ;

Rua do Nuncio n. 33, dia 9 de agosto vindouro, ás 2 1/2 horas da tarde ;

Rua do Hospicio n. 96, dia 12 de agosto vindouro, ao meio-dia ;

Rua do Hospicio n. 93, dia 12 de agosto vindouro, ás 12 1/2 horas da tarde ;

Rua do Senhor dos Passos n. 13, dia 12 de agosto vindouro, á 1 hora da tarde ;

Rua do Senhor dos Passos n. 15, dia 12 de agosto vindouro, ás 1 1/2 horas da tarde ;

Rua do Hospicio n. 159, dia 12 de agosto vindouro, ás 2 horas da tarde ;

Rua General Camara n. 302, dia 12 de agosto vindouro, ás 2 1/2 horas da tarde ;

Rua de S. Jorge n. 45, dia 14 de agosto vindouro, ao meio-dia ;

Rua de S. Jorge n. 49, dia 14 de agosto vindouro, ás 12 1/2 horas da tarde ;

Rua de S. Jorge n. 51, dia 14 de agosto vindouro, á 1 hora da tarde ;

Rua de S. Jorge n. 53, dia 14 de agosto vindouro, ás 1 1/2 horas da tarde ;

Rua de S. Jorge n. 61, dia 14 de agosto vindouro, ás 2 horas da tarde ;

Rua de S. Jorge n. 63, dia 14 de agosto vindouro, ás 2 1/2 horas da tarde ;

Rua de S. Jorge n. 65, dia 14 de agosto vindouro, ás 3 horas da tarde.

Secretaria da Directoria Geral de Saude Publica, 28 de julho de 1907.—O secretario, Dr. J. Pedrosa.

Directoria das Rendas Publicas do Thesouro Federal

Tendo D. Maria Beatriz Pereira Pinto assignado em 28 de maio de 1901, na Directoria do Contencioso, o termo de aforamento de terreno á rua de S. Christovão n. 221, obrigando-se a construir, no mesmo terreno, dentro de um anno, iniciando as obras no prazo maximo de tres mezes, contados taes prazos da data do alludido termo, e não havendo cumprido, entre outras, essa dupla condição essencial; tendo por isso incorrido na pena de commisso, comminada no referido termo, convidado a mesma senhora, em obediencia ao despacho de S. Ex., o Sr. Ministro da Fazenda, de 20 de junho ultimo, a vir, dentro de 15 dias contados desta data, perante esta directoria, allegar o que entender em seu favor, com relação á falta commettida e, bem assim, a declarar si consente em, amigavelmente, assignar o competente termo de distracto, para os effectos legais.

Directoria das Rendas Publicas do Thesouro Federal, 26 de julho de 1907.—A. F. Cardoso de Menezes e Souza, director interino.

Caixa de Amortização

faço publico que, tendo se extraviado os titulos da divida publica do valor nominal de 1.000\$000, juro annual de 5 % (antigo 6 %), papel, e ns. 203.197 a 203.199, emitidos em 1870, vão ser expedidos novos titulos si, dentro do prazo legal, não houver reclamação em contrario.

Caixa de Amortização, 20 de julho de 1907.—O inspector, M. C. de Ledo.

Inspectoria de Seguros

De ordem do Sr. inspector de seguros, faço sciente, para conhecimento dos interessados que, em cumprimento ás disposições do art. 2º, n. 3, e 9º do regulamento que baixou com o decreto n. 5.072, de 12 de dezembro de 1903, todas as sociedades de seguros de vida, de seguros terrestres e maritimos, nacionaes ou estrangeiras, quer operem sob a forma anonyma, quer sob o regimen de mutualidade, devem, sob as penas dos arts. 66 e 67, fornecer á Inspectoria de Seguros, dentro dos primeiros 60 dias seguintes ao semestre a findar em 30 de junho corrente, a relação dos seguros effectuados durante o corrente semestre, com os numeros das apolices emitidas ou dos recibos de renovação, o capital segurado e o respectivo premio, o tambem a dos sinistros pagos, das commissões e mais despezas.

As relações sobre os contractos de seguros, os sinistros, as commissões e as mais despezas a que se refere este aviso devem ser discriminadas para que seja devidamente executado e attendido este serviço publico.

Inspectoria de Seguros, 18 de junho de 1907.—O escripturario, João Vieira de Se gadas Vianna.

Alfandega do Rio de Janeiro

Na inspectoria desta alfandega recebem-se propostas até o dia 30 do corrente, á 1 hora da tarde, para a remoção do lixo, compra da palha e outras sobras da embalagem dos volumes.

Para mais informações no gabinete da inspectoria.

Alfandega do Rio de Janeiro, 10 de julho de 1907.—O 1º escripturario, J. A. Maurity de Oliveira.

Ministerio da Marinha

Em virtude da ordem do Sr. almirante inspector de Saude Naval, faço publico que fica aberta nesta repartição, por espaço de trinta dias, a contar de hoje, a inscripção dos candidatos a duas vagas de primeiros tenentes cirurgiões do Corpo de Saude da Armada.

Inspectoria de Saude Naval, 23 de julho de 1907.—Dr. Antonio A. Corrêa de Carvalho, adjunto-medico.

Capitania do Porto

De ordem do Sr. capitão do mar e guerra, capitão do porto, faço sciente aos proprietarios de todas as embarcações a vapor arroladas no trafego do porto, que devem communicar a esta Capitania o nome dos arraes de suas embarcações, afim de constar na licença; outrosim, quando houver substituição, deverá sempre participar nesta repartição.

Secretaria da Capitania do Porto, Rio de Janeiro, 26 de julho de 1907.—José A. Airoza, secretario.

PARTE COMMERCIAL

Junta dos Corretores

COTAÇÕES DO DIA 26 DE JULHO DE 1907

Assucar branco, crystal, de Campos.....	\$340 a \$350 por kilo
Dito mascavinho, idem.....	\$450 » »
Dito mascavo, Sergipe.....	\$245 a \$250 » »
Dito idem de Pernambuco.....	\$245 a \$255 » »
Algodão em rama, 1ª sorte de Mossoró.....	10\$800 a 11\$000 por 10 kilos
Breu americano, letras G, H, I. em partesiguas	26\$500 por 280 lbs. amr. brutas
Café.....	58600 por arroba
Sebo do Matadouro.....	\$620 a 630 por kilo

Fretes e engajamentos realizados na semana de 22 a 27 de julho de 1907

DESTINO	FRETES	VAPORES	QUANTIDADE
Genova.....	40 frs. e 10 % por 1.000 kilos.....	Ravenna.....	625 saccas de café.
» opção.....	O mesmo.....	Sicilia.....	1.500 ditas idem.
»	O mesmo.....	Lombardia.....	250 ditas idem.
»	O mesmo.....	Brasile.....	250 ditas idem.
»	O mesmo.....	Saravia.....	250 ditas idem.
»	O mesmo.....	Sardegna.....	250 ditas idem.
»	O mesmo.....	Umlria.....	250 ditas idem.
Antuerpia.....	40 s/ e 5 % por 1.000 kilos.....	Cob'enz.....	1.000 ditas idem.
Marselha.....	40 frs. e 10 % por 1.000 kilos.....	Les Andes.....	3.500 ditas idem
»	O mesmo.....	Aquitaine.....	9.000 ditas idem.
»	O mesmo.....	Algerie.....	13.000 ditas idem.
Buenos Aires...	1.200 por sacco...	Clyde.....	2.820 ditas idem.
Durban.....	42 s/6 per 1.000 kilos.....	»	100 ditas idem.
Montevideo.....	1.200 por sacco...	»	200 ditas idem.
East London....	50 s/ e 2 1/2 % por 1.000 kilos.....	Avon.....	400 ditas idem.
Alagoas Bay.....	70 s/ e 2 1/2 % por 1.000 kilos.....	»	100 ditas idem.
Londres.....	22 s/6 por 1.000 kilos.....	»	2.200 ditas de farello.
Havre.....	40 frs. e 10 % por 900 kilos.....	Jeviol.....	750 ditas de café.
Londres.....	20 s/ por 1.000 kilos.....	»	2.200 ditas de farello.
Hamburgo.....	40 s/ e 5 % por 1.000 kilos.....	Rhaetia.....	4.500 ditas de café.
Nova York.....	35 c/ e 5 % por 1.000 kilos.....	Byron.....	15.000 ditas idem.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 1907. — O presidente, *João Severino da Silva*. — O secretario, *Sebastião S. da Rocha*.

Camara Syndical dos Corretores de Fundos Publicos da Capital Federal

CURSO OFFICIAL DE CAMBIO E MOEDA METALLICA

	90 d/v	A' vista
Sobre Londres.....	15 13/64	15 1/16
» Paris.....	\$628	\$637
» Hamburgo.....	\$775	\$786
» Italia.....	—	\$638
» Portugal.....	—	\$351
» Nova York.....	—	\$303
Libra esterlina, em moeda.....	163 1/16	—
Ouro nacional, em vales, por 1\$000	1\$793	—

CURSO OFFICIAL DOS FUNDOS PUBLICOS E PARTICULARES

Apolices geraes de 5%, miudas.	1:020\$000
Ditas idem idem, de 1:000\$.	1:020\$000

Ditas do Emprestimo Nacional de 1897, nom.....	1:010\$000
Ditas idem idem de 1903, port...	1:022\$000
Ditas do Emprestimo Municipal de 1904, port.....	290\$000
Ditas idem idem de 1906, port..	190\$000
Ditas do Estado de Minas Geraes, de 5 1/2%, 5%, port.....	412\$500
Ditas idem idem de 1:000\$, port.	834\$000
Ditas idem idem, nom.....	842\$000
Ditas do Estado do Rio de Janeiro, de 100\$, 4 %, port.....	69\$000
Banco União do Commercio, c/50 %	35\$000
Dito do Brazil, integ.....	123\$000
Comp. Terras e Colonização.....	5\$250
Dita Loterias Nacionaes do Brazil.....	12\$000
Dita Estrada de Ferro Victoria a Minas.....	16\$000

Dita Vição Ferrea Sapucahy...	23\$000
Dita Tecidos Brazil Industrial...	250\$000
Debs. da Comp. Mercado Municipal.....	195\$500
Ditas da Comp. Estrada de Ferro Therezopolis.....	190\$000
Ditas da Comp. Carris Urbanos de 210\$.....	205\$000
Ditas da Comp. Ferro Carril do Jardim Botânico, 1ª série.....	210. 0)

Venda por avard

15 açções da Comp. Vição do Brazil.....	\$010
200 ditas da Comp. Estrada de Ferro Oeste de Minas, c/37 1/2 %.....	\$500
100 ditas da Comp. Estrada de Ferro Central Alagoana...	1\$250
200 ditas da Comp. Int. Docas e Melhoramentos no Brazil, c/22 1/2 %.....	9\$500
250 ditas da Comp. Terras Colonização.....	5\$000
1.000 ditas idem idem idem....	5\$ 50
2.750 ditas idem idem idem....	5\$150

Secretaria da Camara Syndical do Rio de Janeiro, 27 de julho de 1907.—*José Claudio da Silva*, syndico.

SOCIEDADES ANONYMAS

Empresa Extractiva e Pastoral Brasileira

ACTA DA ASSEMBLEA GERAL E EXTRA ORDINARIA REALIZADA EM 8 DE JULHO DE 1907

Aos 8 dias do mez de julho de 1907, á 1 hora da tarde, no escritorio da Empresa Extractiva e Pastoral Brasileira, á rua da Alfândega n. 20, sobrado, reuniram-se os accionistas desta empresa, representando a totalidade do capital, como se verifica no livro de presença, convocados pela directoria, como se vê das respectivas publicações no *Journal do Commercio e Diario Official* dos dias 3, 6 e 8 deste mez, para a presente assemblea geral extraordinaria.

Assumindo a presidencia, conforme os estatutos, o director Dr. Luiz da Rocha Miranda, que chamou para secretarios os accionistas Dr. Antonio de Padua Assis Ribeiro e o coronel Benedicto A. de Bueno, expoz então o Sr. presidente que a directoria, obedecendo aos intuitos e desejos da empresa, exarados no parographo unico do art. 2º de seus estatutos, adquirira a fazenda do Rio Branco, em Corumbá, e o fizera em boas condições de preço, devido á dificuldade que ainda existe de obter-se o preço real o um immovel de avultado valor, e em relação a este immovel accresceu a ponderosa circumstancia, que lhe depreciava o valor, de haver um incipiente litigio de avultada indemnização, reclamada pelo Sr. José Bernardino da Camara Canto, cujos direitos estão agora, por accordo, inorporados á empresa, assim, nestas circumstancias de alteração de valores, pareceu á directoria apoiada pelo conselho fiscal de bom conselho providenciar de modo a ser esse immovel, hoje livre, devidamente avaliado por louvados afim de ser real quanto possível o computo do balanço do activo social e, por isso, convocou a presente assemblea que deverá conhecer da respectiva proposta de avaliação, como expressamente foi declarado na sua convocação, cuja proposta lida pelo Sr. 1º secretario é do teor seguinte: « A directoria da Empresa Extractiva e Pastoral Brasileira, considerando que é da maxima conveniencia aos interesses da empresa que o activo no balanço tenha um valor real dado por avaliação legal e approvada pela assemblea geral de seus accionistas, propõe que se nomeie uma com-

missão de tres peritos competentes incumbida de avaliar a fazenda «Rio Branco» e seus accessorios, propriedade da empresa, e que pelo preço dessa avaliação seja levada ao activo da empresa, fazendo-se na escripturação os lançamentos necessários. Rio de Janeiro, 8 de julho de 1907. — João Leopoldo Modesto Leal. — Luiz da Rocha Miranda. — De accordo, Dr. Arthur Leandro de Araújo Costa. — Antonio Gonçalves Fontes. — Benedicto A. Bueno, membros do conselho fiscal. Submettida á discussão, é a proposta unanimemente approvada. Neste acto indica o Sr. accionista Paulo F. Alves os nomes dos Srs. Alberto da Fonseca Guimarães, Dr. Angelo Pinheiro Machado e José Bernardino da Camara Couto, para esta comissão, fundamentando sua indicação com a declaração de que estes cidadãos reúnem á competência especial o conhecimento tecnico do mesmo immovel, pois já o percorreram e examinaram ha pouco tempo, com o fim e proposito de conhecerem o mais exactamente possível o seu valor. Esta indicação é unanimemente approvada, declarando o Sr. presidente que ira dar aos louvados conhecimento de sua nomeação e pedir-lhes que, aceitando a comissão, lhe dissessem quando poderiam dar o seu laudo, para submettel-o á assemblea que, no intuito de dar aos Srs. accionistas o mais prompto possível conhecimento da resposta dos Srs. louvados suspendia a sessão por duas horas. Reaberta, em tempo, a sessão, o Sr. presidente comunicou que os Srs. louvados haviam accettato o encargo, e que, prescindindo de novos exames, por conhecerem perfectamente o immovel avaliado, lhe entregaram o respectivo laudo de avaliação, que o Sr. 1º secretario passou a ler e é do teor seguinte: «Laudo—Honrados os abaixo assignados com a nomeação de louvados, que lhes conferiu a assemblea geral da Empresa Extractiva e Pastoral Brasileira, para o fim especial de dar o valor real ás terras, bemfeitorias e animaes da fazenda Rio Branco, situada no municipio de Corumbá, a qual pertence hoje a esta empresa, conferenciaram entre si, e como conhecem perfectamente este immovel, que já percorreram com o fito de conhecerem-lhe o valor, sendo um dos abaixo assignados o depositario que foi judicial desses bens, quando penhorados foram, passam sem demora a formular o seu laudo. Esta fazenda do Rio Branco, situada á margem esquerda do rio Paraguay, no municipio de Corumbá, Estado de Matto Grosso, limita-se ao ponto pelo rio Paraguay, ao nascente por terras pertencentes a terceiros, como consta do respectivo mappa, archivado na repartição de terras do Matto Grosso, ao sul pelo rio Ipereré e ao norte pelo rio Aquidauana. Tem sua área 135.392 hectares, compostos de campos e de matas abundantes de optimas e ventaveis madeiras, contém varias bemfeitorias, como casas, algumas embarcações, inventadas, aramadões e pastos separados. A estas terras, calculadas pelo preço modico, sem attenção á rapida valorização, que breve terão, dão o valor de 2.176.900\$, á razão de 5\$ por hectare. Aos animes vacuum, muar e cavallar, pertencentes á fazenda, que os abaixo assignados calcularam sempre em mais de 50.000 cabeças, de accordo com os cofinantes que disse tinham conhecimento, animaes computados em 100.000 no edital da respectiva praça, não incluídos 200 cavalles de custeio, o valor de 950.000\$. Importa, pois, a avaliação do referido immovel com todas as bemfeitorias, accessorios e animaes em 3.126.900\$, que de commum e pleno accordo fixamos, pelo que firmamos o presente, que vai escripto pelo proprio punho do louvado 1º signatario Alberto da Fonseca Guimarães. Rio de Janeiro, 8 de julho de 1907. — Alberto da Fonseca Guimarães. — Angelo Pinheiro Machado. — José Ber-

nardino da Camara Canto. As firmas acham-se reconhecidas em data de hoje pelo tabelião Evaristo Valle de Barros. Submettida á discussão, é unanimemente approvada. Neste acto, o Sr. accionista Dr. Paulo F. Alves, expondo ser conveniente que, em vez de ser distribuido como dividendo, nos termos dos arts. 116 e 117 do regulamento vigente das sociedades anonyms, o lucro desta aquisição, ficasse autorizada a directoria a levar o valor excedente das responsabilidades da aquisição dos e immovel a credito da entrada do capital das acções, até o maximo de 1.620.000\$ e o resto á conta de lucros suspensos. Esta proposta, submettida á discussão, é unanimemente approvada.

Neste acto, o Sr. presidente pede á assemblea que autorize a consignar nesta acta um voto de agradecimento aos Srs. louvados pelo serviço que não prestou á empresa, o que lhe é concedido, unanimemente. Na mais havendo a tratar-se, o Sr. presidente mandou lavrar a presente acta, que foi pelo Sr. 1º secretario lida e unanimemente approvada, sendo assignada por todos os Srs. accionistas.

Rio de Janeiro, 8 de julho de 1907. — O presidente da assemblea, Luiz da Rocha Miranda, 3.350 acções. — 1º secretario, Antonio de Paula Assis Rezende, 25. — 2º secretario, Benedicto A. Bueno, 25. — João Leopoldo Modesto Leal, 2.850. — Paulo F. Alves, 1.500. — J. R. Augusto Leal, 50. — Fonseca, Marcelo & Comp., 1.050. — Dr. Arthur L. de Araújo Costa, 100. — Eugenio Henold, 25. — Jaguarharo R. Miranda, 25.

Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico

BALANÇO EM 30 DE JUNHO DE 1907

Activo	
Concessões e privilegios...	10.000:000\$000
Construção das linhas...	2.000:000\$900
Construção das novas linhas.....	1.388:785\$010
Reconstrução das linhas...	2.201:815\$810
Terrenos e edificios.....	2.569:920\$810
Galeria Cruzeiro (em construção).....	1.022:054\$120
Officinas do electricidade...	1.514:209\$130
Material para tracção electrica.....	2.231:616\$570
Mobilia.....	13:072\$320
Machinas e utensilios.....	242:392\$760
Animaes.....	20:812\$700
Tram rodante.....	2.752:478\$500
Arreios.....	9:743\$300
Almoxarifado.....	897:563\$390
Banco do Brazil.....	212:131\$120
Banco Commercial do Rio de Janeiro, e/g.....	91:136\$320
Caixa.....	75:663\$110
Contas correntes.....	361:510\$120
Titulo em carteira.....	137:310\$000
Consolidação do fundo do reserva (bons).....	766:894\$310
Bons do conta da amortização do capital.....	119:883\$500
Caução da directoria.....	60:000\$000
Diversas contas.....	2.989:983\$580
	32.696:948\$110

Passivo

Capital.....	14.000:000\$000
Em restimo por debentures.	12.000:000\$000
Emprestimo por debentures (2ª serie).....	2.000:000\$300
Dividendos:	
102º dividendo relativo ao 2º trimestre.	245:000\$000
Faldo a pagar até o 101º dividendo,....	99:119\$300
	\$44:119\$300

Effeitos a pagar.....	118:544\$500
Juros em debentures.....	433:720\$000
Juros em debentures (2ª serie).....	65:492\$000
Contas correntes.....	252:347\$750
Fundo de reserva.....	765:267\$740
Antigo fundo de reserva....	697:812\$740
Conta de amortização do capital.....	162:503\$200
Acções em caução.....	60:000\$000
Diversas contas.....	812:950\$530
Lucros e perdas.....	984:194\$920

32.696:948\$110

S. E. ou O.—Rio de Janeiro, 30 de junho de 1907. — Arthur Celso das Neves, presidente da companhia. — R. J. Nonato, guardalivros.

ANNUNCIOS

Companhia Kiosques do Rio de Janeiro

No escriptorio desta companhia, á rua Primeiro de Março n. 28, sala n. 1, paga-se de hoje em diante o dividendo correspondente ao semestre findo em 30 de julho do corrente anno.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 1907. — A Directoria.

Companhia Comercio e Navegação

ASSEMBLÉA GERAL

São convocados os accionistas da Companhia Comercio e Navegação, para a assemblea geral ordinaria que se deverá realizar no dia 29 de agosto proximo, á 1 hora da tarde, na sede da companhia, á Avenida Central n. 37, para leitura do relatório e prestação de contas relativas ao anno social que terminou em 30 de junho ultimo, bem como para eleição dos membros do conselho fiscal a servirem no presente exercicio.

Ficam á disposição dos Srs. accionistas todos os documentos exigidos pelo art. 147 e seus numeros, do decreto n. 424, de 4 de julho de 1891.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1907. — O presidente, Rodolpho Furquim Lahmeyer.

Companhia Cervejaria Brahma

São convidadas os Srs. accionistas para reunirem-se, na quinta-feira, 29 de agosto do corrente anno, ás 1 1/2 horas da tarde, no escriptorio desta companhia, á rua Visconde de Sapucahy n. 104, em assemblea geral ordinaria.

Ordem do dia:

1. Approvação das contas.

2. Eleição do conselho fiscal.

Acha-se á disposição dos Srs. accionistas os documentos exigidos por lei.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 1907. — A Directoria.

A praça

Os abaixo assignados participam a esta praça, que em data de 31 de dezembro proximo passado, dissolveram amigavelmente a sociedade que tinham sob a firma de J. Rodrigues & Comp., nesta cidade, á rua do Rosario n. 50, retirando-se da mesma o socio Antonio Pereira Filho pago e satisfeito de todos os seus haveres e exonerado de toda e qualquer responsabilidade, ficando a cargo do socio J. A. Rodrigues a liquidação do activo e passivo daquelle extincta firma, conforme o distracto social registrado na Junta Commercial, sob n. 58.025.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 1907. — José Antonio Rodrigues. — Antonio Pereira Filho.